



ISSN 1980-1742

Revista

Santa Rita

Ano 03 - Número 06 - Primavera de 2008

copyright by autores

todos os direitos desta edição estão reservados

Revista Santa Rita

Ano 03, Número 06, Primavera de 2008

ISSN 1980-1742

Ficha Técnica

Diretor Geral da
Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas

Santa Rita de Cássia Anunciato Storopoli Neto

Diretor Acadêmico Roberto Pepi Contieri

Conselho Editorial Eduardo Satochi Uchida
Eleandro T. Monteiro
Fernando de Almeida Santos
José Aparecido dos Santos
Luiz Carlos Magno
Noeli Mercedes Mussolini
Rosiley Aparecida Teixeira Souto
Taís Cecília dos Santos Lima
Vicente de Paula Rodrigues Maggio

Corpo Editorial Luciane Alves Santos
Manoel Matias Fausto
Rafael Anunciato Neto

Editor Ricardo Meirelles

Revisão Luciane Alves Santos

Projeto e Editoração Torre de Pedra Editoração Eletrônica
torredepedra@gmail.com

Capa Leya Mira Brander, Gravura em cobre, sem título (2006),
(Acessados em <http://www.artbr.com.br/mariaantonio/index.htm> e <http://www.28bienalsaopaulo.org.br/participante/leya-mira-brander>)

Faculdade
santa rita

Revista Santa Rita
www.santarita.br
revistasantarita@gmail.com



Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia

Unidade Jaçanã: Avenida Jaçanã, 648 - Jaçanã

São Paulo – SP – CEP 02273 001

Telefone (11) 2241 0777

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

A importância do conhecimento



Capa

Esta gravura de Leya Mira Brander é um excelente exemplo do melhor da arte contemporânea brasileira. A artista plástica paulista - que está expondo esta e outras obras durante a Bial de Arte de 2008 - trabalha principalmente com gravura e desenho e possui obras em acervos como o Museu de Arte Moderna de São Paulo, o Centro de Arte Contemporâneo Wifredo Lam (Havana), o Instituto Peruano Norte Americano (Lima), dentre outros. Já participou de diversas mostras no Brasil - MAM[na]OCA, *this is not a love song* e Tijuana, na Galeria Vermelho (SP) - , e no exterior - Colômbia, Alemanha, Peru, Estados Unidos e Suécia. Em uma entrevista, deixou bem claras as suas idéias sobre o que é a arte e qual é o seu poder; seja qual for a sua manifestação, o artista usa o seu poder transformador para lutar contra o tempo e adiar a eternidade. Nas suas palavras: "Gravar é, para mim, uma luta contra o tempo. (...) Acredito que as imagens tenham uma espécie de poder. É como se uma imagem, pela sua proximidade, pudesse se transformar em outra imagem. Como as palavras em uma conversa. Como as notas musicais em uma partitura. Sinto-me como se estivesse em busca de algo que nem sei o que é, alguma experiência que nunca tive antes, e numa época em que as relações acontecem de outras formas, talvez como imagens de sonhos possíveis. (...) Às vezes acho que as imagens vêm de lugares aonde as palavras não conseguem chegar."

Segundo o jornal Valor Econômico, de 14 de novembro de 2008 - caderno Eu&, pág. 18, atualmente, o brasileiro lê, em média, menos de dois livros por ano, contra quase três na Colômbia ou sete na França, por exemplo; sendo que 73% dos livros publicados se concentram nas mãos de nada mais do que 16% da população do país. Dos quase cento e noventa milhões de brasileiros, apenas 13% assistem a um filme em um cinema alguma vez por ano, sendo que cerca de 90% dessa mesma população nunca visitou um museu, assistiu a um espetáculo de dança ou frequentou uma exposição de arte, isso porque no mínimo 90% dos municípios brasileiros não dispõem de salas de cinema, teatros, museus ou espaços culturais.

Esses dados preocupantes, e ao mesmo tempo assustadores, apresentam uma sociedade que carece não só de programas de incentivo e desenvolvimento da educação e da cultura, que devem ser estabelecidos e implementados por todos os segmentos das nossas políticas públicas, sejam elas municipais, estaduais ou federais, mas sobretudo de uma mudança significativa, cultural e de comportamento, que reestabeleça a educação e a cultura como elementos indispensáveis para a constituição de cidadãos conscientes e civilizados, capazes de um relacionamento social mais humano e menos artificializado.

A escola, então, acaba sendo um dos últimos baluartes em que se encontram e podem se desenvolver de forma positiva tanto a educação quanto a cultura. Proporcionar acesso à boa leitura, à filmes e músicas de qualidade, às diversas manifestações artísticas, sejam elas locais ou globalizadas, enfim, torna-se mais uma missão para as instituições de ensino que formam não só profissionais competentes, mas também cidadãos de bem.

Nesse intuito, chegamos ao nosso sexto número, trazendo artigos de comprovada relevância acadêmica, bem como preenchidos de conhecimento, educação e cultura, em discussões atuais e pertinentes, não só para o aluno universitário, mas também para aquele que se interessa pela produção literária acadêmica. Neste número, podemos aprender com as relações entre os professores e os alunos ou discutir qual é a autonomia do professor; podemos constatar a importância das culturas estrangeiras, seja através do ensino de sua língua, ou da tradução de sua literatura; podemos acompanhar diversos processos sociais, seja o de vendas no varejo, ou o de constituição de um novo país.

Também encontramos, neste número, um bom conjunto de artigos na área das Ciências da Saúde, nos quais aprendemos mais sobre a ocorrência de infartos entre mulheres, sobre a utilização de medicamentos por universitários, e sobre a prevenção do câncer de colo de útero.

Continuamos acreditando que, ao compartilhar e divulgar esse conhecimento através desta revista acadêmica, estamos colaborando significativamente como o desenvolvimento e o incentivo da educação e da cultura, não só dos nossos alunos e do nosso público leitor, mas também, e principalmente, da sociedade que nos cerca.

O importante é não perder de vista que os números acima mencionados podem ser mudados, e que a nossa sociedade pode se transformar, no futuro, em algo melhor do que encontramos no presente; basta não deixar de aproveitar as oportunidades oferecidas, ocupar sistematicamente os espaços conquistados, e ter em mente que o primeiro passo para mudar o mundo é mudar a si mesmo.

Sumário

Artigos

- 05 A construção de uma experiência pedagógica “do-discente”
Adelaide Ferreira Margato (organizadora)
- 17 Autonomia e Limitações do Professor Universitário
Rafael Anunciato Neto
- 25 O ensino de segunda língua através de uma abordagem lexical
Claudia Castro
- 29 Baudelaire e os pobres
Ricardo Meirelles
- 39 Perfil das Mulheres com Diagnóstico de Infarto Agudo do Miocárdio
Atendidas em um Hospital Público da Cidade de São Paulo
Nathália Alves Féra et alii
- 49 Utilização de Medicamentos: um Estudo Comparativo entre Universitários
de Enfermagem e de Direito
Noeli M. Mussolin e Célia Aparecida Paulino
- 57 O Processo de Vendas no Varejo
Marco Antonio de Castro
- 77 A criação dos Estados no direito internacional, o seu reconhecimento
e o caso do Kosovo
Fabiano L. de Menezes
- 85 A Importância da Prevenção do Câncer de Colo de Útero
Aline Gomes dos Santos et alii
- 97 *Normas editoriais para publicação*
-

A construção de uma experiência pedagógica ‘do-discente’

Adelaide Ferreira Margato (organizadora)
Professora da Faculdade Santa Rita de Cássia,
Mestre em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas (LAEL) (PUC/SP).

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar uma experiência pedagógica nova tanto para o professor-formador quanto para os alunos. Mostra um trabalho realizado no primeiro semestre do ano de 2008 por mim quando ministrava a disciplina Gestão Escolar para alunos do 2º. ano do curso de Pedagogia em uma Faculdade em São Paulo. Tais alunos leram textos científicos da área, apresentaram seminários e depois redigiram mini-artigos que preferi chamar de textos, articulando os ensinamentos aprendidos com problemáticas atuais.

Palavras-chave

Pesquisa, professor, sala de aula, mini-artigos, gestão.

Abstract

The aim of this article is to present a project which was a new pedagogical experience not only for the teacher but also for the students involved. It introduces a work done by me in the 1st. term of 2008 when I was dealing with ‘Gestão Escolar’ for students in the 2nd. year of Pedagogy in a Faculty in São Paulo. The above-mentioned students read scientific texts, held seminars and then wrote mini-articles bringing together all that they had learnt in theory and applying their new learning to present-day problems.

Key words

Research, teacher, classroom, mini-articles, management.

A construção de uma experiência pedagógica ‘do-discente’

1. Um relato de como a nova experiência começou

Educador é aquele que ensina e aprende o tempo todo.
Almeida, 2001.

Os textos que compõem esta coletânea, que nomeio de uma experiência pedagógica do-discente, são resultado de um trabalho em uma disciplina chamada ‘Gestão Escolar’, que ministrei no curso de graduação em Pedagogia para os alunos do terceiro semestre da Faculdade Santa Rita de Cássia.

Chamo de experiência do-discente, termo que tomo emprestado de Freire, (1996 :32) por ser uma experiência nova tanto para mim, professora-formadora, quanto para eles, alunos de graduação. Aprendi com o grande educador brasileiro¹ que ensinar, aprender e pesquisar lidam com dois momentos do ciclo gnosiológico, o em que se ensina e se aprende o conhecimento já existente e o em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente.

Assim, a idéia inédita de tornar meus alunos escritores e empoderá-los (Freire,1996) sempre me atraiu muito, entretanto esperava apenas por uma oportunidade que surgiu no primeiro semestre de 2008². Imbuída desse pensamento, sugeri, como abertura, o estudo e, depois, a apresentação de seminários em classe que representaram a leitura feita pelo grupo de alunos de alguns textos científicos na área de gestão. Depois da apresentação, teriam como tarefa de fechamento a elaboração de mini-artigos sobre o assunto apresentado.

Embora meu objetivo fosse fazer algo diferente e que pudesse motivar meus alunos, não poderia imaginar, àquela altura, que teria alunos tão envolvidos e comprometidos no desempenho de sua atividade pesquisadora e escritora.. Assim, este trabalho testemunha a dinâmica de um processo de aprendizagem em colaboração, ou seja, o exercício reflexivo de um grupo de alunos-pesquisadores que busca uma metodologia de trabalho mais factível, capaz de reunir, ao mesmo tempo, interesses individuais e coletivos e contribuir para uma real aproximação da academia à realidade. Aqui, reside talvez a ousadia da proposta: a busca de caminhos alternativos para tornar o trabalho de formação oferecido pelas universidades mais significativo.

Percebi que o grupo pensava igual. Entendi que a sensação de bem estar com a vida acontece quando sentimos prazer por estarmos envolvidos por inteiro, em alguma atividade que nos interessa. E era assim que nos sentíamos naquele momento de busca, envolvidos por inteiro e felizes. Era exatamente isto que queria para meu alunos: transformá-los em pessoas cada vez mais autotéticas para que aprendam a desfrutar uma melhor qualidade de vida (Moraes, 2003). Queria como educadora cultivar nos meus alunos, futuros professores, experiências que fossem realmente gratificantes para eles, despertando assim, neles, o prazer pelo aprender. Administramos o tempo e o grupo redigiu pequenos ‘artigos’³, articulando os ensinamentos aprendidos com problemáticas atuais.

Assim, busquei os textos de Azeredo Rios (1992), Freire (1996), Paro, (2002 e 2005) Libâneo (2004), Meneses (1999) e alguns outros da coleção *Raízes para Leitura*⁴. As discussões e apresentações da leitura dos textos foram elaboradas pelos grupos e apresentadas em seminários. Sem dúvida, as apresentações motivaram a construção dos diversos textos, suas pequenas resenhas, que tornaram essa coletânea possível e cuja introdução tenho a honra de construir.

Abrem este trabalho dois textos que falam especificamente sobre a sala de aula e seus problemas; assim, o texto de Siqueira, Silva e Paredes discute a relação professor aluno em sala de aula, enfatizando e polemizando algo tão complicado que, na atualidade, tem tomado uma dimensão empresarial e obrigado muitos professores a desistirem da carreira docente. Dentro do mesmo contexto, aparece o texto de Rocha, Sernaglia, Lucena, Bonfim, Zanforlin, Rezende e Gomes que trata da questão da prática pedagógica nas escolas públicas brasileiras. As autoras utilizam-se, sobretudo, dos ensinamentos de Paro, 2002, que divide a discussão sobre tal assunto em duas atividades: atividades-meio e atividades-fim. Nesta última, inclui a prática pedagógica dos docentes. Ainda, seguindo as mesmas diretrizes, temos Vicente, Oliveira, Dametto, Sousa e Valverde e Tieni, valorizando a importância do trabalho em sala de aula com projetos. Admitem as autoras que projetar é realidade, entretanto não negam a dificuldade desse trabalho e alertam para a necessidade de participação de todos os segmentos da unidade escolar, envolvidos, para que seja um momento de reencontro de pessoas e troca de experiências. Apreçoam a luta para transformar a escola em um livro aberto, cheio de novidades e incentivos para que todos possam ter vontade de aprender e ser cidadãos para viver bem em sociedade.

Finalizando, aparece um texto mais específico da área de gestão: Ribeiro, Paiva, Silva, Bento e Faggion utilizam o tema Utopia da Gestão (Paro, 2002) e discutem a utopia da escola transformadora. Enfatizam também o papel do conselho de escola e sua relação com o diretor da escola, ambos responsáveis por uma gestão efetivamente democrática.

Desta forma, deixamos em aberto uma experiência realizada por um grupo de alunos de graduação que, unidos através da pesquisa, buscam mudanças e novas compreensões sobre ensinar e aprender. Agradeço aos autores pelo esforço em transformar seus trabalhos de curso em textos a serem compartilhados com uma comunidade mais ampla.

Termino, com palavras de uma aluna que talvez registrem um sentimento, que todos nós sentimos, quando nosso semestre de trabalho se encerrou:

Recordação

Ando com os sentimentos nos ares

Sou chuva sol e mares.

Choro lágrimas de chuva

Chuva que cai dos ares

Ando às vezes presa

Ando às vezes devagar

Mas nunca sei aonde irei chegar

Chuva molha a terra

Terra onde irei pisar

Só não sei qual parte dela eu irei recordar

Aí me volta o sentimento, sentimento da recordação

Recordação do passado que passei no sertão.

Autora: Cristiane Freire (aluna do 1º Semestre do curso de Pedagogia da Faculdade Santa Rita de Cássia)

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, F. J. de. 2001. Continuando a conversa... no.1 ano 1 Conae/Dot São Paulo – SME.
- AZEREDO RIOS, T. 1992 Significado e Pressupostos do Projeto Pedagógico In Revista Idéias no. 15 – FDE.
- COLEÇÃO RAÍZES: Projeto Escola, Trabalho Coletivo na Escola; A escola e sua função social, a sala de aula, Gestão compromisso de todos.
- FREIRE, Paulo. 1996. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra.
- LIBÂNEO, J. C. 2004. Organização e Gestão da Escola Editora Alternativa 1ª edição:2001.
- MENESES, J. G. de Carvalho. 1999. Estrutura e funcionamento da educação Básica. Pioneira. Thomson Learning Ltda.
- MORAES, M C 2003. Educar na Biologia do amor e da solidariedade. Editora Vozes
- PARO, V. H. 2002. Gestão democrática da escola. Ed. Ática. SP
- _____ 2005 Administração Escolar: introdução crítica. São Paulo: Cortez Ed.

Notas

- ¹ Fui aluna de Paulo Freire na Cátedra e tive a honra de com ele trabalhar quando foi secretário da educação do município de São Paulo.
- ² Divido com a Profa Eunice Carvalho (in memorian) a idéia deste projeto.
- ³ Observe-se que os textos produzidos pelos alunos apresentam a estrutura de um texto acadêmico: introdução, desenvolvimento, conclusão e referências bibliográficas.
- ⁴ Saliento que grande parte da bibliografia foi sugerida pela Coordenadora do Curso de Pedagogia, Dra. Rosiley Teixeira, a quem agradecemos.

2. Relação professor X aluno em sala de aula

Cláudia Maria Tamoyo (cmtamoyo@terra.com.br)

Kátia Gomes da Silva (katia.gomes@psicoexistencial.com.br)

Simone Idy Paredes (simoneparedes@terra.com.br)

Alunas do 3º semestre do Curso de Pedagogia da Faculdade Santa Rita de Cássia

Adelaide Ferreira Margato (organizadora).

Introdução

Após termos feito leitura do texto “A sala de aula”, apresentado trabalho sobre esse tema e das experiências vividas dentro de sala no curso de Pedagogia, resolvemos nos aprofundar nesse relacionamento do professor e aluno e produzir um texto. Assim, dividimos nossa discussão em dois itens: I – A relação professor x aluno e II – Conclusão. Segue a seguir uma breve discussão da relação professor x aluno.

A relação professor X aluno

Falar da relação professor X aluno é sobretudo não deixar de lado a atual situação por que passa a educação no Brasil. Tal situação reflete o que ocorre dentro do ambiente escolar. Em outras palavras, quantos professores sentiram na pele a discriminação de alguns alunos em relação ao seu papel em sala de aula? Quantos se perguntaram: “o que estou fazendo aqui?”

É fato que o professor, ao longo do tempo, foi perdendo prestígio e respeito perante a sociedade, o que acabou afetando sua posição, hoje, na sala de aula. O que se vê agora como bem disse Freire (1996: 35) é que as empresas estão se tornando cada vez mais escolas e as escolas, cada vez mais empresas. Dessa forma, o alunado, principalmente nas instituições privadas, vê no professor um funcionário pago por ele, sentindo-se até um pouco “patrão”¹ ou proprietário dele. Atualmente, principalmente na rede particular de ensino, o aluno é quem manda, quem diz se gostou ou não de tal professor, É possível dizer que, algumas vezes, o aluno funciona quase como um diretor paralelo, com poder de escolha e até de eliminar alguns mestres do corpo docente.

Por outro lado, há professores que, por medo, ignorância ou arrogância, não conseguem ter um bom relacionamento com os alunos e deixam de lado a aprendizagem efetiva, colocando em prática somente a pedagogia tradicional na qual o aluno é visto como uma folha em branco pronta para ser preenchida pelo digníssimo professor “sabichão.”²

Segundo Freire (1996:96):

o bom professor é o que consegue, enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas.

Ainda segundo o autor (op.cit), todo docente deixa sua marca, ou seja, tanto o professor autoritário, quanto o licenciado, desde o competente e sério até o incompetente, enfim, nenhum deles passa pelos alunos sem ser notado.

O professor, do século XXI, deve funcionar como um facilitador no acesso às informações. Neste sentido, deve agir como um bom amigo que auxilia o aluno a conhecer o mundo e seus problemas, seus fatos, suas injustiças e suas solidariedades, de forma que o sujeito-aprendente possa caminhar com liberdade de expressão e de

ação. Em contrapartida, o aluno deve respeitar o espaço escolar e valorizar o professor, sabendo aproveitar a magia do momento, o encantamento do aprender-ensinar-aprender.

Portanto, o professor, hoje, é aquele que ensina o aluno e com ele aprende, melhor dizendo, não se trata aqui daquele ensinar passivo, mas do ensinar ativo no qual o aluno é sujeito da ação, e não sujeito-paciente. Em última instância, é preciso ficar evidente que o professor, agora, é o formador e como tal precisa ser comunicador, questionador, criativo, colaborador, eficiente, flexível, gerador de conhecimento, difusor de informação e comprometido com as mudanças desta nova era.

Um era que acredita em uma escola diferente daquela que temos, uma escola em que o diálogo é a pedra de toque. Assim, os postulados de Vygotsky apontados por Rego (2001) parecem apontar para a necessidade de criação de uma escola em que as pessoas possam dialogar, duvidar, discutir, questionar e compartilhar saberes. Onde há espaço para transformações, para as diferenças, para o erro, para as contradições, para a colaboração mútua e para a criatividade. Uma escola em que os professores e alunos tenham autonomia, possam pensar, refletir sobre o seu próprio processo de construção de conhecimentos e ter acesso a novas informações. Sintetizando, uma escola em que o conhecimento já sistematizado não é tratado de forma dogmática, como verdade única totalmente esvaziado de significado e distante da realidade.

Dentro deste novo cenário, parece evidente a necessidade de uma nova relação entre professor-aluno, uma relação dialética, conjunta ou conjugada que nas palavras de Freire (1996) comporia uma relação sadia em que o professor ensina e aprende e o aluno aprende e ensina.

Conclusão

Concluimos que, como o ensino não pode e não deve ser algo estático e unidirecional, devemos nos lembrar de que a sala de aula não é apenas um lugar para transmitir conteúdos teóricos, mas é também local de aprendizado de valores e comportamentos, de aquisição de uma mentalidade lógica e participativa, que poderá possibilitar ao aluno bem orientado interpretar e transformar a sociedade.

Referências Bibliográficas

REGO, T. C. Vygotsky, uma perspectiva histórica - cultural da educação. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Notas

¹ Grifos nossos.

² Grifos nossos.

3. A prática pedagógica do professor nas escolas públicas brasileiras

Cláudia Passada Rocha (claudiavallentim@hotmail.com)

Cristina M. de Torres Sernaglia (crismts@bol.com.br)

Solange Aparecida Lucena (sol.lucena54@gmail.com)

Elisangela Davoglio Bonfim (elisangela.davoglio@yahoo.com.br)

Adriana Zanforlin de Almeida (zzdan@bol.com.br)

Isabel Cristina de Rezende (irezende@bol.com.br)

Carmen Sylvia S. Gomes (cssgomes@terra.com.br)

Alunas do 3º semestre do Curso de Pedagogia da Faculdade Santa Rita de Cássia

Adelaide Ferreira Margato (organizadora).

Introdução

A realidade da docência na escola pública brasileira deixa de ser a “poeira escondida debaixo do tapete”¹, pois passou a ser foco em diversas e diferentes pesquisas e projetos políticos. Comprovando tais idéias, há uma grande quantidade de trabalhos e projetos que se voltam para a prática pedagógica., entretanto, a grande maioria deles mascara o assunto, usando-o apenas como “fachada”², tendo por trás, objetivos mais fortes ligados sobretudo à política.

Nosso objetivo ao tratar desse assunto, as práticas pedagógicas dos professores em escolas públicas, não é só sensibilizar os docentes em serviço, mas também os futuros professores, alunos do curso de pedagogia e fazê-los refletir sobre suas presentes ou futuras ações nas escolas públicas.

Assim, dividimos nossa discussão em dois itens: a prática pedagógica dos professores em atuação nas escolas públicas brasileiras e uma conclusão do grupo. Na elaboração de nossa discussão, os textos trabalhados na disciplina Gestão Escolar, sobretudo os de Paro, 2002, foram de grande valia.

A prática pedagógica dos professores em atuação nas escolas públicas brasileiras

Paro (2002) faz uma belíssima reflexão sobre o trabalho docente nas escolas públicas em seu texto: “O caráter político e administrativo das práticas cotidianas das escolas públicas”. Para ele, estudar estas práticas cotidianas na escola é refletir sobre tudo o que acontece no ambiente escolar, e para melhor reflexão, ele as divide em duas: atividades meio e atividades fim.

As atividades meio são as viabilizadoras para a realização direta do processo pedagógico escolar. Nela incluem os trabalhos da direção escolar, serviços de secretária, assistência escolar e as atividades complementares.

Já a prática pedagógica dos docentes, nas escolas públicas, que é o foco de nossa reflexão, está inclusa nas atividades fim, que ele classifica como aquelas atividades que dizem respeito à apropriação do saber pelos educandos, inclusive a atividade de ensino-aprendizagem, dentro e fora da sala de aula.

Para Paro (2002), a docência presente na escola pública está totalmente alienada e parece estar em busca de objetivo “nenhum”. Esse alienamento é devido a fatores tais como: (1) descaso por parte das autoridades no âmbito, social, econômico, político e cultural, (2) as condições desfavoráveis encontradas nas escolas públicas de hoje, (3) a insatisfação pessoal seguida pelo comodismo dos próprios docentes e (4) a falta de perspectiva para solucionar estes problemas.

Além deste alienamento, Paro (2002) critica uma pedagogia tradicional trabalhada nas escolas públicas, que, segundo ele, é a pedagogia mais tradicional possível e que há tempos é criticada por Paulo Freire.

Vale lembrar algumas características da pedagogia tradicional: (1) o professor é a autoridade máxima na sala de aula, e é ele o detentor de todo o conhecimento, é (2) o único transmissor de informações de uma maneira global, sem se preocupar com o modo individual de aprender dos alunos; que (3) se limitam à passividade, simples receptores de conhecimento capazes apenas de escutar e memorizar o que lhes foi passado.

A Revista Nova Escola (2007), ilustra com uma pesquisa apontando para a desencorajação dos próprios professores em suas práticas. Tal pesquisa relata que cerca de 23% dos professores acham a educação no Brasil ruim ou péssima, e 33% acreditam que daqui a dez anos a educação continuará ruim.

Mas não podemos concluir que todos os docentes atuantes nas escolas públicas brasileiras estejam alienados e/ou realizando trabalhos medíocres, sem uma real preocupação com os objetivos dos profissionais da educação. Podemos encontrar aqueles que ainda acreditam na profissão e que fazem um pouquinho a cada dia para modificar essa história.

Conclusão

O sucesso de qualquer medida depende, acima de tudo, do compromisso dos professores para acabar de vez com os entraves da problemática do trabalho docente.

Revista Nova Escola, 2008.

Segundo Freire (2007) e Nóvoa (2002), mudanças são possíveis, pois ainda podemos encontrar professores que continuam lutando em busca de melhores condições dentro de suas carreiras, sala de aula e práticas de ensino-aprendizagem.

Como acreditamos na afirmação acima, fomos em busca dessas práticas merecedoras de reconhecimento, que nos fizeram refletir sobre nossas ações atuais e ações futuras.

Encontramos projetos para desenvolver a oralidade e a escrita na pré-escola, fazendo com que as crianças expressem suas preferências e respeitem os colegas, projetos de matemática, que ensinam sobre o funcionamento dos números em diversos contextos, projetos sobre brinquedotecas que promovem a autonomia e estimula o convívio e a interação das várias faixas etárias, entre outros.

Algumas dessas boas práticas pedagógicas são encontradas em reportagens como na Revista Nova Escola, (diversas publicações) e mostram professores de escolas públicas expondo seus trabalhos e projetos que refletem o sucesso no processo de aprendizagem.

Concluindo, este é o momento de nos espelharmos nesses “professores nota 10”³. Afinal, nós, futuros professores, não podemos deixar de lutar, por aquilo em que acreditamos. Parafraseando e acrescentando às idéias da epígrafe: é hora de arregaçar as mangas e ir em busca de um Brasil melhor com uma educação melhor, afinal, mudanças são possíveis, desde que haja comprometimento de todos.

Referências Bibliográficas

PARO, V. H. 2002. Gestão democrática da escola. Ed. Ática. SP

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo. Ed. Paz e Terra, 2000.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (coord.) Os professores e a sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote Instituto de Inovação Educacional, 1995.

TOLEDO, Adriana. Eu prefiro bonecas. Revista Nova Escola, São Paulo, edição 211, abr. 2008.

WOLMAN, Susana. O Ensino dos Números no Nível Inicial e no Primeiro Ano da EGB, Letras y Números: alternativas didácticas para jardín de infantes y primer ciclo de la EG. Ed Santillana. Argentina

Notas

¹ Nossos grifos.

² Nossos grifos.

³ Revista Nova Escola. Ed. Novembro de 1999, p.35.

4. Projeto Escola

Ana Paula Vicente (anapv2006@yahoo.com.br)

Andrea Maria Marques de Oliveira

Célia Oller Dametto

Maria Neusa de Sousa

Mari Sara Valverde

Sueli Conceição Tieni

Alunas do 3º semestre do Curso de Pedagogia da Faculdade Santa Rita de Cássia

Adelaide Ferreira Margato (organizadora).

Introdução

Ai de nós, educadores, se deixarmos de sonhar sonhos possíveis.

Os profetas são aqueles ou aquelas que molham de tal forma nas águas da sua cultura e da sua história, da cultura e da história de seu povo, que conhece o seu aqui e o seu agora e, por isso, podem prever o amanhã que eles mais do que adivinham, realizam.

Freire, 1996.

O grupo escolheu o tema projeto escola porque fizemos um trabalho sobre o assunto e apresentamos em sala de aula para os alunos durante o curso de pedagogia na disciplina de Gestão.

Além disso, é evidente a extrema importância do tema tanto para a vida escolar do aluno quanto para o professor e a própria comunidade. O grupo começa a discussão sobre o que é projeto escola

O que é Projeto Escola?

Projeto escola é uma diferença no ensino, é um trabalho que tenta resolver problemas, chegando a um objetivo. Neste sentido, transforma o aluno e a sociedade, ensinando todos a viver em grupo, sendo cidadãos para que possam transformar o mundo em um lugar melhor para viver.

Projeto são planos organizados para a construção do saber ou para ajudar na melhoria de algo que já existe.

No projeto escola os planos e ações são feitos para a construção e a melhoria de movimentos que façam os alunos terem um aprendizado melhor e mais tarde sejam pessoas felizes

Como surge o Projeto Escola?

O projeto escola surge para transformar a escola com a ajuda de todos. Neste sentido o projeto é feito para a melhoria de escolas e para ajudar os alunos a se desenvolverem e superar suas dificuldades nas matérias estudadas em cada série.

Tais projetos surgem de um grupo de pessoas e muitas vezes de professores preocupados com a educação e o aprendizado de seus alunos.

Trajetória do Projeto Escola

Para que um projeto seja construído é necessário que tenha a participação de todos, sendo professores, alunos, direção e principalmente a comunidade.

Para saber o que fazer é necessário, primeiramente uma análise com a opinião da comunidade, dos alunos e até mesmo dos professores e analisar os pontos que vão aparecendo, depois traçar os objetivos e trabalhar, no coletivo, frisando que é necessário a parceria de todos para que o projeto dê certo.

Alguns projetos são feitos para cuidar do prédio escolar, com a preocupação do uso do espaço físico, fato que, sem dúvida, também ajudará os alunos a se desenvolverem.

Mas os projetos mais importantes são aqueles que tratam exclusivamente do aprendizado do aluno, com aulas de informática, aulas de reforço durante e depois do período escolar e o ensino de matérias com aulas diferenciadas como xadrez que ajudem no desenvolvimento do raciocínio lógico dos alunos, trabalhando assim com a parte da matemática e física, entre outras disciplinas.

Avaliando o Projeto Escola

O projeto é algo que precisa ser acompanhado no seu andamento a todo o momento para que possamos perceber seus resultados de perto e direcionarmos seu rumo, mudando o que não deu certo e aprimorando o que já está acontecendo.

Todos os movimentos ou acontecimentos do projeto devem ser registrados, pois são documentos e devem ser guardados, para que, no final, possamos avaliar se o seu propósito foi atingido, fazendo com que todos ganhem, fortalecendo assim, as relações entre escola e comunidade.

Conclusão

Projetar é fazer realidade. Não é um trabalho fácil e por isso é necessário que tenha a participação de todos, para que seja um momento de reencontro de pessoas que se preocupam com as outras pessoas e um momento de troca de experiências.

Não é fácil, mas com determinação e dedicação teremos um lugar e um ensino melhor para todas as crianças, ou seja, lutar para transformar a escola em um livro aberto cheio de novidades e incentivos para que todos possam ter vontade de aprender e ser cidadãos para viver bem em sociedade.

Referências Bibliográficas

Coleção Raízes. Cenpec apoio Unicef. Mec Projeto de Escola.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

5. Utopia da Gestão Escolar

Adriana A. Ribeiro
Ana Paula B. S. Paiva
Lenice F. da Silva
Lucimara C. Bento
Riva Faggion.

Alunas do 3º semestre do Curso de Pedagogia da Faculdade Santa Rita de Cássia
Adelaide Ferreira Margato (organizadora).

Introdução

Escolhemos o tema *Utopia da Gestão Escolar*, porque fizemos a leitura do texto do Paro (2002), para uma apresentação, na aula da disciplina Gestão Escolar, na qual obtivemos êxito, além de termos gostado do assunto.

Conforme o autor (op.cit), a utopia da gestão escolar envolve vários tópicos como: gestão democrática, solucionar problemas da escola, sistema hierárquico, conselho escolar, núcleo de pressão, dominantes e dominados, escola participativa, entre outros. O nosso texto terá como base o tópico que diz respeito à escola transformadora, porque ela pode fazer a diferença tanto na vida dos professores, alunos, direção, quanto comunidade.

Apresentaremos a seguir uma breve discussão, iniciando o que é a escola transformadora para, em seguida, apresentarmos uma breve discussão sobre a importância do conselho de escola. No último item, concluiremos.

Escola Transformadora

Para termos essa escola transformadora, precisamos mudar a que temos, começando com o sistema de autoridade e a distribuição do trabalho no interior dela. Isso ocorrerá, à medida que se consiga, na forma e no conteúdo, levar as camadas trabalhadoras a se aproximarem de um saber historicamente acumulado e desenvolver a consciência da crítica em uma escola transformadora que nada mais é senão aquela que tem gestão democrática, que sabe solucionar problemas que dizem respeito aos alunos, corpo docente e a comunidade. Deve ter também um conselho escolar competente, unido, democrático e ativo. Quem sabe um dia a escola transformadora deixe de ser uma utopia e passe a fazer parte da realidade escolar, transformando a mente e o caráter do homem?

A importância do conselho da Escola

O diretor de escola é uma pessoa muito importante dentro da escola, ele é responsável por manter o bom funcionamento da instituição, por outro lado é também considerado autoridade máxima dentro da instituição. Todavia, sozinho não é capaz de operar grandes projetos, assim, o conselho escolar é muito importante para o bom funcionamento da instituição, porque viabiliza uma gestão democrática que teoricamente envolve a participação da direção, dos professores, alunos, pais e da comunidade, beneficiando a todos.

O poder é colocado na mão do diretor principalmente quando o conselho não é ativo e democrático, principalmente, porque muitos pais trabalhadores, em sua maioria, não têm condições de participar das decisões do conselho, principalmente porque não podem se ausentar do trabalho, sem prejuízos financeiros, para

participar das reuniões de pais e mestres ou de conselho de escola. Como consequência, muitas transformações voltadas para a melhoria da escola acabam não acontecendo.

É oportuno lembrar que o conselho de escola passou a ter existência legal em São Paulo a partir da lei complementar nº 201/78; antes era, todavia, apenas de natureza consultiva do diretor de escola e tinha a função de melhorar o processo de decisão. A lei complementar nº 375/84 tornou o conselho de escola, deliberativo após vários anos de inoperância.

A função do conselho de escola, órgão presidido pelo diretor de escola, é apresentar reivindicações, decisões sobre as políticas escolares, fiscalizar a execução de serviços no âmbito escolar.

Conclusão

Para termos essa escola transformadora o governo precisa investir financeiramente em educação, tanto no corpo docente quanto discente; além desse investimento a instituição precisa de um excelente conselho escolar, visto que é um embrião, uma potência a ser explorada desde que esteja articulada com interesses populares da escola, com o apoio da direção e a participação da comunidade envolvida.

Os educadores precisam ver a educação como um processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social. Assim, em um futuro próximo poderemos ter escolas diferentes e transformadoras que funcionem com um sistema rico em conhecimento.

Referências Bibliográficas

PARO, V. H. 2002. Gestão democrática da escola. São Paulo: Ed. Ática.

Autonomia e Limitações do Professor Universitário

Rafael Annunziato Neto
Professor da Faculdade Santa Rita de Cássia,
Mestre em Educação (UNINOVE/SP) e Mestre em Administração de Empresas (UNG/SP)

Resumo

A questão da autonomia e limitação do professor universitário perpassa pela liberdade que o professor possui dentro da instituição de ensino ou do seu espaço acadêmico. Autonomia do professor universitário está diretamente relacionada com o meio escolar (alunos, política e estrutura escolar) e capacidade da articulação da dimensão técnica e do domínio de conhecimentos específicos. Os fatores que limitam a sua atuação profissional estão ligados diretamente com os sistemas de controle rígido e a cultura clientelista.

Palavras-chave

Autonomia, Liberdade, Pós-moderno.

Abstract

The subject of the autonomy and the teacher's university pass limitation for the freedom that the teacher possessed inside of the teaching institution or of his/her academic space. The university teacher's autonomy is directly related with the school middle (students, politics and school structure) and capacity of the articulation of the technical dimension and of the domain of specific knowledge. The factors that limit his/her professional performance are linked directly with the systems of rigid control and the culture clientele.

Keywords

Autonomy, Freedom, Post-modern.

Autonomia e Limitações do Professor Universitário

1. Introdução

Ser professor, em particular na universidade, significa que deve ter domínio de seu campo de pesquisa, evidenciando a sua preparação científica, técnica e social. A docência é um processo contínuo de construção do perfil profissional, fundamentado na prática e em saberes pedagógicos.

A autonomia é a manifestação da liberdade e da capacidade de mediação entre os atores do processo educacional e os saberes que direcionam aos objetivos educacionais.

O professor universitário, na figura de mediador do processo de ensino-aprendizagem tem sua ação limitada pelas estruturas educacionais (alunos, direção, coordenação, mantenedor) que impõem condições, regras e sistemas de controle. Ele é o mediador do conflito entre o sistema atual e universidade do futuro.

2. O ensino na universidade

Trainados para seguir um pré-teste, exercícios e modelos instrucionais de pós-testes, os professores eficientemente seguem uma pedagogia científica que tem lhes colocado insidiosamente como parte de sua própria 'lógica cultural' - uma lógica que serve para domesticar a sua imaginação pedagógica. (KINCHELOE, 1997, p.17)

Kincheoloe (1997) critica o sistema de ensino americano a partir da análise da influência do modernismo na política educacional, estabelecendo uma relação de causa e efeito das políticas de governo na educação. A proposta central é a inserção do pensamento pós-moderno na educação para solucionar os problemas atuais do sistema de ensino que enfatizam a formação de técnicos para o trabalho. Esta política exige apenas um treinamento operacional na formação de professores não necessitando do desenvolvimento da crítica e reflexão.

Kincheoloe (1997) recomenda que o professor utilize em sala de aula os métodos de pesquisa qualitativa e pesquisa-ação, afirmando que o professor deve ser um pesquisador capaz de criar e construir o seu conteúdo com base na cultura dos alunos e na necessidade de cada aula, pois a educação é regida pelo princípio da incerteza. Cada aula é um novo momento de aprendizado e o estabelecimento de sistemas rígidos de controle apenas enfraquecem o papel do professor em sala de aula. O pensamento freiriano e os conceitos da teologia da libertação são apresentados como formas pós-modernas que podem contribuir para a operacionalização da educação que aliada ao construtivismo de Piaget formam uma aliança conceitual que fortalece a formação dos professores.

A mudança de paradigma na educação poderá ser iniciada com um novo professor crítico atualizado e defensor do pensamento pós-moderno capaz de criar um novo processo de construção do conhecimento, reunificando os saberes.

3. Autonomia do professor universitário

Segundo Lorieri (2003), autonomia é a capacidade que as pessoas possuem em decidir, por si mesmas, a sua conduta ou aceitarem as regras de conduta já existentes. A palavra autonomia origina-se no grego, formada por *autos* (eu mesmo) + *nomia* (regras).

Freire (2003, p.59) afirma que a autonomia é uma forma de liberdade que o professor deve respeitar e valorizar, enfatizando que “o respeito à autônoma e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. O respeito e ética estão em um contexto amplo, envolvendo as diferenças individuais, culturais, as ideologias e posição política. O aprendizado é o resultado de uma troca entre o docente e discente, gerado a partir do comprometimento educacional, da consciência ideológica e política assegurado pela especificidade humana de ensinar. A autonomia pode ser entendida como o resultado deste processo. Rios (2001, p.122) complementa o posicionamento de Freire ao afirmar:

A idéia de liberdade se articula a de autonomia, que significa a possibilidade de estabelecer princípios e regras para ação, reconhecendo e internalizando os valores do contexto ou problematizando e substituindo aqueles que não se mostram consistentes. O desenvolvimento moral dá-se exatamente num processo que vai da heteronomia, quando o comportamento dos indivíduos se pauta apenas pelas imposições externas, para a autonomia, quando os indivíduos são capazes de avaliar e reformular os valores norteadores da conduta.

A autonomia é uma forma de liberdade onde o aluno e o professor a partir de seus valores pode estabelecer seus critérios, sua própria forma de pensar e agir, portanto a autonomia é a capacidade de construir critérios, formular idéias e posicionar-se frente ao contexto. “Nas profissões em geral, a autonomia se revela pela capacidade profissional em conceber e implementar novas alternativas, diante da crise e dos problemas da sociedade” (CAVELLET,1990 apud PIMENTA, 2002, p. 106).

Segundo Rios (1993), o conceito de autonomia nos conduz a pensar em regras, normas, leis, criadas pelos próprios indivíduos. Autonomia está relacionada com a idéia de liberdade que se concretiza em relação a algo, pois não há homens livres sozinhos, sendo que a relação com o outro que define os limites da liberdade. “A autonomia não significa solidão, impossibilidade de relacionamento ou determinação de nossas leis à revelia daqueles com que nos relacionamos – daí a idéia da autonomia relativa” (RIOS, 1993, p 16). A autonomia se materializa em relação ao algo, assim com o da liberdade, desta forma quando se trata da autonomia na educação deve-se considerar todo o ambiente educacional, ou seja, a autonomia pode ser entendida como um projeto em construção num horizonte ético-político.

Construir ética e politicamente a autonomia não teria significado se não se aliassem à perspectiva ético-política a dimensão técnica, o domínio seguro de conhecimentos específicos, a utilização de uma metodologia eficaz, a consciência crítica e o propósito firme de ir ao encontro das necessidades concretas de sua sociedade e de seu tempo (RIOS, 1993, p.19).

A autonomia pode ser entendida como a manifestação da liberdade de pensamento e da capacidade da articulação da dimensão técnica, do domínio de conhecimentos específicos sob a luz de uma metodologia eficaz com o propósito de atender os objetivos educacionais baseados na responsabilidade moral. Segundo Vázquez (1975, p.100) “responsabilidade moral pressupõe, a possibilidade de decidir e agir vencendo a coação externa ou interna”, ou seja, o professor tem a liberdade, portanto autonomia para criar, construir, agir, interferir no processo educacional para formar o seu aluno.

Vázquez (1975) diante da questão da liberdade ressalta a necessidade de compreensão de três posições filosóficas para o esclarecimento da dimensão da liberdade que está diretamente relacionada com a determinação do próprio comportamento, sujeita as relações de causa e efeito. A questão do determinismo defendido pelos materialistas indica que “os atos humanos não são nada mais que elos de uma cadeia causal universal; nela, o passado determina o presente” (VÁZQUES, 1975, p.103), no entanto não significa que o homem não possa através da sua consciência interferir e escolher livremente alternativas. O libertarismo que significa “[...] decidir e operar como se quer; ou seja, pode agir de modo diferente de como fizemos se assim quiséssemos e decidíssemos” (VÁZQUES, 1975, p. 105), este pensamento implica na ruptura da continuidade, ou seja, “a liberdade se apresenta como um dado da experiência imediata ou como uma convicção inquebrantável que não pode ser destruída pela existência da causalidade” (VÁZQUES, 1975, p. 105). O determinismo e o libertarismo ao estabelecerem “uma oposição absoluta entre necessidade causal e liberdade, não pode ser uma solução satisfatória ao problema da liberdade” (VÁZQUES, 1975, p. 108), gerando espaço para a idéia de que a “liberdade e necessidade se conciliam” (VÁZQUES, 1975, p. 102), construindo-se a partir de uma solução dialética.

A questão da liberdade na autonomia se caracteriza pela sua relatividade, pois está vinculada aos aspectos morais e ao conhecimento científico, VÁZQUEZ afirma “como liberdade de escolha, decisão e ação, a livre vontade acarreta, em primeiro lugar, uma consciência das possibilidades de agir numa ou outra direção” (VÁZQUES, 1975, p. 113).

Morin apud Pessis-Pasternak (1993) afirma que a autonomia está relacionada com o conceito de dependência, fundamentada na idéia sistêmica de emergência e da cibernética de retroação, conceitos da física que são utilizados para explicar os fenômenos biológicos.

Toda teoria da organização já é uma teoria da autonomia, pois a organização assegura ao sistema uma relativa autonomia em relação aos fatores deterministas e aleatórios do exterior. A noção de autonomia não é antinômica, mas complementa a idéia de dependência, uma vez que todo organismo vivo deve se alimentar de matéria/energia/informação para o poder existir, reorganizar-se; ele depende, portanto do meio exterior, assim como de seu patrimônio genético. (PESSIS-PASTERNAK, 1993, p. 90).

Autonomia do professor universitário está diretamente relacionada com o meio escolar (alunos, política e estrutura escolar) e capacidade da articulação da dimensão técnica e do domínio de conhecimentos específicos. Sob a óptica da legislação educacional poderá ser entendida como a capacidade de buscar e criar soluções de problemas de forma independente, tornando-se fundamental para o exercício profissional. As diretrizes curriculares determinam a construção dos currículos escolares, mas a falta de ênfase nas questões relativas a autonomia e, sobretudo na autonomia do professor demonstra que a política educacional é de aumentar o contingente de alunos, independente da qualidade, embora o conceito fundamental das diretrizes e a preparação para a vida.

4. Ser professor na universidade

o professor universitário aprende a sé-lo mediante um processo de socialização em parte intuitiva, autodidata ou (...) segundo a rotina dos outros”. Isso se explica, sem dúvida, devido à inexistência de uma formação específica como professor universitário. Nesse processo, joga um papel mais ou menos importante sua própria experiência como aluno, o modelo de ensino que predomina no sistema universitário e as relações de sus alunos, embora não há que se destacar a capacidade autodidata do professorado. Mas ela é insuficiente (BENEDITO, 1995, p. 131 apud PIMENTA, 2002, p. 36)

As estatísticas da UNESCO indicam que o contingente de professores universitários no período entre 1950 a 1992 aumentou 40 vezes. Grande parte são professores improvisados, despreparados como pesquisadores e sem formação pedagógica.

No Brasil a questão apresentou a mesma característica, impulsionada pelo vertiginoso aumento do ensino superior privado ocorrido na década de 90. No artigo 66 da LDB não especifica os critérios necessários para ser professor universitário, indica que basta ter diploma de especialista, mestre e/ou doutor. As questões relativas à metodologia do ensino na formação do professor são atendidas parcialmente somente nos cursos de Lato-Sensu.

Pimenta (2002, p. 80) afirma que “ser professor universitário supõe o domínio de seu campo específico do conhecimento para ensinar supõe mais do que uma apropriação enciclopédica”, implicando na elevação do nível da civilização. Há necessidade da preparação científica, técnica e social na formação dos jovens na universidade. A docência na universidade é um processo contínuo de elaboração da identidade profissional, fundamentados na experiência e nos saberes específicos das áreas de conhecimento.

A docência universitária tem por foco a construção de um processo de mediação entre professores e alunos na conquista do conhecimento.

O papel do professor será, então de desafios, estimular, ajudar os alunos na construção de uma relação com o objeto de aprendizagem que, em algum nível, atenda a uma necessidade deles, auxiliando-os na tomada de consciência das necessidades apresentadas socialmente a um formação universitária. (PIMENTA, 2002, p.215).

A docência universitária tem um caráter complexo e dinâmico, realizado em situações não estruturadas que exigem uma compreensão do momento e uma ação na qual não se pode ser prevista devido à amplitude da atividade educativa.

As práticas administrativas e pedagógicas na universidade ao longo do tempo devem ser uniformizadas pelas às ações das comissões e orientações curriculares do MEC, que ao autorizar, reconhecer ou revalidar um curso universitário procuram estabelecer procedimentos mínimos e comuns a todas as instituições de ensino. A operacionalização destes procedimentos está relacionada com o grau de conhecimento e a forma de gerenciamento da instituição. As variações existem, entretanto, são mantidos os fundamentos que são avaliados pelas comissões de especialistas que enviam representantes para averiguação. O professor ao operacionalizar seu trabalho tem por obrigação apresentar a instituição o conteúdo programático, plano de aula e critérios de avaliação (padronizados) para serem avaliados, registrados e controlados.

O sistema de controle com propósito de atender as exigências das comissões de especialistas e demonstrar qualidade e nivelamento dos cursos cerceiam a liberdade de criar, improvisar, reconstruir e de traçar alternativas no perfil do egresso. No início do ano aluno letivo o professor é obrigado a participar de reuniões de planejamento que impõe o conteúdo programático e o roteiro das atividades (plano de aula) que devem ser desenvolvidas em sala de aula e que não podem ser alteradas, ou seja, devem ser cumpridas a risca. O professor que não atender estas condições pode sofrer sanções e para se proteger aceita perder e/ou diminuir a autonomia.

O aluno no processo de ensino é o objetivo final da ação pedagógica e cabe ao professor na universidade apresentar os conteúdos que atendam as necessidades dos alunos, as exigências legais (MEC e Comissão de Especialistas), mercado de trabalho e política da instituição de Ensino. O professor neste contexto é um articulador, mediador dos saberes que negocia com os interlocutores do processo

a adequação das práticas e conhecimentos necessários ao aluno. Cada vez mais o aluno apresenta resistência ao estudar e ao conteúdo, exigindo um diálogo com os professores que nem sempre conseguem dirimir dúvidas e manter a qualidade do conteúdo pois o aluno de instituição particular ou pública se considera cliente e não aluno. As necessidades precisam ser atendidas com o mínimo de conflitos e traumas não importando o tipo de resistência, sempre considerando que o professor é uma peça descartável.

A universidade brasileira vive um conflito entre a sua prática e o estado da arte no ensino universitário pode ser representado pelo pensamento de Lyotard (1989, p.101) que afirma que a “universidade começa ou deveria começar a desempenhar um papel novo no quadro do melhoramento das performances do sistema, como seja o da reciclagem ou da educação permanente”, onde a universidade se subordina ao poderes. A nova perspectiva é a construção de competências operacionais e criação de banco de dados (deposito de informações) que caracteriza a vida pós-moderna.

Ser professor universitário é mediar o conflito entre o sistema atual (alunos, instituição de ensino, legislação e cultura universitária) e universidade do futuro, subordinada ao mercado de trabalho que têm como orientação a produção do saber e a sua transmissão.

4. Considerações finais

A questão da autonomia e limitação do professor universitário perpassa pela liberdade que o professor possui dentro da instituição de ensino ou do seu espaço acadêmico.

liberdade aparece quando o ser humano dispõe das possibilidades mentais de fazer uma escolha e de tomar uma decisão e quando dispõe das possibilidades físicas ou materiais de agir segundo a sua escolha e a sua decisão (Morin, 2003, p.267).

A autonomia existe em relação ao outro, ou seja, ela é dependente, pois “aquilo que produz a autonomia, produz a dependência da autonomia” (MORIN, 2003, p.269). Os mesmos elementos que podem proporcionar a liberdade podem provocar as limitações que vão interferir na qualidade do ensino.

A autonomia do professor universitário é um conceito em que o professor deve absorver como fundamento ético profissional pois é uma dimensão que pode assegurar a qualidade do ensino e alcançar um dos propósitos de Lyotard (1989, p. 106)

ensino deve assegurar não apenas a reprodução das competências, mas também o seu progresso, será conseqüentemente, preciso que a transmissão do saber não esteja limitada às das informações, mas que ela englobe a aprendizagem de todos os procedimentos capazes de melhorar a capacidade de conectar campos que o organização tradicional do saber isola ciosamente.

O professor autônomo, capaz de decidir sobre o que ensinar, como ensinar e quanto ensinar, baseado em princípios educacionais sólidos com profundo domínio dos saberes e um elemento essencial para a construção de uma ambiente educacional que promova o desenvolvimento. Entretanto a visão mercantilista, clientelista de políticas educacionais destroem gradativamente o ensino e a conseqüentemente a autonomia do professor que se tornou refém do sistema educacional.

5. Bibliografia

- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 12a. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981, 150p.
- GERALDI, Corinta Maria Grisolia; FLORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. Cartografia do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a). Campinas: Mercado das Letras, 1998, 335p. 2a Impressão 2001.
- _____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 27ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003, 148p.
- KINCHELOE, Joe L. A formação do professor como compromisso político - mapeando o pós-moderno. Rio Grande do Sul: Artes Médicas, 1997, 262p.
- LORIERI, Marcos Antônio. Educação para o pensar. São Paulo: Mimeografado, [2004].
- _____. Ética e educação. São Paulo: Mimeografado, [2004].
- LYOTAR, Jean-François. A condição pós-moderna. 2ª Ed. Lisboa: Gradiva, 1989.
- MORIN, Edgar. O método 5 – a humanidade da humanidade – a identidade humana. Rio Grande do Sul: Salinas, 2003
- PESSIS-PASTERNAK, Guitta. Do caos à inteligência artificial – quando os cientistas se interrogam. 2º Ed. São Paulo: Unicamp, 1993.
- PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIO, Léa das Graças Camargos. Docência no ensino superior. V1. São Paulo: 2002, 279p. ISBN 85-249-0857-2. Coleção docência em formação.
- RIOS, Terezinha Azerêdo. A autonomia como projeto – horizonte ético-político. In BORGES, Abel S e outros. A autonomia e a qualidade do ensino na escola pública. São Paulo: FDE, 1993, p. 131/181. Série idéias nº 16.
- _____. Competência ou competências – o novo e o original na formação de professores. Didática e práticas de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos. Rio de Janeiro: DP & A, 2002, p.154-172.
- _____. Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade. 9a. Ed. São Paulo: Cortez, 2001a, 158p.
- _____. Ética e competência. 11ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001b. Coleção Questões da Nossa Época.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução a uma ciência pós-moderna. 3a. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000, 176 p.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade. 9a ed. São Paulo: Cortez, 2003, 348p.
- VÁSQUES, Adolfo Sánchez. Ética. 2a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, 267p.
-

O ensino de segunda língua através de uma abordagem lexical

Claudia Castro
Professora de Inglês, Especialista em Gramática da Língua Inglesa e
Coordenadora do Centro de Idiomas Salesiano (claudia@alcastro.com.br).

Resumo

Devido ao grande número de pessoas que estudam ou ensinam uma língua estrangeira, este artigo tem por objetivo apresentar uma nova abordagem que surge frente ao ensino de uma segunda língua – uma abordagem lexical. Esta nova abordagem vem com o objetivo de abrir nosso olhar para a relação entre a gramática de uma língua e seu vocabulário, fazendo uso de técnicas inovadoras no ensino, sempre trabalhando através de exemplos concretos e fiéis a língua estudada.

Palavras-chave

Abordagem, língua estrangeira, léxico, corpora.

Abstract

Due to the large number of people who study or teach a foreign language, this article aims to present a new approach which its aim is to show a new approach of the teaching of a second language - a lexical approach. This new approach comes with the goal of opening our eyes to the relationship between the grammar of a language and its vocabulary, using innovative techniques in teaching, always working through concrete examples and faithful studies the language.

Keywords

Approach, foreign language, lexicon, corpora.

O ensino de segunda língua através de uma abordagem lexical

Nos dias de hoje falar ou estudar uma língua estrangeira passou a ser algo necessário na vida das pessoas. Então, levantamos as seguintes perguntas em relação ao aprendizado de uma língua estrangeira. Qual a língua estrangeira mais difícil de se aprender, e ainda qual é a grande dificuldade em aprender uma segunda língua?

O japonês, o chinês e até mesmo o alemão seriam línguas citadas por muitos aprendizes de língua estrangeira, isto devido às dificuldades que estas línguas apresentam quanto a sua gramática, ao alfabeto e as formas escritas. Estas dificuldades surgem, pois, alguns cursos focam sua metodologia de ensino em um método gramatical e na construção do vocabulário.

Com o passar dos anos, os métodos de aprendizagem de uma segunda língua vem se aprimorando e até mesmo mudando seu foco gradativamente. No passado os métodos utilizavam tradução, repetição ou abordagens sistemáticas no ensino de uma segunda língua.

Hoje quando se fala em ensinar uma segunda língua, surge uma nova abordagem, o ensino através do léxico. Ensinar através desta abordagem torna o ensino mais natural e próximo aos nativos da língua estudada.

Segundo Willis (1990), Léxico é pode considerado um acervo de palavras que uma determinada língua possui, isto é, todo o conjunto de palavras que as pessoas de uma determinada língua têm à sua disposição para expressar-se oralmente ou por escrito.

O léxico apresenta uma característica básica a mutabilidade, pois ele está em constante movimento e mudança. Percebemos isso quando algumas palavras se tornam arcaicas, ultrapassadas ou fora de uso. Ou ainda, quando outras são incorporadas em uma língua e o seu sentido/significado muda. Toda estas alterações e mudanças do léxico ocorrem gradualmente e de forma imperceptível. É importante ressaltar que o sistema léxico de uma língua traduz a experiência cultural acumulada por uma sociedade através do tempo. O léxico pode ser considerado como o patrimônio vocabular de uma comunidade lingüística através de sua história que é transmitido de geração em geração. O léxico é utilizado pelo usuário da língua para a formação do seu vocabulário, para sua própria expressão no momento da fala e para a efetivação do processo comunicativo. Assim, o vocabulário de um indivíduo caracteriza-se pela seleção e pelos empregos pessoais que ele faz do léxico, esse inventário aberto de palavras disponíveis em seu idioma. Assim quanto maior for o vocabulário do usuário, maior a possibilidade de escolha da palavra mais adequada ao seu intento expressivo.

Muitos estudos citados por CARTER & MCTARTHY (1988) têm revelado que léxico assumiu e continua assumindo um papel de grande importância no estudo de línguas.

Segundo DELLAR (2008), quando o professor ensina através do léxico, o professor para de pensar sobre gramática e palavras sendo coisas distintas ou independentes. E o professor tem em suas mãos várias técnicas de ensinar através do léxico, como por exemplo, técnicas de tradução, ditados, repetições, etc. Mas o que deve ser mudado em um curso é a forma e o conteúdo de ensinar uma língua aos alunos.

No ensino de uma segunda língua, a gramática e as palavras não devem ser utilizadas separadamente. Vejamos com isso ocorre no ensino da língua Inglesa. No Inglês certo usos de algumas palavras não seguem regras para seu uso em determinadas situações. Isto se chama colocação no Inglês, é desta forma que algumas palavras são utilizadas em certas situações e é desta forma que elas devem ser apresentadas aos aprendizes da língua inglesa, isto é, ensina-se o uso da palavras em uma determinada situação sem explicitar regra gramatical. Muitas destas colocações são aglutinadas e são classificadas como expressões fixas ou semi-fixas, sempre aparecem em determinados momentos apresentando a mesma forma.

Assim, nota-se que esta nova abordagem de ensino através do léxico intensifica a idéia de que aprender uma língua não é somente aprender gramática por regras e que não se constrói uma grande quantidade de sentenças utilizando palavra por palavra. A construção de sentenças se dá pela observação de uma língua e seu uso, além de que aprender uma língua não é somente saber falar e escrever, aprender uma língua envolve aprender a cultura de um povo, pois como foi descrito anteriormente, o léxico de uma língua e o patrimônio vocabular de uma comunidade lingüística que através de sua história que é transmitido de geração em geração.

Nos anos 80, ouviu-se falar muito em corpora, definida como uma grande acervo de uso de língua contido em textos, livros, programas de radio e TV, filmes, jornais, palestras, conversas informais. Acervo este transcrito e armazenado em computador.

Segundo DELLAR (2008), corpora nos revela dois grandes pontos importantes que vem contribuir para a abordagem do ensino de uma língua estrangeira através do léxico, no caso aqui o Inglês.

Primeiramente, coloca-se que as línguas oral e escrita são frequentemente distintas, fazem uso de diferentes estruturas e de diferentes vocabulários.

E em segundo, que 80% da língua falada é constituída de somente 3000 palavras, mas estas são combinadas em dezenas de milhares de colocações que são usadas muitas e muitas vezes novamente.

WALKLEY (2008) resume que o ensino através do léxico significa:

- Utilizar colocações, expressões fixas/semi-fixas e exemplos típicos de gramática como foco principal no ensinar e aprender uma segunda língua, mas do que somente ensinar e aprender regras gramaticais e seus usos.
- Observar como a língua e suas colocações são utilizadas nos textos e no dia-a-dia de uma falante nativo; e explicitar isto aos aprendizes de uma segunda língua.
- Observar a utilização da língua em qualquer situação.
- E por fim, se uma pergunta sobre uma palavra ou estrutura for feita por um aprendiz, o professor muito perspicaz, deve utilizar exemplos mais prováveis em termos de uso de língua, mais do que somente dar exemplos meramente para ilustrar uma regra. O professor precisa pensar quando, porque e para quem dizer uma expressão.

Ensinar através do léxico é uma nova forma de como devemos pensar sobre o ensino de uma segunda língua. Vale mais trabalhar a língua viva e atual, do que meramente exemplos para ilustrar a regra. Por meio desta abordagem, podemos desenvolver um novo olhar para a relação entre gramática e vocabulários, utilizando formas inovadores de ensinar uma segunda língua, de lidar com as habilidade com a conversação e com a correção dos alunos, através de exemplos concretos de como trabalhar a forma léxica e a usar a língua de forma mais fiel a um pessoa nativa.

Referências Bibliográficas

- Carter, R. A. and M. J. McCarthy (eds.)(1988) Vocabulary and Language Teaching. Longman.
- McCarthy, M. (1991) Discourse Analysis for Language Teachers. Cambridge University Press.
- Willis, D. (1990) The Lexical Syllabus, Collins Cobuild
- Dellar & Walkley(2008). Teaching Lexically. Thomson course on-line (http://elt.heinle.com/portuguese/en_us/eltadvantage)
-

Baudelaire e os pobres

Ricardo Meirelles

Professor da Faculdade Santa Rita de Cássia, Doutorando em Letras (FFLCH/USP/SP).

Resumo

Este artigo trata da tradução de quatro poemas em prosa, publicados em Paris em 1869, pelo poeta francês Charles Baudelaire e procura discutir a atualidade da análise social que subjaz ao texto poético. Baudelaire, ao descrever e narrar os hábitos cotidianos dos novos personagens desse novo *locus* chamado "cidade", antecipa um desenvolvimento social e cultural que se engendrará não só em toda a Europa, mas como em todo o ocidente capitalista.

Palavras-chave

Baudelaire, poemas em prosa, tradução.

Resumé

Cet article traite de la traduction de quatre poèmes en prose, publiés à Paris en 1869, par le poète français Charles Baudelaire et cherche discuter la actualité de l'analyse sociale qui sous-tend le texte poétique. Baudelaire, pour décrire et raconter les habitudes quotidiennes des nouveaux caractères de ce nouveau lieu appelé "ville", anticipe un développement social et culturel qui a conduit non seulement en Europe mais aussi dans tous l'Occident capitaliste.

Mots-clé

Baudelaire, poèmes en prose, traduction.

Baudelaire e os pobres

Introdução

Este artigo trata da tradução de quatro poemas em prosa, publicados em Paris em 1869, pelo poeta francês Charles Baudelaire e procura discutir a atualidade da análise social que subjaz ao texto poético. Baudelaire, ao descrever e narrar os hábitos cotidianos dos novos personagens desse novo *locus* chamado “cidade”, antecipa um desenvolvimento social e cultural que se engendrará não só em toda a Europa, mas como em todo o ocidente capitalista.

Esses novos personagens, os pobres - somados a outros ainda (as velhas, os saltimbancos, os estrangeiros e os cegos) - tornam-se evidentes e inevitáveis aos cavalheiros e damas da sociedade parisiense da época, devido, de certo, a grande concentração populacional que passará a se formar nos ainda não tão grandes centros urbanos da Europa, como Londres e Dublin, além de Paris.

A tradução desses poemas em prosa procura, numa linguagem atual e corrente, não só mostrar como a grande literatura registra significativamente a realidade que a cerca, mas também possibilitar ao leitor contemporâneo uma reflexão sobre sua própria realidade.

Uma forma nova para uma nova realidade

Mais ainda que nos *Tableaux parisiens* (divisão do livro de poemas *Les Fleurs du Mal*, publicado em 1861, do mesmo poeta), ele está interessado na Modernidade, tratando da sociedade tal como se vive numa grande cidade, isto é, ele quis captar aquilo que há de eterno e de essencial nas cenas urbanas, múltiplas e variadas, mas de forma convenientemente curta e concisa. Baudelaire, ainda à procura da perfeição formal - porque o verbo poético permite transmutar a realidade - compõe, inspirando-se em Bertrand, poemas em prosa consagrados nos encontros insólitos da cidade. O primeiro conjunto, com alguns desses poemas em prosa publicados, vem intitulado “Le Spleen de Paris”, em 1862.

No seu pequeno livro *Gaspard de la nuit*, de 1842, Aloysius Bertrand tinha levado a cabo uma poesia sem métrica e sem ritmo na aceção prosódica tradicional, mas também delicada e trabalhada como o mais precioso dos sonetos. No entanto, é bem com Baudelaire - e depois dele Rimbaud e os poetas surrealistas - que o tipo se é imposto completamente e se fixa a nova forma do poema em prosa; mas, ao contrário de Bertrand, cuja imaginação se excitava sobretudo pelas lendas antigas, Baudelaire quis que a sua obra se ligasse exclusivamente ao mundo moderno.

Após o relativo “sucesso” do livro *Les Fleurs du mal*, o recolhimento em livro de seus *Petits poèmes en prose*, ou *Le Spleen de Paris*, cujo conjunto não vem a conhecer senão uma publicação póstuma em 1869 - organizada por Asselineau e Banville no âmbito de uma edição “definitiva” das obras poéticas e críticas do poeta - representa a última tentativa de Baudelaire para aceder a uma escrita livre e poética, para chegar a seu sonho estético: o encontro mágico do insólito e do cotidiano.

Em 1865, Baudelaire havia redigido um projeto de recolhimento no qual a ordem e a escolha dos poemas fora fixada. Com o propósito da publicação desse projeto, escreveu sua dedicatória a Arsène Houssaye, na qual dá conta do espírito em que a redigiu e do qual é necessário para ler o seu livro. O trabalho de edição póstumo é por conseguinte apoiado sobre estes dados. Os números que acompanham os títulos dos poemas em prosa traduzidos e apresentados aqui marcam seus lugares dentro da coleção, que contava com nada menos que cinquenta poemas.

Tanto *Les Fleurs du mal* quanto *Le Spleen de Paris* introduziram elementos novos na linguagem poética, fundindo o grotesco ao sublime e explorando as secretas analogias do universo. Quase toda a crítica moderna concorda que Baudelaire inventou uma nova estratégia da linguagem. Erich Auerbach observou que sua poesia foi a primeira a incorporar a matéria da realidade grotesca à linguagem sublimada do romantismo. Nesse sentido Baudelaire criou a poesia moderna, concedendo a toda realidade o direito de ser submetida ao tratamento poético.

Quer pelo interesse inerente a sua grande poesia, quer pelos vislumbres que essas confissões propiciam, Baudelaire se destaca entre os poetas franceses mais estudados por ensaístas e críticos. Jean-Paul Sartre situou-o como protótipo de uma escolha existencial que teria repercussões no século XX, enquanto a crítica centrada nas relações históricas, como a de Walter Benjamin, dedicou-se a examinar sua consciência secreta de uma relação impossível com o mundo social.

O tédio contra a modernidade

Le Spleen de Paris teve seus poemas escritos, na maior parte, entre 1860 e 1865, isto é, numa época em que o poeta quase não escrevia mais versos, e revelam um Baudelaire maduro que vive e recria sua sombria relação com a cidade e o mundo. Mesclam-se nesse livro um lirismo erótico, o ceticismo, a amargura, a atmosfera de sonho e uma ternura que deixa entrever o desencanto. Esses poemas são a tentativa de Baudelaire de descrever as contradições, as fábulas, e as ficções da vida da cidade em uma prosa poética inovadora.

Como forte característica de seu poema em prosa, pode-se notar a extrema variedade formal e a liberdade métrica, e o uso de vários recursos literários, tais como o diálogo onírico, a confiança lírica e artística, a anedota alegórica, o diário íntimo. A poeticidade da sua prosa está na presença freqüente de uma narrativa linear, mas que apaga ou invade, com efeito, o descritivo e o alegórico, e principalmente no tratamento que dá aos temas da Modernidade: a cidade, os encontros diários, a importância da imaginação, do sonho.

Há quem diga que Baudelaire já no seu prefácio - na comparação do conjunto de poemas com uma serpente, sem rabo nem cabeça, mas em que tudo é cabeça e rabo, alternativa e reciprocamente - traz certos temas constitutivos que aparecem desde o começo. Logo no primeiro poema, "L'étranger" (O estrangeiro), anuncia temas importantes: a solidão que é diferente do ódio ou o despeito; o despeito do materialismo da realidade, o vil interesse, o ouro; a procura difícil e vã da beleza, a condição do artista; a ausência de um universo real do qual pertença o poeta; o gosto, a paixão vital, pela evasão, pela viagem, pelas nuvens.

Outros temas que ainda podem ser encontrados nos demais poemas são: a horrível carga do tempo inimigo; a angústia entre o eu e os outros; a vaporização e a centralização do eu; as multidões e a necessidade de um mergulho nos outros; os tipos urbanos: as viúvas, os pobres e os mendigos.

Baudelaire no Brasil: Traduções

Se Baudelaire atingiu o apogeu de sua glória depois de 1920, como afirma Paul Valéry, e com ele "a poesia francesa ultrapassa finalmente as fronteiras da nação [...] é lida no mundo inteiro; impõe-se como a poesia própria da modernidade; dá origem à imitação, fecunda muitos espíritos", é somente em 1937 que *Le Spleen de Paris* chega ao Brasil traduzido em bom português por Paulo Oliveira, no Rio de Janeiro.

Certamente essa tradução vem na onda baudelaireana iniciada por Felix Pacheco, no início da década de 30. Este jornalista piauiense traduziu, comentou e estudou largamente a obra de Baudelaire, do ponto de vista bibliográfico, crítico e literário, tendo coroado sua atividade literária com um discurso que pronunciou em 24 de novembro de 1932, intitulado "Baudelaire e os milagres do poder da imaginação", ao mesmo tempo em que se comemoravam dez anos da Semana de Arte Moderna e de Modernismo.

Traduzir e publicar Baudelaire nesse momento – década de 30 – parece provocativo e serve, por um lado, como exemplo de resistência a uma estética com poucos rigores formais e mais liberal, que era o Modernismo, e, por outro lado, no caso específico dos poemas em prosa, tem-se a apropriação de um modelo central dentro de uma estética estrangeira e sua reformulação dentro da literatura brasileira. Pode parecer que a influência de Baudelaire teria se abalado com o advento do Modernismo, mas o resgate promovido por Pacheco fez com que ainda se mantivesse um interesse e uma reiterada relevância da obra do poeta francês.

É certo que o Modernismo ainda faria uma leitura característica e peculiar do poeta francês, levada a cabo por um dos seus mais controversos membros: Guilherme de Almeida. É este poeta paulista que consolida e cristaliza a recepção da poesia de Baudelaire no Brasil, ao publicar o seu livro *Flores das Flores do Mal* em 1944, abrindo assim espaço para a publicação de uma segunda edição dos *Pequenos Poemas em Prosa*, agora traduzidos por Aurélio Buarque de Holanda, em 1950, e subseqüentemente à publicação da primeira edição integral de *As Flores do mal*, em 1958, por Jamil Almansur Haddad.

Apesar dos diversos estudos estrangeiros sobre a temática da Modernidade, tão cara a Baudelaire, pouco se desenvolveu o estudo crítico desses pequenos poemas em prosa no Brasil, mesmo tendo em vista que ainda se fizeram publicar mais duas traduções integrais de *Le Spleen de Paris*: a de Dorothee de Bruchard, em Florianópolis, em 1988, e a de Leda Tenório da Mota, no Rio de Janeiro, em 1995.

Entendo que para que se construa uma nova crítica, sempre se faz necessária uma nova tradução. A singularidade desta tradução, contudo, residiria em produzir, a partir de um exame minucioso do original, um texto brasileiro preciso, consistente e elegante, mas ao mesmo tempo um texto radical, que dividiria com outros escritores de meu país e meu tempo, idéias, preferências estéticas e padrões estilísticos, permitindo ainda que o leitor aprecie os modos sutis e as ambigüidades de Baudelaire em toda a sua grandeza e singularidade.

Essa tradução levaria em conta, primeiro, uma atitude tradutória bem clara, que visasse a atualização, principalmente, da linguagem do poeta, sempre atento as mudanças ocorridas ao longo do tempo no próprio idioma francês, com o objetivo de apresentar um resultado passível de uma leitura fluente e de clara compreensão para o leitor do presente; e segundo, trazer novamente ao cenário cultural brasileiro um livro cuja temática - a vida cotidiana das sociedades modernas, a vida na grande cidade - a Modernidade - se mostra tão atual e controversa.

Coexistiriam então dois momentos - ou movimentos - tradutórios: um de vinda, que traz, mais uma vez, o poeta e seu texto para um novo ambiente, que o transforma ao recebê-lo; e um de volta, não perdendo de vista a identidade e a integridade da obra e a própria concepção estética do autor estrangeiro.

Baudelaire, profeta da Modernidade

Baudelaire, mais do que, ao descrever esses novos personagens urbanos, antecipa o abismo social que se abrirá nas grandes cidades: anuncia a artificialização das relações humanas, a individualização extrema do cidadão urbano, apresenta toda uma sociedade que se relaciona através de um paradoxo: a manifestação da solidão introspectiva dentro da multidão infinita.

Os pobres já aparecem desprovidos de qualquer objetivo de vida, impossibilitados de qualquer transcendência social, fadados a uma subvida, uma sobrevivência sem fim ou meta, que atravessará os anos e será considerada como "normal" ou aceitável na quase totalidade das grandes cidades do ocidente.

Por fim, gostaria poder citar o filósofo Friederich Nietzsche, dizendo que "se este livro resultar incompreensível para alguém, ou dissonante aos seus ouvidos, a culpa, quero crer, não será necessariamente minha. (...) Bem cunhado e moldado, um aforismo [assim como um poema em prosa] não foi ainda 'decifrado', ao ser apenas lido: deve ter início, então, a sua *interpretação*, para a qual se requer uma arte da interpretação." Se nem todos os enunciados desta apresentação se realizaram totalmente, nada mais é do que um sinal do distanciamento entre o pensamento e a palavra, e entre a palavra e o pensamento.

15. O bolo

Eu viajava. A paisagem no meio da qual estava situado era de uma grandeza e de uma nobreza irresistíveis. Passava sem dúvida neste momento alguma coisa em minha alma. Meus pensamentos ondulavam com uma ligeireza igual aquela da atmosfera; as paixões vulgares, como o ódio e o amor profano, pareciam-me agora tão afastadas quanto as nuvens que desciam ao fundo dos abismos sob meus pés; minha alma me parecia tão vasta e tão pura qual a cúpula do céu pelo qual eu estava envolvido; a lembrança das coisas terrestres não chegava a meu coração senão enfraquecida e diminuída, como o som das sinetas de gado imperceptíveis que pastam longe, bem longe, sobre a vertente de uma outra montanha. Sobre o pequeno lago imóvel, perto da sua imensa profundidade, passava às vezes a sombra de uma nuvem, como o reflexo do casaco de um gigante aéreo voando através do céu.

E me lembro que essa sensação solene e rara, causada por um grande movimento perfeitamente silencioso, preenchia-me com uma alegria misturada ao medo.

Resumidamente, sentia-me, graças à entusiasmante beleza da qual estava cercado, em perfeita paz comigo mesmo e com o universo; creio mesmo que, em minha perfeita beatitude e em meu total esquecimento de todo o mal terrestre, viria a não mais achar tão ridículos os jornais que finjem que o homem nasce bom, - quando, a matéria incurável renovando suas exigências, pensei em reparar o cansaço e aliviar o apetite causados por uma tão longa ascensão. Tirei do meu bolso um gordo pedaço de pão, uma chávena de couro e um frasco de um certo elixir que os farmacêuticos vendiam nesses tempos aos turistas para o misturar na ocasião com água de neve.

Recortava tranquilamente o meu pão, quando um barulho muito ligeiro me fez levantar os olhos. Diante de mim se realizava um pequeno ser esfarrapado, preto, despenteado, cujos olhos ocos, selvagens e como que suplicantes, devoravam o pedaço de pão. E o escutei suspirar, com uma voz baixa e roca, a palavra: bolo! Não pude me impedir de rir, escutando a apelação de quem queria bem honrar o meu pão quase branco, e cortei para ele uma bela fracção que lhe ofereci.

Lentamente ele se aproximou, não tirando os olhos do objeto de sua cobiça; seguidamente, colando o pedaço com a sua mão, recuou-se com vivacidade, como se temesse que a minha oferta não fosse sincera ou que já me arrependesse.

Mas no mesmo momento foi derrubado por um outro pequeno selvagem, saído não sei de onde, e tão perfeitamente parecido ao primeiro que teria se podido o tomar por seu irmão gêmeo. Juntos eles rolaram sobre o solo, disputando a preciosa presa, nenhum querendo sem dúvida sacrificar a metade pelo seu irmão. O primeiro, exasperado, agarra o segundo pelos cabelos; este lhe agarra a orelha com os dentes, e cospe um pequeno pedaço sangrento com uma magnífica praga. O legítimo proprietário do bolo ensaiou fincar as suas pequenas garras nos olhos do usurpador; este por sua vez aplicou todas as suas forças em estrangular o seu adversário com uma das mãos, enquanto que com a outra tentava que deslizasse para o seu bolso o prêmio do combate. Mas, reavivado pelo desespero, o vencido se retificou e fez rolar o vencedor por terra com um golpe de cabeça em seu estômago. Quem bem descreve uma luta medonha que durou na verdade muito mais tempo que as suas forças infantis não pareciam prometer-lo? O bolo viajava de mão em mão e mudava de bolso à cada momento; mas infelizmente mudava também de volume; e quando enfim, extenuados, ofegantes, sangrentos, eles se deteram por impossibilidade de continuar, não havia mais, é verdade dizer, nenhum motivo de batalha; o pedaço de pão tinha desaparecido, e estava espalhado em migalhas semelhantes aos grãos de areia aos quais estava misturado.

Este espectáculo tinha me embrumado a paisagem, e a alegria calma em que se regozijava a minha alma antes de ter visto esses pequenos homens tinha desaparecido totalmente; eu permaneci triste por muito tempo, repetindo para mim incessantemente: "Há então um país magnífico onde o pão se chama bolo, guloseima tão rara que é suficiente para engendrar uma guerra perfeitamente fratricida!"

19. O brinquedo do pobre

Eu quero dar a idéia de um divertimento inocente. Há tão poucas distrações que não sejam condenáveis!

Quando você sair pela manhã com a intenção decidida de flunar pelas grandes avenidas, encha seu bolso com pequenas invenções rasteiras, - tais como o palhaço chato movido por um só fio, os ferreiros que batem a bigorna, o cavaleiro e seu cavalo cujo rabo é um apito, - e ao longo dos cabarés, ao pé das árvores, faça homenagem às crianças desconhecidas e pobres que você encontrar. Você verá seus olhos se arregalarem desmedidamente. Primeiro elas não ousarão pegar, duvidarão da sua felicidade. Depois suas mãos agarrarão vivamente o presente e elas fugirão como fazem os gatos que vão comer longe de você o pedaço que lhes deu, tendo aprendido a desconfiar do homem.

Em uma avenida, atrás da grade de um vasto jardim, ao fim do qual aparecia a brancura de uma bonita mansão batida pelo sol, havia uma criança bela e fresca, trajada com essas vestes de campanha tão cheias de enfeites.

O luxo, a despreocupação e o espetáculo habitual da riqueza, tornam essas crianças tão bonitas, que se acreditaria feitas de uma outra massa que as crianças da mediocridade ou da pobreza.

Ao lado dela, jazia sobre a grama um brinquedo esplêndido, tão novo quanto seu dono, envernizado, dourado, vestido com uma capa púrpura, e coberto de plumas e vidrilhos. Mas a criança não se ocupava de seu brinquedo preferido, e eis aquilo que ela olhava:

Do outro lado da grade, sobre a avenida, entre os cardos e as urtigas, havia uma outra criança, suja, definhada, fuliginosa, uma dessas marmotas-párias cujo olhar imparcial descobriria a beleza, se, como o olhar do conhecedor advinha uma pintura ideal sob um verniz de carrossel, ele o limpasse da repugnante pátina da miséria.

Através dessas barras simbólicas separando dois mundos, a grande avenida e a mansão, a criança pobre mostrava à criança rica seu próprio brinquedo, que aquela examinava avidamente como um objeto raro e desconhecido. Ora, esse brinquedo, que o pequeno porcalhão irritava, agitava e sacudia em uma caixa grelhada, era um rato vivo! Os pais, por economia sem dúvida, haviam tirado o brinquedo da própria vida.

E as duas crianças se riam uma à outra fraternalmente, com os dentes de uma igual brancura.

26. Os olhos dos pobres

Ah! Quer saber porque te odeio hoje. Para você será sem dúvida menos fácil de compreender que a mim de te explicar; pois você é, acredito, o mais belo exemplo de impermeabilidade feminina que se possa encontrar.

Nós passamos juntos um longo dia que me parecera curto. Nós estávamos tão noivos que todos nossos pensamentos nos eram comuns a um e ao outro, e que nossas duas almas doravante não fariam mais que uma – um sonho que não tem nada de original, depois de tudo, se não é que, sonhado por todos os homens, não foi realizado por nenhum.

À tarde, um pouco fatigada, você quis se sentar diante de um café novo que formava o canto de um quarteirão novo, ainda todo cheio de entulho e mostrando já gloriosamente seus esplendores inacabados.

O café faiscava. O próprio gás desenvolvia todo o ardor de um começo, e iluminava com todas as suas forças as paredes deslumbrantes de brancura, as toalhas ofuscantes como espelhos, os ouros das varinhas e das cornijas, as pajens com as bochechas rechonchudas intrigadas pelos cães nas coleiras, as damas rindo do falcão empoleirado sobre o punho, as ninfas e as deusas carregando sobre suas cabeças os frutos, as massas e a caça, as Hebes e os Ganimedes apresentando com o braço estendido a pequena ânfora bávara ou o obelisco bicolor de sorvetes diversos, toda a história e toda a mitologia colocada ao serviço da glotonaria.

Direto diante de nós, sobre a calçada, estava plantado um bravo homem de uns quarenta anos, com o rosto fatigado, a barba embranquecida, tendo em uma mão um pequeno garoto e levando sobre o outro braço um pequeno ser fraco demais para andar. Ele cumpria o ofício de bom e fazia tomar as suas crianças o ar da tarde.

Todos em farrapos. Esse três rostos estavam extraordinariamente sérios, e esse seis olhos contemplavam fixamente o café novo com uma admiração igual, mas matizada diversamente pela idade.

Os olhos do pai diziam: “Que bonito! Que bonito! Dir-se-ia que todo o ouro do pobre mundo veio se colocar em suas paredes.” – Os olhos do garotinho: “Que bonito! Que bonito! Mas é uma casa em que só podem entrar as pessoas que não sejam como nós.” – Quanto aos olhos do menor, estavam fascinados demais para exprimir outra coisa que não uma alegria estúpida e profunda.

Os canceiros dizem que o prazer torna a alma boa e amolece o coração. A canção tinha razão essa tarde, relativamente a mim. Não somente estava comovido por essa família de olhos, mas me sentia um pouco envergonhado de nossos copos e de nossas garrafas, maiores que a nossa sede. Eu girava meus olhares até os seus, caro amor, para ler meu pensamento; mergulhava em seus olhos tão belos e tão bizarramente doces, em seus olhos verdes, habitados pelo Capricho e inspirados pela Lua, quando você me disse: “Essas pessoas me são insuportáveis com seus olhos abertos como portões! Não pode pedir ao gerente do café para os afastar daqui?”

Tão difícil é de se entender, meu caro anjo, e tão incomunicável é o pensamento, mesmo entre pessoas que se amam!

49. Espanquemos os pobres

Durante quinze dias confinei-me em meu quarto, e me cerquei de livros da moda naquele tempo (há dezesseis ou dezessete anos); quero dizer, dos livros em que se trata da arte de produzir pessoas felizes, sábias e ricas, em vinte e quatro horas. Tinha então digerido, - engolido, quero dizer, - todas as elucubrações de todos estes empreendedores de felicidade pública, - daqueles que aconselham a todos os pobres de se fazerem escravos, e daqueles que lhes persuadem que são todos reis destronados. – Não se achará surpreendente que eu me fundia então em um estado de espírito avizinando a vertigem ou a estupidez.

Tinha me parecido que somente eu percebia, confinado no fundo do meu intelecto, o germe obscuro de uma idéia superior a todas as fórmulas de aconselhamento as quais tinha recentemente percorrido o dicionário. Mas isso era apenas a idéia de uma idéia, alguma coisa infinitamente vaga.

E saí com uma grande sede. Pois o gosto apaixonado das leituras ruins engendra uma necessidade proporcional do grande ar e dos refrigerantes.

Quando ia entrando em um cabaré, um mendigo me estendeu seu chapéu, com um desses olhares inesquecíveis que entornariam os tronos, se o espírito comovesse a matéria, e se o olhar de um magnetizador fizesse morrer as uvas.

Ao mesmo tempo, escutava uma voz que cochichava a minha orelha, uma voz que reconhecia bem; era aquela de um bom Anjo, ou de um bom Demônio, que me acompanhava sempre. Visto que Sócrates tinha seu bom Demônio, porque não teria eu meu bom Anjo, e porque não teria a felicidade, como Sócrates, de obter meu diploma de loucura, assinado pelo sutil Lélut e pelo bem avisado Baillarger?

Existe esta diferença entre o Demônio de Sócrates e o meu, que o de Sócrates não se manifestava a ele senão para defender, advertir, impedir, e que o meu se dignava a aconselhar, sugerir, persuadir. Esse pobre Sócrates tinha exclusivamente um Demônio proibidor; o meu é um grande afirmador, o meu é um Demônio da ação, ou Demônio de combate.

Ora, sua voz me cochichava isso: só é igual ao outro, quem o prove, e só é digno da liberdade, quem a sabe conquistar.

Imediatamente, saltei sobre o meu mendigo. Com um só murro, tapei-lhe um olho, que se tornou, em um segundo, grande como uma bola. Quebrei uma de minhas unhas quando lhe partia dois dentes, e como não me sentia muito forte, tendo nascido delicado e tendo pouco me exercitado no boxe, para espancar rapidamente esse velhaco, segurei-o com uma mão pela gola de seu paletó, e com a outra agarrei sua garganta, e me coloquei a lhe sacudir vigorosamente a cabeça contra o muro. Devo confessar que tinha previamente inspecionado os arredores com um golpe de vista, e tinha verificado que neste subúrbio deserto, encontrava-me, por longo tempo, fora do alcance de qualquer agente de polícia.

Tendo em seguida, por um ponta-pé lançado nas costas, enérgico o bastante para quebrar as omoplatas, jogado sobre a terra esse sexagenário enfraquecido, agarrei-me de um grosso galho de árvore que se arrastava pela terra, e o bati com a energia obstinada dos cozinheiros que querem amaciar um filé.

De repente, - oh milagre! oh gozo do filósofo que verifica a excelência de sua teoria! – vi essa antiga carcaça se voltar, se endireitar com uma energia que não teria nunca suspeitado em uma máquina tão singularmente desequilibrada, e, com um olhar de ódio que me pareceu de *bom agouro*, o malandro decrépito se jogou sobre mim, machucou-me os dois olhos, quebrou-me quatro dentes, e, com o mesmo galho de árvore, bateu-me violentamente. – Por minha enérgica medicação, tinha então lhe devolvido o orgulho e a vida.

Então, fiz-lhe fortes sinais para lhe fazer compreender que considerava a discussão como encerrada, e me reanimando com a satisfação de um sofista do Pórtico, disse-lhe: “Senhor, é meu igual! venha me fazer a honra de partilhar comigo a minha bolsa; e lembre-se, se é realmente filantropo, que é preciso aplicar a todos os seus confrades, quando eles pedirem a esmola, a teoria que tive a dor de experimentar sobre suas costas.”

Ele me jurou que tinha compreendido a minha teoria e que obedeceria a meus conselhos.

Referências Bibliográficas

- Amaral, Glória Carneiro do. *Aclimatando Baudelaire*. São Paulo: Annablume, 1996. (Parcours)
- Arrojo, Rosemary. *Tradução, Desconstrução e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993. (Biblioteca Pierre Menard)
- Barboza, Onédia Célia de Carvalho. *Byron no Brasil: traduções*. São Paulo: Ática, 1974. (Ensaio, 12)
- Baudelaire, Charles. *Oeuvres Complètes. Préface, présentation et notes de Marcel A. Ruff*. Paris: Aux Éditions du Seuil, 1968.
- Baudelaire, Charles. *Oeuvres Complètes. Texte établi, présenté et annoté par Claude Pichois*. Paris: Gallimard, 1975.
- Benjamin, Walter. "La tâche du traducteur". Trad. M. de Gandillac. in: *Ouvres: Mythe et Violence*. Paris: Les Lettres Nouvelles, v. 1, 1971.
- Brandão, Maximiliano. *A cabeleira de Bilac*. Araraquara: Edições do autor, 1999.
- Candido, Antonio. "Os primeiros baudelairianos". in: *A educação pela noite*. São Paulo: Ática, 1987.
- Campos, Haroldo de. "Da tradução como criação e como crítica". In: *Metalinguagem*. Petrópolis: Vozes, 1967. pp. 21-38
- Haddad, Jamil Almansur. "Baudelaire e o Brasil". In: Baudelaire, Charles. *As Flores do Mal*. Trad., introd. e notas de Jamil Mansur Haddad. São Paulo: Abril Cultural, 1984
- Jakobson, Roman. *Linguística e comunicação*. Trad. de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1969.
- Jakobson, Roman. *Poética em ação*. Sel., pref. e org. João Alexandre Barbosa. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1990. (Col. Estudos 92)
- Jauss, Hans Robert. *A História da Literatura como provocação à Teoria Literária*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Junqueira, Ivan. "Traduções de Baudelaire no Brasil". In: Baudelaire, Charles. *As Flores do Mal*. Trad. Introd. e notas de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- Kristeva, Julia. *O Sol Negro, depressão e melancolia*. Trad. de Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- Laranjeira, Mário. *Poética da Tradução*. São Paulo: EDUSP, 1993. (Criação e Crítica, v. 12)
- Lima, Luiz Costa. *Teoria da Literatura em suas Fontes*. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- Lima, Luiz Costa. *A Literatura e o Leitor. Textos de Estética da Recepção*. Hans Robert Jauss et al.; coordenação e tradução de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- Milton, John. *O Poder da Tradução*. São Paulo: Ars Poética, 1993.
- Mounin, George. *Os problemas teóricos da tradução*. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975.
- Needell, Jeffrey D. *Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- Otoni, Paulo (organizador). *Tradução: a prática da diferença*. Campinas: Unicamp/Fapesp, 1998. (Coleção Viagens da Voz)
- Paes, José Paulo. *Tradução: a ponte necessária*. São Paulo: Ática, 1990. (Série Temas).
- Perrone-Moisés, Leyla. *Altas Literaturas: escolha e valo na obra crítica de escritores modernos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- Raymond, Marcel. *De Baudelaire al Surrealismo*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1983. Sección de Obras de Lengua y Estudios Literarios.
- Rónai, Paulo. "Ser ou não ser tradutor". in: *Texto*. nº 3. Araraquara: UNESP, 1977, p. 131-137.
- Rónai, Paulo. *A tradução vivida*. Rio de Janeiro: Educom, 1976.
- Rónai, Paulo. *Escola de Tradutores*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967
- Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultura na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- Todorov, Tzvetan. "Synecdoques". in: *Communications*. 16, 1970. pp. 26-35.
- Ventura, Roberto. *Estilo Tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- Pacheco, Felix. *O mar através de Baudelaire e Valéry*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1933.
- Pacheco, Felix. *Do sentido do azar e do conceito da fatalidade em Charles Baudelaire*. Rio de Janeiro, 1933.
- Pacheco, Felix. *Paul Valéry e o monumento a Baudelaire em Paris*. Rio de Janeiro, 1933.
- Pacheco, Felix. *Baudelaire e os milagres do poder da imaginação*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1933.
- Pacheco, Felix. *Baudelaire e os gatos*. Rio de Janeiro, 1934.
-

Perfil das Mulheres com Diagnóstico de Infarto Agudo do Miocárdio Atendidas em um Hospital Público da Cidade de São Paulo

Nathália Alves Féra
Enfermeira e Pós-graduanda em Enfermagem - Urgência e Emergência (UNINOVE/SP)
(nathalia_alves@hotmail.com).

Luis Donizeti da Silva Fernandes
Enfermeiro Obstetra, Especialista em Saúde Pública, Mestrando em Ciências da Saúde
(IAMSPE/SP) (professorluis4@yahoo.com.br).

Maria José Rodrigues Vaz
Enfermeira Obstetra, Doutora em Ciências (UNIFESP/SP) (mjose@netpoint.com.br).

Resumo

Este estudo teve como objetivo caracterizar as mulheres vítimas de IAM segundo variáveis demográficas, socioeconômicas, biológicas e comportamentais. Trata-se de um estudo descritivo, quantitativo, realizado em uma amostra composta por 50 mulheres, atendidas em um hospital público de São Paulo. Os dados foram coletados através de entrevista, utilizando-se de um questionário aplicado em julho de 2008. Os resultados achados no presente estudo revelaram que as mulheres apresentaram média de 51 a 60 anos (70%), 56% eram provenientes dos estados do Nordeste brasileiro, 58% possuíam o 2º grau incompleto, 60% não trabalhavam e tinham renda familiar de 1 a 2 salários mínimos (70%). Possuíam uma vida sedentária (66%), fumantes (62%) e consumiam algum tipo de bebida alcoólica, ainda que socialmente (90%). Todas as entrevistadas já possuíam um histórico pessoal e familiar envolvido com doenças de risco para o desenvolvimento de achados coronarianos e apenas 6% não estavam acima do peso, as demais admitiam uma dieta inadequada. Acredito que o conhecimento do perfil dessas mulheres com diagnóstico de IAM de hoje, poderão subsidiar trabalhos voltados para a prevenção de doenças coronarianas.

Palavras-chaves

Mulheres; Infarto; Perfil.

Abstract

This study it had as objective to characterize the women victims of the IAM according to demographic, socioeconômicas, biological and manning variable. One is about a descriptive, quantitative study, carried through in a composed sample for 50 women, taken care of in a public hospital of São Paulo. The data had been collected through interview, using themselves of a questionnaire applied in July of 2008. The results found in the present study had disclosed that the women had presented average of 51 the 60 years (70%), 56% were proceeding from the states northeast Brazilian, 58% possuíam 2º incomplete degree, 60% did not work and had income of 1 the 2 minimum wages (70%). Possuíam a sedentary life (66%), smokers (62%) and consumed some type of alcoholic beverage, despite socially (90%). All the interviewed ones already possuíam a personal description and familiar involved with illnesses of risk for the development of coronarianos findings and only 6% they were not above of the weight, excessively admitted an inadequate diet. I believe that the knowledge of the profile of these women with diagnosis of WENT of today, will be able to subsidize works directed toward the prevention of coronarianas illnesses.

Keywords

Women; Infarct; Profile.

Perfil das Mulheres com Diagnóstico de Infarto Agudo do Miocárdio Atendidas em um Hospital Público da Cidade de São Paulo

Introdução

De acordo com as projeções para o ano 2020, as doenças cardiovasculares permanecerão como causa principal de mortalidade e incapacitação, e atualmente, as regiões em desenvolvimento contribuem mais marcadamente sobre o ônus das doenças cardiovasculares que as desenvolvidas (Azedum, 2005).

O infarto agudo do miocárdio é a destruição do tecido muscular cardíaco nas regiões do coração abruptamente privadas de um adequado suprimento sanguíneo devido ao reduzido fluxo sanguíneo coronariano. O termo “infarto” designa a necrose do miocárdio que se instala secundariamente à interrupção aguda do fornecimento de sangue através das coronárias. (Agostini, 2002).

O diagnóstico de infarto é realizado através de eletrocardiograma, hemograma e dosagem de enzimas resultantes da destruição das células cardíacas, porém não se pode destacar a importância da anamnese e história clínica que pode favorecer o diagnóstico precoce.

Segundo dados da Federação Mundial do Coração (Wielgosz, 2005), as doenças cardiovasculares são as principais causas de morte entre as mulheres em todo o mundo. No Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde (2006), ocorrem três mortes por infarto do miocárdio para cada morte por câncer de mama.

O termo fator de risco relacionado ao desenvolvimento de doenças cardiovasculares foi usado pela primeira vez por Oliveira, 2001, outra informação considerável em um de seus estudos diz que 40% dos eventos coronarianos ocorreram entre as mulheres, das quais 30% sobre a forma de IAM. Nesse estudo, a proporção de IAM não reconhecida foi maior nas mulheres do que nos homens. A letalidade feminina para os eventos cardíacos foi superior à masculina, independentemente da idade.

O estudo de Varela (2004) mostrou que em países de primeiro mundo também tem se percebido um aumento na mortalidade de mulheres vítimas de infarto agudo do miocárdio e que estas mortes estão relacionadas às mudanças de comportamento e aos hábitos, tais como: fumar, alimentar-se inadequadamente, usar drogas e envolver-se mais no mercado de trabalho.

Os fatores de risco para a ocorrência de um infarto agudo do miocárdio podem ser, segundo Guedes (2005), divididos em dois grupos: os fixos e os modificáveis. Os fatores de risco compreendem idade, sexo e história médica familiar. Os modificáveis englobariam o fumo, hipertensão arterial, intolerância a glicose, sedentarismo, hipertrigliceridemia, hiperuricemia, obesidade, isolamento social, estresse, entre outros.

A importância do conhecimento sobre fatores de risco cardiovasculares apóia-se no fato de fornecer subsídios teórico-práticos para embasar a assistência de enfermagem frente aos clientes, orientando-os e identificando grupos de risco mais suscetíveis na população.

Acredito que o conhecimento das características demográficas, sócio-econômicas, biológicas e comportamentais das mulheres com diagnóstico de IAM de hoje, poderão subsidiar trabalhos voltados para a prevenção de doenças coronarianas.

Metodologia

Foi realizada uma pesquisa de campo, do tipo exploratória, descritiva e quantitativa que foi desenvolvida no mês de julho de 2008 em um Hospital da rede pública da cidade de São Paulo.

Foram analisadas variáveis sócio-demográficas: idade, raça, procedência, ocupação, grau de instrução, estado civil, renda familiar, número de filhos. Também foram analisadas as seguintes variáveis biológicas e comportamentais: hábitos alimentares, tabagismo, acompanhamento clínico, herança genética, atividades físicas, IMC, consumo de bebidas alcoólicas, climatério, antecedentes pessoais, reposição hormonal e uso de anticoncepcionais orais.

A coleta de dados foi realizada em um hospital que oferece o serviço de Cardiologia, A pesquisadora apresentou-se neste local, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa desta Instituição. em datas previamente agendadas com o serviço, nesta ocasião as pacientes foram abordadas e orientadas em relação ao estudo e concordaram em participar assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, respeitando assim a Resolução 196/96 do CNS.

A amostra foi constituída de 50 mulheres com diagnóstico de IAM (confirmado através de história clínica, traçado eletrocardiográfico e dosagem enzimática) que estavam internadas na respectiva unidade. Foram excluídas do estudo as mulheres sem diagnóstico confirmado ou ainda que não concordaram em participar do estudo. Os dados foram coletados através de entrevista utilizando-se um questionário, que continha perguntas abertas e fechadas, tendo sido submetido previamente a um pré-teste em 10 mulheres que não fizeram parte deste estudo, para os devidos ajustes.

Resultados e Discussão

Foram entrevistadas 50 mulheres vítimas de Infarto Agudo do Miocárdio (IAM). Após tabulação dos dados, verificam-se os seguintes resultados:

Tabela 1 – Apresentação do grupo de mulheres estudadas

Variáveis	N	%
Faixa etária		
30 a 40 anos	02	04
41 a 50 anos	04	08
51 a 60 anos	35	70
Mais de 61 anos	09	18
Raça		
Branca	28	56
Não Branca	22	44
Local de nascimento		
São Paulo – Capital	10	20
São Paulo – Interior	12	24
Outros estados (Nordeste)	28	56
Estado civil		
Solteiras c/ companheiro	12	24
Solteiras s/ companheiro	02	04
Casadas	32	64
Divorciadas	04	08

Ao analisar as variáveis da tabela 1 constata-se que 70% tinham entre 51 e 60 anos. Este dado é muito próximo ao encontrado por Varela (2004), que em seu estudo constatou que a maior parte das mulheres que sofre infarto encontra-se na faixa etária supracitada. Percebe-se que o motivo pelo qual essas mulheres infartam com mais freqüência que as outras, relaciona-se principalmente às mudanças realizadas durante o decorrer de suas vidas, relacionadas a comportamento e aos hábitos, tais como: fumar, alimentar-se inadequadamente, usar drogas e envolver-se mais no mercado de trabalho. Examinando ainda os dados da tabela 1, percebemos que 56% das mulheres nasceram em estados do Nordeste brasileiro, e que também 56% das entrevistadas consideram-se brancas. A raça ou grupo étnico tem sido descrita como fator que proporciona diferentes taxas de risco de eventos cardiovasculares, porém neste estudo não houve associação independente significativa entre raça e a ocorrência de IAM. Já o fato da maioria das mulheres serem procedentes de estados do Nordeste, pode estar ligado ao contexto cultural desta região que se utiliza de um hábito alimentar rico em gordura. A tabela 1 também mostra que 88% das mulheres possuem companheiro fixo. Segundo Rosengren et. al (1991), dependendo do estado civil, o nível de estresse mental poderia ser diferente, podendo ser um fator de risco potencial ao IAM, porém, neste estudo não houve associação independente com o infarto.

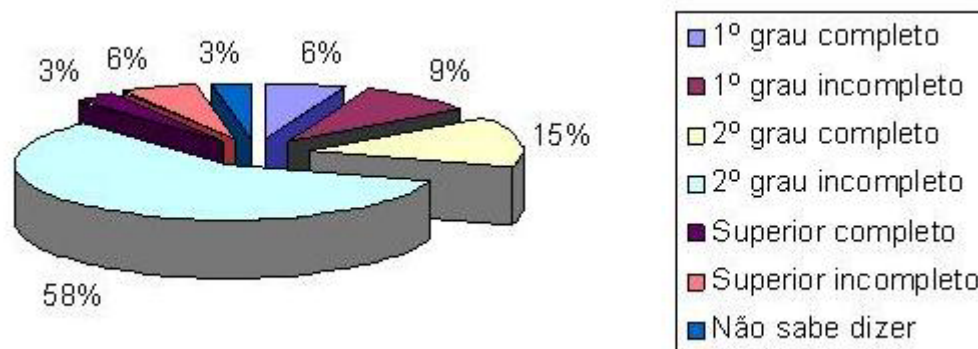


Gráfico 1 – Distribuição das mulheres estudadas, segundo grau de instrução

O gráfico 1 mostra que 58% das mulheres possuíam o 2º grau incompleto, diferente do encontrado por Eye (2003), onde em seu estudo, 60% das pacientes vítimas de infarto possuíam apenas o 1º grau incompleto. Acredito que a desinformação é um dos grandes fatores para o maior percentual de mulheres vítimas de IAM nas classes sociais com menor renda e menor grau de escolaridade.

Tabela 2 – Distribuição das mulheres segundo variáveis socioeconômicas

Variáveis	N	%
Renda familiar		
< de 1 salário mínimo	04	08
1 a 2 salários mínimos	35	70
3 a 4 salários mínimos	07	14
Acima de 4 salários mínimos	01	02
Não sabe dizer	03	06
Atuação no mercado de trabalho		
Com remuneração	18	36
Sem remuneração	02	04
Não trabalha	30	60

Ao analisarmos a tabela 2, podemos notar que 70% da família das mulheres tinham renda entre 1 a 2 salários mínimos. Sousa e Melo (2002) indicam em seu estudo que fatores socioeconômicos precários são determinantes para a incidência de doenças cardiovasculares e que além deste problema, os alimentos que menos contém colesterol são mais caros, ficando menos acessíveis a população. Ainda na análise da tabela em questão, constata-se que 60% das mulheres não trabalhavam no momento da entrevista. Este fato também se aproxima do encontrado por Sousa e Melo (2002), onde as mulheres também estavam fora do mercado de trabalho e a falta de qualificação profissional e idade avançada dificultavam essa inserção.

Este fator indica que as classes consideradas menos privilegiadas teriam menor acesso e contato com meios de informação mais eficientes e, além disto, temos precariedade na informação provinda de palestras educativas à comunidade.

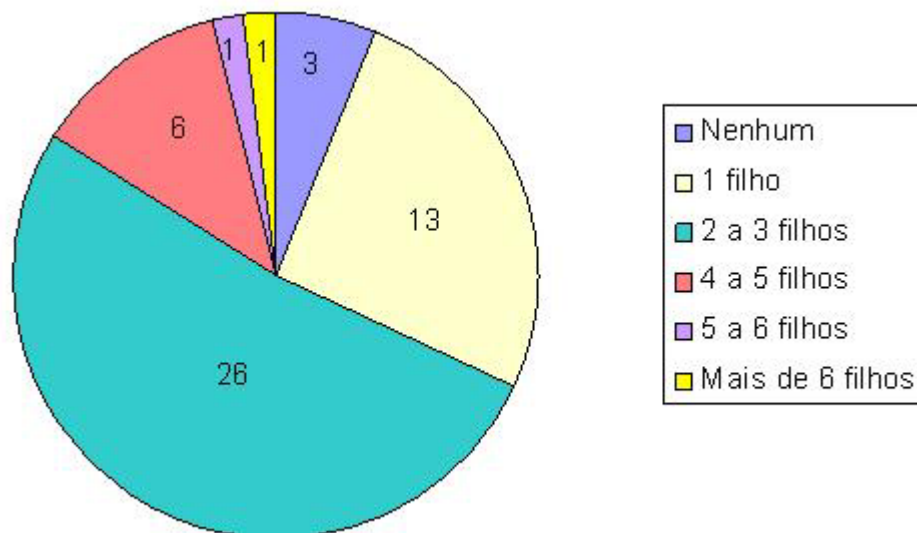


Gráfico 2 - Distribuição das mulheres, segundo números de filhos

O gráfico 2 mostra que 52% das mulheres tinham de 2 a 3 filhos, o que indica que houve um planejamento familiar. Esse dado é semelhante ao encontrado por Lubianca e Wannmacher (1998), que traz a informação que o controle eficaz da concepção trouxe a sociedade um avanço incontestável e na medida em que facilitou a emancipação da mulher e sua participação no mercado de trabalho, ainda permitiu às famílias, mediante planejamento, a adequação de números de filhos e suas condições econômicas.

Tabela 3 – Distribuição das mulheres, segundo variáveis comportamentais

Variáveis	N	%
Uso de repositores hormonais		
Faz uso	18	36
Não faz uso	32	64
Uso de anticoncepcionais orais		
Nunca fez uso	16	32
Já fez uso	34	68
Prática de atividade física anterior ao IAM		
Praticava	17	34
Não praticava	33	66
Consumo de bebidas alcoólicas		
Não	05	10
Socialmente	37	74
Regularmente	07	14
Excessivamente	01	02
Tabagismo		
Não fumo	19	38
Fumo (menos de 1 maço/dia)	29	58
Fumo (mais de 1 maço/dia)	02	04

Na análise da Tabela 3, visto que todas as entrevistadas já haviam passado pela menopausa, podemos constatar que 64% das mulheres afirmam não fazer uso de repositores hormonais. Segundo Sullivan et. al. (1990) e Evans et. al. (1995), mulheres que já atingiram a menopausa apresentam alterações no metabolismo lipídico, favorecendo a arteriosclerose. Têm-se recomendado a terapia de reposição estrogênica com a finalidade de diminuir a incidência da Doença Isquêmica Coronariana, entre outras doenças cardiovasculares.

Ainda na análise da tabela 3, nota-se que 68% das mulheres entrevistadas já fizeram uso de anticoncepcionais orais ao longo da vida. Esse dado é semelhante ao encontrado por Rietzschel (2002), onde em seu estudo 81% das mulheres que sofreram infarto já haviam utilizado anticoncepcionais orais em algum momento anterior, sendo o tempo médio de utilização de 13 anos.

Na tabela 3, ainda nota-se que 66% das mulheres não praticavam atividades físicas antes da ocorrência do infarto, e consideravam-se que consumiam bebidas alcoólicas socialmente (74%), mas a maioria assumia-se fumante (62%). Kannel (1995), diz em seu estudo que o tabagismo é um dos maiores responsáveis por mortes prematuras por cardiopatia, sendo a causa mais importante de mortes por afecções das coronárias. Além disto, podemos observar no estudo de Dantas et. al (1999) que o sedentarismo e o consumo de bebidas alcoólicas podem ser agravantes para o aparecimento de doenças coronárias.

Tabela 4 – Distribuição das mulheres segundo variáveis biológicas

Variáveis	N	%
Antecedentes pessoais		
Hipertensão arterial	34	68
Diabetes	28	56
Doença cardíaca	02	04
Colesterol alto	36	72
AVC	01	02
Antecedentes familiares		
Hipertensão arterial	35	70
Diabetes	24	48
Doença cardíaca	32	64
Colesterol alto	23	46
AVC	06	12

Ao analisarmos as variáveis da tabela 4, evidenciamos que 68% das mulheres já eram hipertensas, 56% diabéticas, 4% já possuíam doença cardíaca, 72% tinham níveis de colesterol elevados, e 2% já haviam sofrido algum tipo de AVC. No comparativo com outros estudos percebe-se que a hipertensão arterial sistêmica foi o antecedente pessoal mais prevalente, atingindo 71,4% das entrevistadas. No estudo de Framingham constatou-se que a hipertensão dobrou o risco de Doenças Isquêmicas Coronarianas (KANNEL, 1987).

Ainda analisando a tabela 4 percebemos que essas entrevistadas tinham uma bagagem genética relacionada a essas doenças. Este fato é semelhante ao encontrado por Guimarães (1992), onde em seu estudo a história familiar positiva para doença cardiovascular, entre parentes consangüíneos, é um fator de risco importante na determinação da ocorrência e prognóstico de doenças isquêmicas coronarianas, especialmente quando associada a outros fatores de risco.

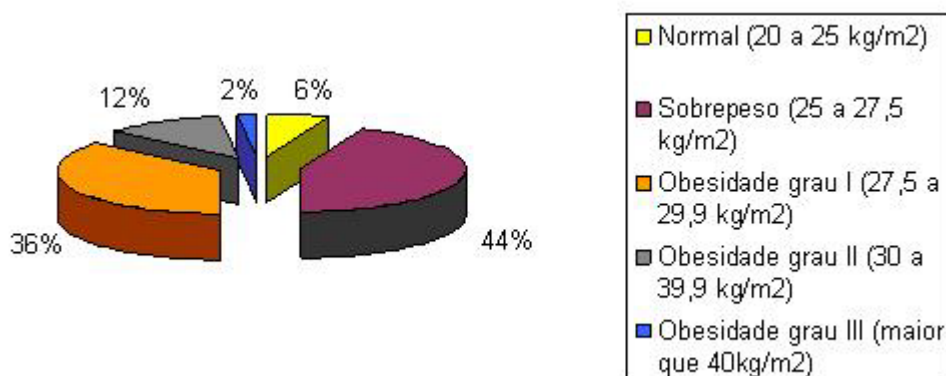


Gráfico 3 - Distribuição das mulheres, segundo índice de massa corpórea (IMC)

Analisando o gráfico 3, podemos perceber que apenas 6% das mulheres entrevistadas estavam com o índice de massa corpórea dentro dos padrões considerados normais. Sabemos que a obesidade é considerada como um fator de risco ou de agravamento para várias doenças, inclusive as cardiovasculares.

Esse dado é muito próximo ao encontrado por Dantas (1999), que em seu estudo 57% das mulheres que haviam sofrido infarto estavam acima do peso desejável.

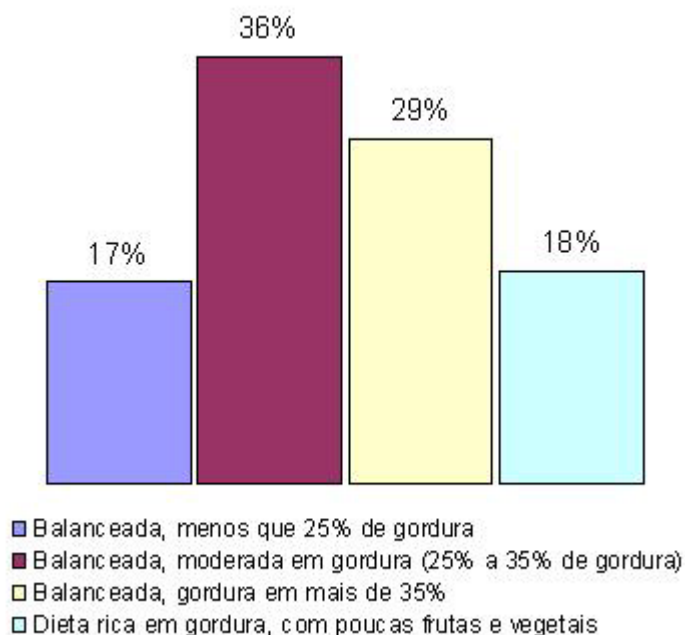


Gráfico 4 - Distribuição das mulheres, segundo tipo de dieta

Analisando os dados do Gráfico 4, nota-se que 36% das mulheres afirmavam ter uma dieta moderada em gordura. Sabemos que a dieta é um dos principais fatores do estilo de vida associado ao aumento do colesterol LDL, e o elevado consumo de gorduras saturadas é associado ao desenvolvimento de doenças coronarianas. O resultado deste estudo é semelhante ao encontrado por Dantas (1999), que em seu estudo as participantes, em sua maioria, não apresentavam hábitos alimentares de risco para o desenvolvimento de Doenças Isquêmicas Coronarianas.

Conclusão

Após a realização deste estudo percebemos que as conquistas femininas nos últimos anos foram fundamentais para o reconhecimento de sua importância na sociedade, mas também trouxeram vários problemas de saúde, um deles é o aumento de problemas cardíacos. Estresse, excesso de trabalho, fumo e outros hábitos, antes masculinos, entraram na vida das mulheres e as tornam cada vez mais vulneráveis aos problemas do coração. No estudo constata-se que a faixa etária de mulheres que mais infartam é de 51 a 60 anos, havendo um longo período de tempo entre o início da mudança de hábitos e o infarto, não sendo necessariamente determinante esse período. É importante ressaltar que existe por parte das entrevistadas, conhecimento sobre os fatores de risco para as doenças coronarianas, e a maioria refere que o infarto ocorreu mesmo por falta de cuidado, o que acredita-se ser imaturidade psicoemocional e dependência física, característica da faixa etária, já que a maioria das pesquisadas informaram encontrar dificuldade em mudar alguns aspectos de risco da vida cotidiana.

O infarto implica em repercussões negativas para as mulheres que vai além da mudança de hábitos imposta a partir infarto. Os riscos são mais significativos socialmente, pois o reconhecimento de suas conquistas acaba sendo prejudicado pela doença, a partir de então, instalada.

As medidas preventivas incluem a alimentação pobre em gordura saturada (principalmente gordura animal); atividades físicas regulares, como por exemplo, uma boa caminhada e se for jovem, uma corrida. Verificamos na pesquisa que grande parte das mulheres não pratica atividade física. Depois dos 50 anos, é interessante, associar à musculação para se ganhar um pouco mais de massa muscular e perder menos massa óssea. Procurar desde jovem fazer um controle dietético, manter uma alimentação saudável, rica em frutas, verduras e fibras, porque a gordura começa a se acumular desde a infância. Além disso, fazer um controle anual, aferir a pressão com frequência. Se tiver histórico familiar de doença cardíaca ou de derrame, é importante investigar mais a fundo, fazer uma consulta cardiológica, um teste ergométrico. Se for diabético, a atenção precisa ser muito maior porque há mais chances de ter doença coronária. Porém, neste estudo, percebemos que existe uma situação econômica familiar precária, e sabemos que fatores socioeconômicos precários são determinantes para a incidência de doenças cardiovasculares e que além deste problema, os alimentos que menos contêm colesterol são mais caros, ficando menos acessíveis a população. É importante lembrar que existe a necessidade de um acompanhamento ginecológico para essas mulheres, de modo que elas possam repor, quando necessário, os hormônios que deixaram de produzir fisiologicamente, pois principalmente o estrogênio acaba funcionando como um protetor para as doenças coronarianas e percebemos no estudo, que a maior parte das entrevistas não faz a reposição hormonal adequada.

Acreditamos que o enfermeiro conhecendo o perfil dessa população, elabora com eficiência programas através de educação continuada, que orientem não só as mulheres, mas a comunidade, utilizando assim um de seus principais instrumentos básicos da enfermagem, a criatividade.

Referências bibliográficas

- AGOSTINI, E.; Doenças coronarianas. In: _____. Doenças do coração. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.eagostini.com.br>>. Acesso em 05 set 2007.
- AZEZUM, A.; PIEGAS, L.S; PEREIRA, J.C.R.P, Fatores de risco associados com infarto agudo do miocárdio na Região Metropolitana de São Paulo – uma região desenvolvida em um país em desenvolvimento. In: Arquivos Brasileiros de Cardiologia. Vol. 64, nº 03, SP, Março 2005.
- BARROS, G.M; SOUZA, V; O paciente acometido de Infarto Agudo do Miocárdio e o processo de Enfermagem. São Paulo, 2003.
- BASSAN, R; DOHMANN, H.F; Conduta no paciente pós-infarto com ou sem angina. In: Ver Socerj. Vol. 12, nº 4, São Paulo, 1999.
- DANTAS, R.A.S.; COLOMBO, R.C.R.; AGUILLAR, O.M. Perfil de mulheres com infarto agudo do miocárdio, segundo o modelo de "campo de saúde". Rev. latino-americana de enfermagem, Ribeirão Preto, v. 7, n. 3, p. 63-68, julho, 1999.
- EVANS, M.P.; FLEMING, K.C.; EVANS, J.M. Hormone replacement therapy: management of common problems. Mayo Clin. Proc., v. 70, p.800-05, 1995.
- EYE, G. V. Infarto: o ataque do coração. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <[http://www.infarto-o-ataque-do-coracao-ABC-da-saude.htm](http://www.infarto-o-ataque-do-coracao-abc-da-saude.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2007.
- GALIANO, D.A; Vantagens e desvantagens da implantação de stents coronarianos como alternativa a angioplastia. São Paulo, 2003.
- GUEDES, D.P; Orientações básicas sobre atividade física e saúde para usuários. Ministério da Saúde, Brasília, 1995.
- KALIL, R.F, et al; Evolução Hospitalar de pacientes com infarto de ventrículo direito e a importância da perviabilidade da artéria coronária direita. In. Arq Bras Cardiol, Vol. 64, nº5, São Paulo, 1995.
- KANNEL, W.B. Natural history of cardiovascular risk. In: HOLLENBERG, N.K. (Ed). Hypertension: mechanisms and therapy. New York: Ed. Current Medicine, 1995. Cap.5, p.2-22.
- LUBIANCA, J.N.; WANNMACHER, L. Contraceptivos Orais. In: FUCHS, F.D.; Farmacologia Clínica. Fundamentos da Terapêutica Racional. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. p. 566-574.
- MARIANO, A.A; Participação do Enfermeiro na reabilitação de paciente pós-infarto agudo do miocárdio. São Paulo, 2003. MINISTERIO DA SAUDE. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/saude>. Acessado em 10 de setembro de 2007.
- NETO, J.A.M; MACIEL, B.C; FILHO, A.P; CASTRO, R.B; Condutas de Urgência nas síndromes isquêmicas miocárdicas instáveis. In: Ver. Medicina Ribeirão Preto, Vol. 36, São Paulo, 2003.
- OLIVEIRA, E.M; S, F.S.A; Síndromes coronarianas agudas: Protocolo de avaliação e manejo inicial de pacientes com dor torácica. In: Revista Científica da AMECS, Vol. 10, nº 1. São Paulo, 2001.
- RIESZTCHER, E.D. et al. Cardiovascular disease in women. Circulation, v. 88, p.1999-2009, 2002.
- ROSENGREN, A.; TIBBLIN, G.; WILHELMSSEN, L.; Self-perceived psychological stress and incidence of coronary artery disease in middle-aged men. Am J Cardio 1991; 68: 1171-5.
- SANTOS, J.J; PELLANDA, L.C; CASTRO, I; A dor torácica em mulheres no atendimento de emergência: conduta e evolução. In: Rev Assoc Med Bras, Vol 51, nº 1. Rio Grande do Sul, 2005.
- SILVA, D.G; CUNHA, J.G; Os fatores de risco do infarto agudo do miocárdio em pacientes internados em unidade de terapia intensiva com idade entre 30 e 50 anos. São Paulo, 2004
- SOUSA, A.R; MELO T.V; Conhecimento sobre fator de risco entre portadores de doenças cardiovasculares. São Paulo, 2002.
- SULLIVAN, J.N. et al. Estrogen replacement and coronary artery disease effect on survival in postmenopausal women. Arch. Intern. Med., v.150, p. 2557-62, 1990.
- SOUSA, A.R; MELO, T.V; Conhecimento sobre fator de risco entre portadores de doenças cardiovasculares. São Paulo, 2002.
- VARELA, R; Infarto do miocárdio em mulheres: sua percepção. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.
- WIELGOSZ, A. Cardiovascular Disease and the community. Prevention and Control, Vol. 1, nº 3. Disponível em <http://www.worldheart.org/publications-prevention-control-contents-3.php>. Acessado em 10 de setembro de 2007.
-

Utilização de Medicamentos: um Estudo Comparativo entre Universitários de Enfermagem e de Direito

Noeli M. Mussolin

Professora e Coordenadora do Curso de Enfermagem da Faculdade Santa Rita de Cássia, Enfermeira, Mestre em Ciências (Saúde Coletiva) e Mestre em Biociências Aplicada a Saúde, e Especialista em Administração Hospitalar.

Célia Aparecida Paulino

Professora, Doutora e Mestre em Patologia Experimental e Comparada (USP/SP).

Resumo

O uso de medicamentos de forma inadequada e sem critério é um assunto preocupante pelos riscos a que se submetem os usuários destas substâncias, especialmente quando fazem uso da automedicação. Neste sentido este estudo teve como objetivos avaliar o hábito da utilização de medicamentos entre os universitários dos cursos de Enfermagem e de Direito de uma universidade de São Paulo e detectar os possíveis fármacos mais consumidos entre estes universitários e seus respectivos riscos toxicológicos. Para o estudo utilizou-se um questionário semi-aberto de auto-preenchimento, que foi aplicado em 336 universitários do curso de Enfermagem e 195 universitários de Direito da Universidade Bandeirante de São Paulo. O questionário procurou investigar qual(is) o(s) meio(s) de acesso aos fármacos entre os universitários dos dois cursos e quais os mais utilizados. Para a análise estatística dos dados foi aplicado o Teste Qui-quadrado (χ^2), com intervalo de confiança de 95% para a diferença entre as médias considerando-se estatisticamente significativo um intervalo de 5% entre elas. Os resultados revelaram que 251 (74,70%) dos alunos de Enfermagem utilizam mais analgésicos em relação a outros medicamentos ($p < 0,05$), enquanto que 37 (18,97%) dos alunos de Direito têm por hábito utilizarem antibióticos, e apenas 29 (8,63%) dos universitários de Enfermagem usam tal grupo de fármacos. Analisando os resultados concluiu-se que é comum o hábito do uso de diferentes tipos de medicamentos pelos universitários pesquisados, e no caso daqueles do Curso de Direito, estes fármacos costumam ser indicados por leigos. Outro risco é o uso de diferentes tipos de medicamentos que podem induzir resistência microbiana, reações de hipersensibilidade, alterações gastrintestinais e outras reações adversas.

Palavras-chave

Uso de medicamentos, universitários, automedicação.

Abstract

The use of medicinal improperly and without discretion is a matter of concern for the risks to which they refer users of these substances, especially when making use of the self .. In this sense this study aimed to evaluate the habit of using drugs among university nursing courses and of Law, a University of Sao Paulo and detect potential drugs consumed most of these graduates and their toxicological risks. For the study used a questionnaire semi-open for self-fulfillment, which was applied to 336 university students of nursing and 195 college of law at the University of Sao Paulo Bandeirante. The questionnaire sought to investigate what (is) the person (s) method (s) of access to drugs between the two university courses and what the most used. For the statistical analysis of data was used the chi-square (χ^2), with a confidence interval of 95% for the difference between the means to be statistically significant considering a range of 5% between them. The results revealed that 251 (74.70%) the students of Nursing use more painkillers on other medications ($p < 0.05$), while 37 (18.97%) of students of law have the habit using antibiotics, and only 29 (8.63%) of university Nursing uses this group of drugs. Analyzing the results concluded that it is the common habit of using different types of drugs studied by academics, and for those in the Course of law, these drugs usually indicated by laymen. Another risk is the use of different types of drugs that can induce microbial resistance, of hypersensitivity reactions, abnormal gastrointestinal and other adverse reactions.

Keywords

Use of medicines, academics, self-medication.

Utilização de Medicamentos: um Estudo Comparativo entre Universitários de Enfermagem e de Direito

Introdução

A terapia medicamentosa é caracterizada pela administração de substâncias que, por suas propriedades, modificam o funcionamento do organismo e produzem certos efeitos importantes no controle e/ou combate às enfermidades em geral.

Todavia, não constitui novidade o fato de que o medicamento, quando utilizado sem qualquer critério técnico ou científico, poderá agravar o quadro clínico do usuário, muitas vezes devido a associação de drogas em subdosagens, as interações medicamentosas, ou mesmo os efeitos colaterais que este pode causar.

Assim, é especialmente importante que medicamentos pertencentes a alguns grupos farmacológicos, como antibióticos, ansiolíticos, anti-hipertensivos, antiinflamatórios, entre outros, sejam administrados por um profissional competente, dotado de embasamento científico e munido de conhecimentos relacionados à composição química destas drogas, às indicações clínico-terapêuticas, às interações medicamentosas e às reações adversas, bem como à posologia necessária para cada patologia, levando-se em conta suas especificidades e, principalmente, as características psicobiológicas individuais de cada paciente.

No Brasil, vários estudos isolados e regionais têm demonstrado a ocorrência da prática da automedicação (GERTNER et al., 1993; ARRAIS et al., 1997; VILARINO et al., 1998). Os resultados destes estudos sugerem que a automedicação no Brasil é praticada principalmente por mulheres entre 16 e 45 anos, sendo que nos homens essa prática é mais freqüente nas idades extremas, e a escolha de medicamentos é baseada principalmente na recomendação de pessoas leigas, sendo considerada também relevante a influência de prescrições anteriores (ARRAIS et al., 1997).

Assim, considerando-se a constante preocupação suscitada pelo consumo de alguns medicamentos sem os devidos critérios, observa-se que, dentre a população de universitários do Curso de Enfermagem da Universidade Bandeirante de São Paulo (UNIBAN – campus Maria Cândida), um percentual considerável dos mesmos exercem algum tipo de atividade profissional em hospitais, tendo livre acesso ou acesso facilitado aos fármacos em geral e apresentam o hábito de

portarem consigo algum medicamento, quer seja analgésico, antiinflamatório, antipirético, ou ainda antibióticos, dos quais geralmente fazem uso, segundo os mesmos, “para uma emergência”.

Considerando-se estes fatos, surgiu o questionamento sobre a utilização de medicamentos pelos universitários do Curso de Enfermagem, sabendo-se que os mesmos possuem um conhecimento acumulado ao longo dos quatro anos letivos do curso, o que poderia determinar uma possível mudança no comportamento destes alunos referente ao hábito da automedicação.

Além disso, partindo-se do pressuposto de que o aluno de Enfermagem dispõe de conhecimento específico que possa levá-lo a acreditar que é capacitado a utilizar medicamentos sem prescrição, surgiu, além disso, o mesmo questionamento em relação a outro grupo distinto, composto por universitários do Curso de Direito da UNIBAN (campus Maria Cândida), uma vez que os mesmos possuem nível intelectual diferenciado, mas não dispõem de conhecimentos científicos específicos no âmbito da Farmacologia.

Objetivos

Geral

Avaliar o hábito da utilização de medicamentos entre os universitários dos Cursos de Enfermagem e de Direito da Universidade Bandeirante de São Paulo – UNIBAN.

Específico

Detectar os possíveis fármacos mais consumidos entre estes universitários e seus respectivos riscos toxicológicos.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho foi realizada uma pesquisa de campo, por meio da qual foram colhidas as informações necessárias, utilizando-se um questionário previamente adaptado, com ênfase nos universitários de Enfermagem e de Direito.

A população constituiu-se de universitários da Universidade Bandeirante de São Paulo - UNIBAN (campus Maria Cândida – MC), a qual era composta, na época do levantamento, por 1.500 universitários do Curso de Enfermagem, e por 1.950 universitários do Curso de Direito.

A amostra populacional referente ao Curso de Enfermagem constituiu-se de 336 alunos (22,4%) do 1o ao 4o ano, sendo 72 do 1o ano, 85 do 2o ano, 77 do 3o ano e 102 do 4o ano, selecionados de forma aleatória, uma vez que pretendia-se que a pesquisa abrangesse o maior número possível de alunos.

O Curso de Direito contou com uma amostra populacional de 195 universitários (10,0%), escolhidos entre os de 1o ao 5o ano letivo. Esta escolha ocorreu de forma aleatória entre os 5 anos letivos, uma vez que o conteúdo programático do Curso de Direito não inclui a Disciplina de Farmacologia, e os alunos não dispõem desta informação específica.

Antes da aplicação dos questionários definitivos, foram utilizados 20 questionários pré-teste em cada curso ou grupo distinto, com a finalidade de se avaliar a eficiência do mesmo e corrigir eventuais falhas ou dúvidas, que poderiam gerar interpretações dúbias e/ou respostas incoerentes.

Por meio do questionário semi-aberto, foram colhidas informações gerais dos universitários e procurou investigar o tipo de conduta adotada quando necessita fazer uso de medicamentos, quais os remédios que mais utiliza, os conhecimentos sobre possíveis efeitos colaterais destes remédios, de que forma o mesmo recebe conhecimento ou informação dos efeitos colaterais, quem faz a indicação dos remédios que utilizam, hábito de ler a bula, observação de melhora clínica, e os motivos pelos quais tomam ou tomaram remédios por conta própria.

Das respostas obtidas dos universitários dos dois Cursos, procurou-se detectar as possíveis diferenças no hábito do uso de medicamentos entre estudantes que não possuem em seu currículo escolar a disciplina de Farmacologia, e aqueles que, pela própria natureza de seu Curso, possuem conhecimentos relativos a Farmacologia e a Terapêutica.

Para análise estatística dos dados obtidos, foi aplicado o Teste Qui-quadrado (χ^2), respeitando-se um intervalo de confiança de 95% para a diferença entre as médias e, portanto, o valor de 5% foi considerado como estaticamente significativo.

Resultados

Os resultados demonstrados na Tabela 1 e ilustrados na Figura 1 revelam que 291 (86,61%) dos universitários do Curso de Enfermagem utilizam medicamentos prescritos pelo médico, 24 (7,14%) fazem uso de medicamentos indicados por alguém da família, outros 24 alunos (7,14%) utilizam medicamentos indicados por outras pessoas, 14 (4,17%) seguem as orientações do farmacêutico ou balconista da farmácia, e 10 alunos (2,98%) seguem orientações de amigos ou vizinhos.

Pode-se constatar também que 126 (64,62%) dos universitários do Curso de Direito pesquisados utilizam medicamentos prescritos pelo médico, 43 (22,05%) utilizam medicamentos indicados por alguém da família, e 37 alunos (18,97%) seguem as orientações do farmacêutico ou balconista da farmácia.

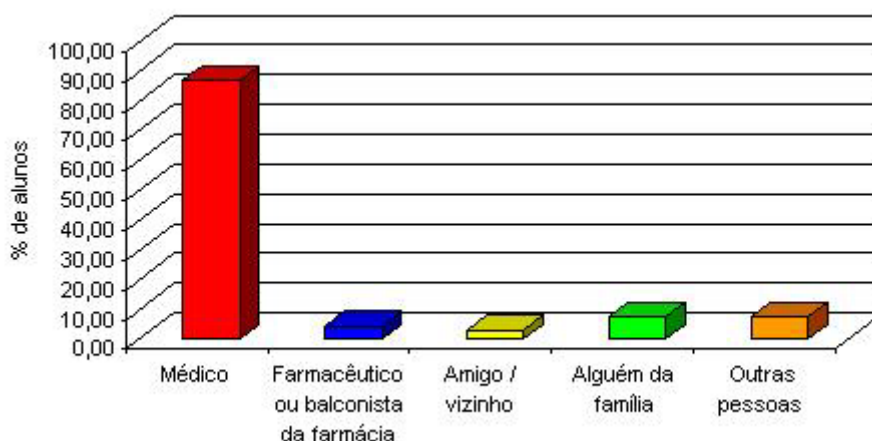
TABELA 1. Quantidade absoluta (nº) e relativa (%) de alunos do Curso de Enfermagem e de Direito da UNIBAN, (campus MC), em relação a quem faz a indicação dos medicamentos utilizados pelos mesmos.

QUEM FAZ A INDICAÇÃO	QUANTIDADE DE ALUNOS ¹			
	ENFERMAGEM		DIREITO	
	(nº)	(%)	(nº)	(%)
Médico	291	86,61	126	64,62
Farmacêutico ou balconista da farmácia	14	4,17	37	18,97 *
Amigo / vizinho	10	2,98	8	4,10
Alguém da família	24	7,14	43	22,05 *
Outras pessoas	24	7,14	8	4,10

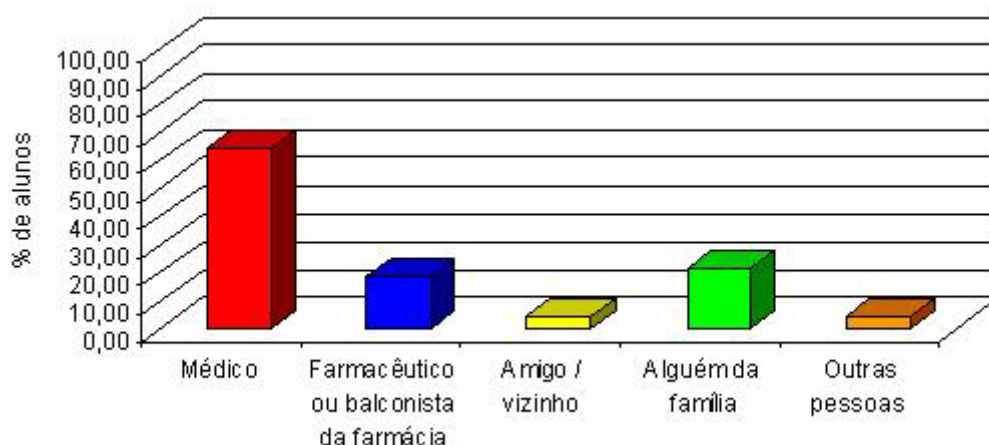
1 Tabela sem total por permitir mais de uma opção.

* χ^2 : 5% \geq 3,84

CONDUTA ADOTADA PELOS UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE ENFERMAGEM QUANDO NECESSITAM FAZER USO DE MEDICAMENTOS.



CONDUTA ADOTADA PELOS UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE DIREITO QUANDO NECESSITAM FAZER USO DE MEDICAMENTOS.



Os resultados apresentados na Tabela 2 mostram que 251 alunos do Curso de Enfermagem (74,70%) fazem uso de medicamentos analgésicos; destes, 103 alunos (30,65%) utilizam antigripais e 81 (24,11%) utilizam antipiréticos. Observou-se, ainda, que a terapia com antiinflamatórios também é significativa, uma vez que 76 alunos deste Curso (22,62%) fazem uso da mesma. No que se refere às vitaminas e complexos vitamínicos, observou-se que estes são utilizados por 52 alunos (15,48%). Já, 37 alunos (11,01%) utilizam medicamentos antiúlcera/antiácidos e, do total de 336 alunos, apenas 3 deles (0,89%) referiram fazer uso de estimulantes do sistema nervoso central (SNC) e tranqüilizantes.

Já, com relação aos universitários do Curso de Direito, os resultados da Tabela 2, mostram que dos 195 alunos pesquisados, 140 (71,79%) citaram que fazem uso de analgésicos, 86 alunos (44,10%) utilizam antigripais e 61 (31,28%) fazem uso de antiinflamatórios. Observou-se também que é significativo o número de universitários do Curso de Direito que utilizam complexos vitamínicos, uma vez que 45 alunos (23,08%) afirmaram fazer uso dos mesmos. Dos 195 alunos deste Curso, 37 (18,97%) têm por hábito utilizarem antibióticos, 36 alunos (18,46%) utilizam antipiréticos, 28 (14,36%) utilizam energéticos / nootrópicos, e 20 alunos (10,26%) fazem uso de antiúlcera / antiácidos.

TABELA 2. Quantidade absoluta (nº) e relativa (%) de alunos do Curso de Enfermagem e de Direito da UNIBAN, (campus MC), que utilizam medicamentos de diferentes grupos farmacológicos.

MEDICAMENTOS	QUANTIDADE DE ALUNOS ¹			
	ENFERMAGEM		DIREITO	
	(nº)	(%)	(nº)	(%)
Analgésicos	251	74,70	140	71,79
Antipiréticos	81	24,11	36	18,46
Antigripais	103	30,65	86	44,10
Antitussígenos	21	6,25	10	5,13
Anorexígenos	9	2,68	14	7,18
Tranqüilizantes	3	0,89	10	5,13
Relaxantes musculares / Ansiolíticos	13	3,87	16	8,21
Anticoncepcionais	70	20,83	21	10,77
Antibióticos	29	8,63	37	18,97 *
Antiinflamatórios	76	22,62	61	31,28
Vermífugos	15	4,46	4	2,05
Energéticos / Nootrópicos	25	7,44	28	14,36
Estimulantes do SNC	3	0,89	8	4,10
Antiúlceras / Antiácidos	37	11,01	20	10,26
Vitaminas / Complexos vitamínicos	52	15,48	45	23,08
Minerais	3	0,89	4	2,05
Aminoácidos	4	1,19	12	6,15
Outros medicamentos	19	5,65	12	6,15
Outras respostas	17	5,06	3	1,54

¹ Tabela sem total por permitir mais de uma opção.

* χ^2 : 5% \geq 3,84

Discussão

Pode-se observar que os resultados apresentados na Tabela 1 e Figuras 1 e 2 mostram uma diferenciação entre os dois grupos estudados em relação a quem indica o medicamento a ser utilizado. Embora esta diferença não seja estatisticamente significativa, observou-se que 86,61% dos universitários de Enfermagem procuram o médico, enquanto que 64,62% dos universitários de Direito relatam este hábito. Analisando-se tais resultados, é importante lembrar a citação de HANNUCH et al. (1992) de que o uso de medicamentos sem prescrição médica ou sem a devida orientação, por mais “banal” que a droga possa parecer, pode acarretar sérias consequências, como: resistência bacteriana, reações de hipersensibilidade, dependência, sangramento digestivo e, ainda, aumentar o risco para determinadas neoplasias.

Observam-se, também, que 22,05% dos universitários de Direito fazem uso de medicamentos indicados por alguém da família, e 18,97% por recomendação do farmacêutico ou balconista da farmácia. No que se refere aos universitários de Enfermagem este resultado ficou entre 7,14% e 4,17%, respectivamente, revelando-se uma diferença estatisticamente significativa (teste χ^2) entre estes dois grupos de universitários. Tais resultados indicam a importância da educação para a saúde que os alunos de Enfermagem recebem ao longo de sua formação acadêmica.

Da mesma forma, MOSEGUI et al. (1999) constataram em pesquisa realizada no Estado do Rio de Janeiro que a maior parte dos medicamentos utilizados pela amostra analisada foi prescrito pelo médico (83,80%), sendo os demais indicados por amigos, vizinhos, outros médicos ligados a veículos de comunicação, e por balconistas de farmácias e drogarias.

Nesta pesquisa, pode-se observar que existe uma grande diversidade de medicamentos utilizados pelos universitários dos Cursos de Enfermagem e Direito. Dentre eles, destaca-se o uso de analgésicos, antigripais, antipiréticos, antibióticos, antiinflamatórios e os complexos vitamínicos. Os resultados da Tabela 2 revelam um maior percentual de uso de analgésicos entre os universitários, tanto do Curso de Enfermagem (74,70%) como de Direito (71,79%). Este dado é preocupante, visto os efeitos colaterais que tais fármacos podem induzir, tais como, alterações gastrintestinais, sangramentos, reações alérgicas e outros. Em concordância com esta pesquisa, um estudo realizado por MALDONADO (1995), com o objetivo de conhecer a frequência da aquisição de medicamentos essenciais, cuja venda era proibida, e determinar a magnitude da prática da automedicação, foram visitadas 54 farmácias em Morelia, México, em horário de maior movimento comercial. Constatou-se que os fármacos adquiridos com maior frequência foram os analgésicos e antiinflamatórios não-esteroidais,

Pode-se inferir para os universitários de Enfermagem que os diferentes grupos de medicamentos citados esteja relacionado, dentre outros, ao acesso facilitado a medicamentos no ambiente de trabalho (especialmente hospitais) e ao contato freqüente e influência de representantes de indústrias ou laboratórios farmacêuticos, quando da propaganda das suas especialidades farmacêuticas.

Já, no que se refere aos antigripais, os universitários do Curso de Direito (44,10%) têm uma utilização maior do que os universitários de Enfermagem (30,65%). Estes dados sugerem que os acadêmicos de Direito poderiam ter menor resistência aos resfriados ou gripes do que os acadêmicos

de Enfermagem. Este fenômeno pode levar à hipótese de resistência adquirida pelos universitários de Enfermagem, em contato direto com pacientes em estado gripal e/ou afecções do aparelho respiratório no seu ambiente de trabalho, especialmente nos hospitais.

Com relação aos antibióticos, notou-se uma grande discrepância entre a utilização destes pelos universitários de Enfermagem (8,63%) e os de Direito (18,97%). Esta diferença considerada estatisticamente significativa (teste χ^2) confirma a importância da conscientização quanto aos riscos do uso indiscriminado de antibióticos, constantemente enfatizados nas disciplinas de Farmacologia e de Semiologia ministradas durante o Curso de Enfermagem. Entre os antibióticos, destacaram-se a penicilina, amoxicilina, cefalexina monohidratada e a floxacina, comumente utilizadas por estes universitários para problemas de afecções orofaríngeas, bronquites e infecções do trato urinário.

É oportuno lembrar que, pode haver a possibilidade destes medicamentos terem sido consumidos pelos universitários dos Cursos de Direito e de Enfermagem, com ou sem prescrição médica, fato não detectado neste trabalho, uma vez que o objetivo do mesmo foi investigar quais medicamentos são utilizados com maior frequência, independentemente de o serem por meio de prescrição médica ou por automedicação.

Conclusão

1. É comum o hábito do uso de medicamentos entre os universitários dos Cursos de Enfermagem e de Direito da UNIBAN, porém em maiores proporções entre os universitários de Direito;
2. Os universitários do Curso de Enfermagem da UNIBAN utilizam mais analgésicos e antipiréticos que os universitários do Curso de Direito, e estes utilizam mais antigripais, antibióticos e antiinflamatórios e, principalmente, os energéticos e vitaminas;
3. Existe importante influência do conhecimento adquirido pelos universitários de Enfermagem da UNIBAN, durante os 4 anos letivos do Curso, evidenciada pela redução do hábito de uso de medicamentos e da própria automedicação;

Bibliografia

- ARRAIS, P. S. D.; COELHO, H. L. L.; BATISTA, M. D.; CARVALHO, M. L.; RIGHI, R. E.; ARNAU, J. M. Perfil da automedicação no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 31, p. 71-7, 1997.
- GERTNER, A. P.; KAMPF, C. E.; TRINTINAGLIA, G.; BARSÉ, G. N.; FESTUGATTO, J. R.; DEWES, R.; BERTELL, M. S. B. Automedicação em Caxias do Sul. *Revista Científica da Associação de Medicina de Caxias do Sul*, v. 2, p. 9-11, 1993.
- HANNUCH, S. N. M.; ZUKERMAN, E.; MASUR, J.; LIMA, J. G. C. Uso de substâncias para alívio imediato da dor (SAID) em pacientes com cefaléia: estudo em uma população ambulatorial. *Revista da Associação Brasileira de Medicina*, v. 38, p. 17-23, 1992.
- MALDONADO, B.; CABRERA, C.; SOTO, D. Prescricion de medicamentos en las farmacias del gran Santiago: um problema subestimado. *Pediatría*, v. 37, p. 42-8, 1995.
- MOSEGUI, G. B. G.; ROSENFELD, S. Avaliação da qualidade do uso de medicamentos em idosos. *Revista de Saúde Pública*, v. 33, p. 437-44, 1999.
- VILARINO, J. F.; SOARES, I. C.; SILVEIRA, C. M.; RODEL, A. P.; BORTOLI, R.; LEMOS, R. Perfil da automedicação em município do sul do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 32, p. 43-9, 1998.
-

O Processo de Vendas no Varejo

Marco Antonio de Castro
Professor da Faculdade Santa Rita de Cássia,
Economista, Mestre em Gestão de Negócios com linha de pesquisa em Marketing
e especialista em Gestão da Qualidade e Engenharia Econômica.

Resumo

O processo de vendas é o mais importante aspecto dos negócios. Com as economias cada vez mais competitivas e o mercado globalizado, os vendedores passam a ser verdadeiros consultores de vendas, aonde há a necessidade de se ter um nível técnico de conhecimento dos produtos e conquistar a empatia dos clientes. Os departamentos de vendas buscam acompanhar o marketing das empresas, visando utilizar estas ferramentas para alavancar os negócios. Profissionais treinados, processos cada vez menos burocráticos, respostas imediatas, qualidade no atendimento e nos produtos e conquista constante de mercados, são os atributos necessários para o sucesso dos negócios.

Palavras-chave

Vendas no varejo, comércio no varejo, consumidor, desejos, necessidades, lidar com as objeções.

Abstract

The Sales process is the most important aspect in the business. Because of the competitive economy and the globalized market, the sellers have to be real sales consultants where there is a great need to have a level of technical knowledge of products and gain the sympathy of customers. The sales departments follow the marketing of the companies focusing on tools that can increase the business. Good trained professionals, fewer bureaucratic procedures, immediate answers, quality of care and constant achievement of products and markets are the attributes required for business success.

Keywords

Sales in retail, trade in the retail, consumer, desires, needs, dealing with objections.

O Processo de Vendas no Varejo

O Processo de Vendas

Não há uma fórmula única para se vender bem. O que de fato existe são planejamentos, técnicas e estratégias aliadas a esforço e motivação, fazendo o profissional sentir-se mais seguro e capaz de superar suas metas. A atividade de vendas é um processo que pode ser adaptado ou melhorado de acordo com a situação posta. “O processo de vendas é um conjunto de responsabilidades dos vendedores para facilitar a decisão de compra do cliente” (Levy e Weitz, 2000).

Segundo Stanton & Spiro (1999), este processo pode ser imaginado como uma cadeia, com cada um de seus elos devendo ser fechado com sucesso. Se isso não acontecer, o vendedor fracassará em conseguir o pedido. Cada uma das etapas se sobrepõe às outras e sua seqüência pode ser alterada para atender a situação do momento.

As Oito Etapas do Processo de Vendas para Stanton & Spiro (1999) são:

- 1- Prospecção
- 2- Preparação da venda
- 3- Abordagem
- 4- Avaliação de Necessidades
- 5- Apresentação
- 6- Respondendo às Objeções
- 7- Fechamento
- 8- Acompanhamento

A empresa que deseja alcançar o sucesso e o crescimento num ambiente cada vez mais turbulento e complexo deve procurar manter os clientes atuais e estar à procura de novos clientes.

A prospecção é a etapa do processo de vendas onde se busca identificar possíveis compradores ou o cliente potencial. Para Stanton & Spiro (1999), “a prospecção é o método ou sistema pela qual os vendedores aprendem os nomes das pessoas que precisam do produto e dispõem de recursos para comprá-lo”. Estas pessoas, segundo Soldow e Thomas (1993) são chamadas de clientes potenciais e clientes qualificados. Então, para ser um cliente em potencial, uma pessoa ou uma organização deve ter uma necessidade que poderia ser satisfeita com seu produto, e um cliente qualificado é alguém que precisa de seu produto e é capaz de comprá-lo. É possível identificar clientes de várias formas: através de indicação dos atuais clientes, aquisição de listagens e de cadastros de clientes, visita porta-a-porta, feiras, exposições, anúncios classificados, entidades de classe, entre outros.

Qualquer que seja a fonte é importante que a indicação seja qualificada. A qualificação é parte integrante do processo de prospecção e os vendedores são os principais responsáveis por tais atividades.

A etapa de preparação da venda inclui todas as atividades de coleta de dados e informações realizadas pelos vendedores para conhecer os fatos relevantes concernentes aos clientes potenciais, suas necessidades e situação. Em seguida, com base nessas informações, os vendedores planejam suas apresentações de vendas, selecionando o objetivo mais apropriado para cada visita.

Para Stanton & Spiro (1999), “o objetivo da pesquisa de clientes é fazer com que os vendedores saibam o máximo possível sobre a empresa, os tomadores de decisão e suas necessidades antes de fazer a primeira visita”. Após analisar a potencialidade do cliente, dá-se início ao processo de planejamento da apresentação de vendas, onde se deve definir o objetivo ou a meta da visita.

Com o nome do cliente potencial e as informações adequadas de pré-aproximação, o vendedor poderá passar para a próxima etapa: a abordagem. “A abordagem de um cliente é um método para chamar a atenção do cliente e gerar interesse na mercadoria rapidamente” (Levy e Weitz, 2000).

Segundo Moreira (2001), “todo o planejamento pode resultar em nada no momento da visita”. Para tanto, causar uma boa impressão é fundamental para o sucesso da visita. No final da abordagem, o vendedor deve obter o acordo do comprador para passar a fase de avaliação de necessidades da visita.

Conforme Levy e Weitz (2000), “o propósito da abordagem dos vendedores é estreitar o foco do cliente de um interesse generalizado e amplo para uma consideração de itens específicos”.

Depois de realizar o contato inicial, a próxima etapa do processo de venda de varejo será a avaliação de necessidades. Segundo Levy e Weitz (2000), o vendedor precisa determinar as necessidades do cliente e que tipo de mercadoria ele prefere.

Stantons & Spiro (1999) afirmam que: “[...] as pesquisas tem demonstrado que, quanto mais perguntas os vendedores fazem, maiores são as probabilidades de eles obterem sucesso”.

Segundo Levy e Weitz (2000), as informações básicas que um vendedor precisa saber sobre um cliente incluem o tipo de serviço ou mercadoria que o cliente está procurando; a gama de preço que o cliente está considerando; como o cliente planeja usar o serviço ou mercadoria; o estilo de vida do cliente; quais bens o cliente possui atualmente que podem ser usados com a mercadoria em consideração; e as preferências do cliente por riscos e retornos em investimentos.

A apresentação é uma discussão dos recursos, vantagens e benefícios do produto e/ou serviço que os clientes indicaram como importantes. Embora a maioria das apresentações seja oral, muitas vezes elas incluem propostas por escrito e material de apoio, bem como auxílios visuais. “A meta da apresentação é fazer com que o vendedor convença os clientes de que seus produtos ou serviços atenderão suas necessidades de maneira melhor que os concorrentes” (Stanton & Spira, 1999). Para muitos clientes, as mercadorias ou os serviços são selecionados apenas pela variável preço, que é decisório no processo de compra. Entretanto, dentre produtos de mesmo preço, será escolhido aquele que apresentar melhor qualidade. Quando a qualidade não é visível, ou fácil de ser determinada, o cliente julga, muitas vezes, pela tradição da marca, por comentários e indicações de conhecidos, pela propaganda e por sua experiência anterior com o produto. Uma boa apresentação de vendas é preparada em torno de uma eficiente demonstração de um produto.

As objeções são encontradas em praticamente todas as apresentações. As objeções indicam que o cliente potencial tem interesse na proposta, portanto devem ser bem recebidas.

Objecções são declarações feitas pelo cliente que comunicam, direta ou indiretamente, a existência de um problema que precisa ser solucionado antes que uma decisão de compra possa ser tomada (Soldow e Thomas, 1993).

Stanton & Spiro (1999), citam as objeções de preço ou valor, objeções sobre produtos ou serviços e objeções de protelação como os tipos mais comuns de objeções. Nas objeções de preço ou valor, os compradores que dizem “não preciso disso” ou “isso é muito caro” estão sinalizando que não consideram que o valor de solucionar o problema ou atender a necessidade compense o custo.

Nas objeções sobre produtos/serviços o comprador, muitas vezes, reconhece a importância de um problema, mas duvida que o produto ou serviço possa resolvê-lo ou melhorar as operações. O comprador pode discordar da avaliação do vendedor ou, em alguns casos, até duvidar da palavra do vendedor. Algumas objeções relacionam-se a necessidades que o produto não pode atender.

Neste caso, é melhor reconhecer que o produto ou serviço não pode atender aquela necessidade em especial. Nas objeções de protelação, os clientes potenciais podem apresentar abertamente suas objeções a uma proposta e dar ao vendedor a oportunidade de respondê-las.

Após o vendedor convencer o cliente que seu produto merece pelo menos alguma atenção, o vendedor deve solicitar ao comprador que execute uma ação que o aproxime mais do fechamento da venda. Contudo, isso pode exigir algumas visitas até que o comprador esteja pronto a comprometer-se com a venda.

Nesta etapa do processo de vendas obtém-se a concordância do cliente quanto à efetivação da compra. O fechamento é freqüentemente considerado como algo que o vendedor faz, e como resultado, pode-se falar de técnicas de vendas de fechamento, que são estratégias que um vendedor poderá usar para obter a concordância do cliente. Porém, cabe ressaltar que não existem técnicas “infalíveis” de fechar uma venda com sucesso. Se o vendedor não conseguir convencer o cliente a comprar durante a apresentação, dificilmente conseguirá cumprir com seu objetivo - fechar a venda, mesmo utilizando-se de técnicas de vendas (Soldow e Thomas, 1993).

Uma vez levado o pedido para a empresa, é muito importante que haja o acompanhamento do pedido, ou seja, que todo o processo seja acompanhado, principalmente quando referente a novos clientes. Conforme Moreira (2001), o acompanhamento é necessário, pois podem ocorrer vários erros ou imprevistos capazes de comprometer a venda, como erros de cadastro, de faturamento, de carregamento e despacho.

Os autores também destacam que informar o cliente sobre o pedido gera confiança e credibilidade e reduz problemas futuros.

Caso ocorra algum imprevisto que comprometa a data acordada para a entrega do pedido, é importante que o cliente seja informado, e que se busque alguma alternativa para não prejudicar a venda.

Assim, sempre que possível, deve-se entrar em contato com o cliente para informá-lo sobre o andamento do pedido.

Para Stanton & Spiro (1999), “um bom acompanhamento é a chave para se obter uma clientela leal, que, em última análise, resulta numa boa receita para o vendedor”.

Prospecção

No entendimento de Moreira (2001), “a prospecção do mercado é a identificação da clientela sobre a qual compensa mais dirigir os esforços e recursos de venda”. Em outras palavras, é o processo de obter nomes, informações e conhecimento das características dos clientes potenciais. Nesse sentido, ao iniciar suas atividades, a Rota das peças identificou sobre qual clientela dirigir os esforços e recursos de vendas.

Para isso, utilizou-se da carteira de clientes que as administradoras possuíam na empresa onde anteriormente eram sócias, de nomes em listas telefônicas, e utilizou-se da indicação dos atuais clientes e de amigos.

Segundo Las Casas (2001), “o fluxo de indicações favorece uma permanente fonte de visitas e, em decorrência disso, aumenta o faturamento, pela existência de um número maior de entrevistas”.

Técnicas de Prospecção

Fontes secundárias: geralmente são fontes de informações disponíveis publicamente.

- Banco de dados computadorizado;
- Listas telefônicas; lista de associados; catálogos, entre outros;
- Jornais e revistas.

Tentativas “a frio”

- A empresa visita as pessoas ou organizações de uma certa categoria, sem ter agendado uma visita – não teve nenhum contato pessoal antes de abordar o cliente em potencial.

Leads (pessoas que respondem a uma questão de resposta direta, indicando interesse em determinada oferta) gerados pela empresa.

- Mala direta;
- Telemarketing.

Contatos pessoais (referências de clientes)

- Pede aos clientes da empresa o nome de clientes em potencial;
- Em alguns casos, quando permitido pelo cliente, utiliza o nome dele para entrar em contato com o cliente em potencial indicado;
- Solicita ao cliente comentar sobre a empresa ao cliente indicado.

Rede de indicadores

- Utiliza-se dos amigos pessoais e conhecidos como fonte de leads;
- Solicita a um cliente que apresente a loja a outro cliente por meio de telefone ou pessoalmente.

De acordo com Moreira (2001), antes de se iniciar o processo de prospecção, é importante que se façam alguns questionamentos para melhor definir o que de fato se deseja e o que se está buscando em relação aos novos clientes. Algumas perguntas podem contribuir e ajudar a descobrir mais informações e detalhes sobre o cliente.

Preparando-se para a Prospeção de Mercado

Questionamentos Constatações

Quem são os clientes de maior potencial?

- Transportadoras;
- Prefeituras;
- Caminhoneiros autônomos;
- Associações de motoristas, associações de produtores rurais;
- Oficinas mecânicas.

Quais são as suas necessidades? - Peças em geral, no menor tempo possível.

O que o motiva a comprar?

- Preço e Prazo de pagamento
- Qualidade da mercadoria
- Marca
- Conveniência
- Atendimento
- Localização da loja e afinidade com os proprietários

Como é seu comportamento de compra?

- Os clientes, na sua grande maioria, compram peças apenas quando estragam e não há recuperação desta peça;
- Alguns clientes compram alguns que giram todo dia e com custo baixo para estocarem;
- Compram na loja em que tiver a melhor relação preço/qualidade, agilidade, conveniência, prazo de pagamento e bom atendimento.

O que de fato ele deseja?

- Resolver seu problema da maneira mais rápida possível e com o menor custo.

Onde ele está localizado?

Qual é a melhor forma de abordá-lo?

- Mala direta;
- Telefone;
- Propaganda nos meios de comunicação;
- Visitas marcadas.

Existe algum concorrente atuando nele?

- Em alguns segmentos de clientes sim, mas nem todos estão satisfeitos com o que oferecem. Alguns concorrentes têm uma grande diversidade de produtos, mas um mau atendimento; outros têm preço baixo, mas não possuem uma diversidade.

As entrevistas e conversas realizadas nesta pesquisa, possibilitaram identificar o comportamento de compra dos consumidores, suas necessidades, suas expectativas em relação às lojas de autopeças, entre outros fatores. Além disso, a empresa procura qualificar os clientes potenciais, ou seja, saber se o possível comprador é bom. Stanton & Spiro (1999), citam três condições necessárias a serem satisfeitas por um cliente potencial:

- (1) O cliente precisa dos produtos que estão sendo vendidos?
 - (2) O cliente pode comprar os produtos?
 - (3) O cliente é receptivo às visitas do vendedor?
-

Tendo em mãos essas informações, torna-se mais fácil tomar decisões que envolvam a área de vendas, tanto na obtenção e manutenção da satisfação dos clientes, como na busca do aumento do faturamento e lucratividade da empresa.

Pré-aproximação – preparação da venda

O vendedor deve procurar saber tudo o que for possível sobre os negócios do cliente potencial.

Nem sempre é possível obter todas essas informações antes de visitar o cliente. Na maioria das vezes, a poucos informações.

Informações Importantes para a Visita de Vendas

Questionamentos Fontes de informação

Qual é o porte da empresa?

- quantos caminhões possui e os respectivos fabricantes;
- se é empresa ou autônomo;
- se possui empregados (motoristas).

Quais são as atuais práticas de compra?

- onde compra;
- quando e quanto compra;
- como realiza o pagamento destas compras;
- qual a frequência de compras.

Onde a empresa se localiza?

- em que local a empresa está instalada;
- se possui filiais e onde estão localizadas.

Quem toma as decisões de compras?

- o nome das pessoas responsáveis pelas compras;
- o nome das pessoas que podem vir a influenciar nas decisões de compras (executivos).

A Abordagem

No início de suas atividades, a Rota das Peças, após ter em mãos algumas informações de seu público-alvo, realizou algumas visitas porta-a-porta e alguns contatos via telefone e mala-direta, com o intuito de apresentar a organização, seus produtos, etc.

A empresa priorizou as visitas porta-a porta, pois acredita que o contato humano é um diferencial importante para empresas que buscam vantagem competitiva.

Para Stanton & Spiro (1999), é importante marcar uma data para visitar o possível comprador, pois isso aumenta as chances de o representante de vendas obter atenção do cliente durante o encontro e poupar tempo, evitando deslocamentos desnecessários. Entretanto, a empresa nem sempre cumpre todas as etapas do processo de vendas citadas na literatura. Por exemplo: nem todas as visitas são agendadas. A pessoa responsável pelas visitas (uma das proprietárias) vai até o cliente potencial, apresenta-se e solicita conversar com o responsável por compras da empresa, da associação, ou da prefeitura e explica o propósito da visita. Procura-se fazer isso de forma clara e objetiva. Quando não é possível conversar com o responsável, deixa-se um cartão de visita, anota-se o nome do comprador e, em outro momento, entra-se em contato com esta pessoa, geralmente via tele-

fone, para apresentar a empresa e oferecer os produtos. Conforme Moreira (2001), o vendedor não deve aparecer “de surpresa” para uma apresentação numa empresa, sem ter tido nenhum contato anterior.

Segundo Stanton & Spiro (1999), a meta não é necessariamente fechar ou completar uma venda a cada visita, e sim, obter do comprador algum tipo de compromisso de ação que dê impulso à venda. Este é o objetivo das visitas realizadas pela Rota.

As visitas são feitas com o intuito de conhecer melhor o cliente, de saber quantas unidades possuem e de que marca.

Além disso, a empresa, com base nas informações obtidas durante a prospecção, procura descobrir quais de seus produtos atendem melhor as necessidades de seus clientes, o que o motiva a comprar de determinada empresa, o que o influencia a comprar determinada (marca, preço), se existe algum concorrente atuando nele, entre outras questões.

A venda é feita no balcão ou via telefone. As visitas aos clientes-alvo têm como objetivo maior, buscar conhecer o perfil de compra destes consumidores, suas necessidades, e divulgar a empresa para os mesmos. Mas nada impede de fechar alguma venda nesta ocasião.

Um aspecto importante a ser mencionado sobre as visitas, é que uma empresa que está iniciando suas atividades tem mais dificuldades para ser atendida do que aquelas consideradas tradicionais no mercado.

Se a empresa já possui uma carteira de clientes ativos, o tempo de visita é menor do que quando está abrindo ou conquistando novos clientes. Além disso, cabe mencionar o que Las Casas (1994) descreve: a venda no varejo apresenta certas características diferentes da venda de serviços. Nesse caso, o vendedor varejista lida com o cliente que o procura, uma vez que necessita do produto ou tem curiosidade a respeito dele.

Isso se comprova a partir do que se observou na empresa em estudo, na qual nem sempre é o vendedor que vai até o cliente, mas o cliente é que vai até a loja. Neste caso, o consumidor é abordado com uma saudação cordial, um aperto de mão e procura-se estabelecer uma comunicação inicial e fazer com que o cliente solicite uma mercadoria específica.

Em seguida, os vendedores procuram fazer o que propõem Levy e Weitz (2000), onde após o estabelecimento inicial de uma comunicação, começam a direcionar a atenção do cliente fazendo perguntas, mencionando características ou benefícios do produto, discutindo sobre o fabricante da mercadoria ou apontando um valor especial.

A Avaliação das Necessidades

Após a etapa de abordagem do cliente, devem-se avaliar as necessidades deste cliente.

Segundo Stanton & Spiro (1999, p.52), “a avaliação de necessidades é o estágio em que o vendedor deve descobrir, esclarecer e conhecer as necessidades dos compradores”.

Eles afirmam que, fazer perguntas é o melhor meio para descobrir e conhecer as necessidades dos clientes. Cabe ressaltar, que todas as informações coletadas na etapa da avaliação das necessidades são necessárias para que a Rota das Peças possa qualificar o seu processo de vendas e desta forma, atingir os resultados esperados e satisfazer as necessidades de seus clientes, pois um cliente satisfeito, além de provavelmente voltar a comprar da empresa, poderá indicar novos clientes e divulgar a empresa.

Para Stanton & Spiro (1999, p. 52-53), existem vários tipos de perguntas que os vendedores podem utilizar para incentivar os possíveis compradores a revelar e discutir suas necessidades. Cada tipo de questionamento conduz naturalmente ao tipo seguinte, e cada uma ajuda a despertar o interesse do comprador em ouvir as soluções que o representante de vendas tem a oferecer (Futrel, 2003).

As entrevistas realizadas foram relevantes para identificar as necessidades e desejos dos consumidores, seu comportamento e motivações de compra, a loja ideal, dentre outras informações.

Perguntas Utilizadas Para Descobrir as Necessidades dos Consumidores

Tipos de Perguntas Definição Questionamentos utilizados

Perguntas Situacionais

São perguntas que buscam informações concretas sobre a atual situação do comprador. Os vendedores fazem essas perguntas para ter idéia de como o cliente pode ser capaz de

utilizar seus produtos.

- Com que freqüência é troca-se as lonas de freio dos seus caminhões?
- Quem participa da decisão de compra das peças dos caminhões?
- Preferes utilizar peças originais ou “paralelas”?

Perguntas para descobrir problemas

São as perguntas utilizadas para revelar problemas em potencial, dificuldades ou insatisfações que o cliente está enfrentando que os produtos do vendedor podem solucionar.

Os vendedores utilizam essas perguntas para descobrir necessidades do cliente em torno das quais ele pode desenvolver sua apresentação.

- Já perdestes algum negócio por não conseguir repor um produto por falta de alguma manutenção?
- Já teve problemas com garantia dos produtos?

Perguntas sobre o impacto dos problemas

São perguntas sobre o impacto que o problema do comprador terá sobre vários aspectos de suas operações. Os vendedores fazem essas perguntas para obrigar o comprador a pensar nas conseqüências de não solucionar o problema. Essas perguntas ajudam o comprador a ver que a seriedade do problema justifica o tempo e o dinheiro necessários para se alcançar uma solução.

- Que efeito o atraso de uma mercadoria pode causar no seu negócio?

Perguntas sobre o valor da solução

Essas perguntas buscam saber o valor ou a importância de uma solução para um problema descoberto no início da conversação. Os vendedores as utilizam para reforçar a importância do problema e ajudar o comprador a avaliar a importância de uma solução.

- Em quanto aumenta seus custos pela falta de uma peça?
 - Qual a importância (custo versus benefício) em manter o caminhão com suas peças em dia, bem conservadas?
-

Perguntas confirmatórias

Para finalizar, essas perguntas procuram confirmação dos compradores de que eles estão interessados em saber como seus produtos poderão ajudá-los. Os vendedores podem utilizar perguntas confirmatórias para fazer a transição para a apresentação dos recursos e benefícios de seus produtos.

- Se eu lhe mostrar que nossos produtos têm preços competitivos e que reduzirão seus custos com a reposição de peças, o senhor se interessaria por eles?

A Apresentação

A apresentação de vendas é a etapa onde o vendedor deve ter como meta convencer o cliente-alvo de que as mercadorias e serviços oferecidos pela empresa atenderão melhores suas necessidades do que as mercadorias e serviços oferecidos pelo concorrente. Os produtos comercializados pela Rota das Peças são apresentados da seguinte maneira:

Quando o vendedor vai até o cliente: o vendedor apresenta a organização ao cliente alvo, fala sobre os produtos e marcas comercializadas pela empresa, e apresenta um folder onde constam informações sobre a organização. O objetivo da apresentação é criar uma imagem positiva da empresa, apresentar uma proposta ao cliente em potencial.

Quando o cliente vai até a loja: neste caso, o cliente solicita um determinado item. A partir daí, os vendedores procuram mostrar as características e benefícios das mercadorias, e auxiliam os clientes a visualizarem e perceberem a mercadoria melhor, pois muitas vezes, os clientes não reconhecem características escondidas do produto, como sua qualidade, sua marca ou mesmo o nome do fabricante.

Isso se comprava através do depoimento de alguns clientes durante as entrevistas e conversas espontâneas. Eles indicaram esta atitude como um ponto positivo da empresa. Outro aspecto importante, destacado por Levy e Weitz (2000) é que o vendedor eficaz mostra interesse em ajudar o cliente, e em seguida, fornece uma chance para que este examine a mercadoria. Tais atitudes geram na mente dos clientes uma imagem positiva da empresa.

Conforme Dutra (2004), a ética e transparência são indispensáveis no exercício de qualquer atividade. Nunca é demais lembrar que não se trata apenas de obter vantagem competitiva em um terreno cada vez mais disputado, mas questão de sobrevivência.

Pode-se afirmar que, a apresentação de vendas da empresa em estudo utiliza-se de um dos métodos citado por Las Casas (2001), onde a apresentação é adaptada às necessidades dos clientes. Os vendedores, inicialmente, procuram identificar quais são essas necessidades pelo método de perguntas e, posteriormente, adaptam a apresentação para propor soluções.

Nesse caso, o papel do vendedor deve ser principalmente o de ouvinte. Os passos que podem ser desenvolvidos para uma apresentação envolvem:

- Analisar a situação: ver o que está sendo feito pela concorrência: tipos de produtos, tempo de venda, exigências dos consumidores etc.
 - Determinar o método: escolher com base nas informações coletadas, qual será o mais adequado.
 - Desenvolver uma seqüência lógica de apresentação: pensar na forma de dizer, de apresentar; enfim, no que acontecerá nos contatos com os clientes.
 - Testar: o método escolhido e desenvolvido deve ser testado entre os compradores (principalmente os de menor representatividade para a empresa), tanto no local como em treinamentos com simulações, para corrigir prováveis imperfeições.
-

- Implantar: este nunca é o ponto final do processo. Com o tempo, deve haver condições para aperfeiçoamento desse passo, e toda informação que o vendedor tiver para melhorar os resultados deve ser colocada em prática.

Objeções

Conforme afirma a literatura, algumas vezes surgem algumas objeções do cliente durante as visitas ou durante o fechamento do pedido. Porém, deve-se ter em mente que as objeções devem ser vistas como importante fonte de informações sobre o estado de espírito do cliente (Soldow e Thomas, 1993). Quando bem compreendidas, elas podem fornecer pistas quanto ao nível de interesse, compromisso e entendimento do cliente.

Nesta pesquisa, pôde-se perceber que as objeções ocorrem e que às vezes constituem-se em empecilhos à conclusão de alguns negócios, outras em oportunidades. Mas quando devidamente abordadas, elas favorecem o fechamento de uma venda. As principais objeções observadas nesta pesquisa, referem-se aos preços e ao produto. As objeções referentes ao preço são feitas com o intuito de testar a capacidade de redução da oferta. Mas cabe ressaltar que, às vezes, elas podem ser reais, uma vez que no mercado há vários concorrentes com diferentes ofertas. Las Casas (2001) diz que em qualquer situação, a melhor maneira de lidar com barreiras como esta, é o conhecimento da concorrência, do produto e do preço concorrente. Isso possibilitará enfatizar os benefícios que reduzem proporcionalmente o preço. Como a Rota das Peças procura estar informada sobre os preços da concorrência facilita responder objeções desse tipo. Nas objeções referentes ao produto, faz-se importante que os vendedores conheçam os benefícios proporcionados, os detalhes técnicos, para que possam responder a quaisquer dúvidas.

Uma ocasião, um cliente solicitou uma peça de determinada marca. A loja tinha a peça solicitada, porém não da marca desejada. Então, um dos vendedores mostrou esta peça ao cliente e procurou demonstrar a qualidade daquele produto.

Primeiramente, o cliente resistiu, mas quando lhe foi garantida a qualidade do produto, sua opinião mudou. Levou a peça e saiu satisfeito da loja.

Percebe-se que o fato do vendedor saber responder às objeções, bem como a confiança e credibilidade que transmite ao comprador, são fatores que favorecem o fechamento da venda.

Percebeu-se que certas objeções foram tidas como um problema, um obstáculo para a concretização da venda. No entanto, cabe salientar que existem objeções falsas (ocultas), que visam apenas desestimular o vendedor e que prejudicam o trabalho de qualquer profissional.

Conquistando Comprometimento e Acompanhando o Pedido

Segundo as bibliografias estudadas, depois de realizadas todas as etapas citadas do processo de vendas, o vendedor deve procurar conquistar o comprometimento do cliente.

A etapa de acompanhamento do pedido, só ocorre na empresa em estudo, quando a venda é feita por telefone, onde a mercadoria é enviada por ônibus, transportadora ou moto-boy. Procura-se manter o cliente informado sobre eventuais problemas, como a falta de uma mercadoria no estoque; horário de saída e previsão de chegada da mercadoria, se o cliente recebeu os produtos conforme as especificações no pedido. Quando a venda é efetuada no balcão, o cliente, juntamente com o vendedor confere se as mercadorias estão de acordo com o pedido.

Grande parte dos clientes da empresa, por possuírem uma frota relativamente grande de caminhões, freqüentam quase que todos os dias a loja. Como forma de facilitar as negociações e rapidez na entrega das mercadorias, estes clientes compram durante o mês, e no início do próximo mês a responsável pelas cobranças vai até este cliente e faz o acerto destas peças.

Assim, a empresa está sempre em contato com seus clientes, suas necessidades, suas dificuldades. É uma forma de pós-venda da empresa.

Construir relacionamentos duradouros é um atributo procurado atualmente pelas empresas, e é um desafio constante para a Rota das Peças. A empresa acredita que hoje, o que vale é a ética e a transparência nos negócios, a verdadeira relação ganha-ganha, que mantém o cliente na empresa. Não há mais espaço para a venda de emboscada, nem para o vendedor "esperto", que ganha vantagem em tudo.

Na visão das proprietárias, ser honesto com o cliente tornou-se uma questão de estratégia empresarial, e acima de tudo, de sobrevivência.

Conceituação geral

Uma das características do setor de comércio e serviços é a ausência de uma tipologia adequada para a definição do setor, que tem características próprias e diferenciadas do ponto de vista acadêmico e analítico, englobando diversas atividades não comparáveis entre si.

Desta forma, não existe uma classificação única para o setor, tanto no meio acadêmico quanto nos órgãos oficiais públicos ou representativos de classes. O IBGE tem a classificação mais abrangente das atividades consideradas de comércio e serviço, que engloba comércio de mercadorias, transportes, comunicações, serviços pessoais e auxiliares, atividades financeiras e governamentais.

De acordo com o objetivo da investigação, vários cortes são possíveis: pode ser visto por critérios de demanda - produtiva (integração para trás com a indústria), distributiva (integração para frente com a indústria), social ou coletiva e individual. Ainda pode ser selecionado por critérios de absorção de mão-de-obra ou por participação no PIB.

Este trabalho aborda informações genéricas a respeito das principais formas de comércio varejista, considerando a seguinte divisão:

. *Vendas de produtos não-alimentícios:*

- lojas de departamentos;
- lojas de departamento de descontos;
- lojas de eletrodomésticos e eletrônicos; e
- lojas de vestuários: calçados, roupas, cama, mesa e banho.

. *Varejo de alimentos (auto-serviço e tradicionais):*

- supermercados;
- hipermercados; e
- lojas de conveniência.

Devido à amplitude do assunto, os temas foram tratados de forma a extrair o que fosse aplicável aos vários formatos de varejo citados. É importante destacar a carência de informações quantitativas atualizadas, que, quando disponíveis, apresentam conceitos distintos, conforme mencionado, dificultando as comparações. O varejo de alimentos é o que mais dispõe de estatísticas, organizadas por sua entidade representativa, a Associação Brasileira de Supermercados (Abbras).

Concorrência

A disputa pelo consumidor, cada vez mais exigente e informado, que tem à disposição uma oferta crescente de artigos e que apresenta diferentes perfis e hábitos, está gerando uma multiplicação de estratégias e uma certa convergência de formatos no varejo.

Atualmente, tanto a nível mundial quanto nacional, a intensa concorrência tem levado a redefinições de cada tipo de loja ou serviço oferecido, cada um ampliando suas atividades tradicionais na direção de funções características de outros formatos ou dedicando-se a nichos específicos de mercado.

Não há, portanto, um formato ideal de varejo, sendo mais importante a busca pela eficiência no negócio escolhido e a definição de opções estratégicas consistentes.

A concorrência é crescente entre formatos idênticos, entre formatos diferentes e até mesmo entre fornecedores e varejistas, principalmente no caso de supermercados, no que diz respeito à disputa entre marcas de produtor e marcas de distribuidor.

Em termos de estratégias, a diversificação da atuação tem papel importante e objetiva atingir todo o mercado com conceitos diversos, podendo ocorrer pela abertura de lojas de diferentes formatos por um mesmo grupo (Mappin, Pão de Açúcar, Wall Mart).

Porém, a especialização também encontra mercado, concentrando-se apenas em uma estratégia e obtendo os ganhos de escala decorrentes a nível de marketing, logística ou recursos humanos. A escala confere competitividade principalmente no caso de eletroeletrônicos.

Vantagens competitivas possíveis de serem obtidas parecem estar cada vez mais centradas na eficiência da estrutura de custos, na qualidade, no atendimento e nos serviços oferecidos do que no sortimento de produtos e preços, que tendem a ser muito parecidos.

Evidencia-se a necessidade de ações voltadas à melhoria dos serviços e do atendimento prestados, que podem significar muito para o consumidor em termos de percepção da qualidade e do valor atribuído à relação custo/benefício da compra. Tais ações vão desde medidas simples, óbvias e de custo reduzido, nem sempre adotadas, até serviços mais complexos e de maior custo. Exemplos de melhorias: limpeza e organização da loja, empacotador, etiqueta de preços nos produtos, folhetos de ofertas e promoções, tempo de entrega a domicílio, máquinas de cheques/leitor ótico, estacionamento, horários especiais, serviços periféricos como revelação de filmes e locação de vídeos, entre outros.

Conceitos como os de fidelização dos clientes e de valor atribuído pelos consumidores à relação custo/benefício da compra têm sido mais explorados pelos integrantes do setor, bem como se verificam esforços de melhor gestão. A localização, ou o ponto, a área de influência e o conhecimento do cliente-alvo são fundamentais para todo o comércio varejista.

Com a estabilização econômica, o financiamento das vendas tem sido bastante utilizado pelas redes de varejo, seja para disputar clientes através da diferenciação das condições de compra, seja pelo atrativo que representa para as empresas em termos de aplicação financeira, uma vez que os juros cobrados ao consumidor excedem, em muito, a taxa de inflação e aqueles praticados pelo mercado.

São cada vez mais necessários investimentos em treinamento de pessoal, em tecnologia de informação

e automação comercial (controle global de estoques, troca de dados automática entre fornecedores, clientes e parceiros financeiros, telecomunicações, coleta de dados no local de vendas etc.) e em agilidade nos processos de distribuição e comercialização.

Aspectos do Varejo Brasileiro

A convivência com o processo inflacionário crônico característico da economia brasileira até recentemente, entre outros motivos, fez com que as empresas brasileiras não procurassem competir com base em estratégias articuladas voltadas para a redução de preços e custos. Ao contrário, em épocas de alta inflação, observou-se o comportamento ofensivo dos lojistas, caracterizado pela prévia e constante remarcação de preços. A lucratividade financeira tornou-se tão ou mais importante que a operacional.

O varejo brasileiro, em geral, caracterizava-se pelos seguintes fatores, de acordo com publicações especializadas do setor:

- concorrência segundo região ou regionalização da concorrência: lojas especializadas operando a nível local, cadeias de médio porte atuando a nível regional e poucas cadeias de lojas a nível nacional;
- concentração regional: as maiores empresas e seus fornecedores estão nas regiões Sudeste e Sul, à exceção dos fornecedores de eletrônicos;
- relacionamento na cadeia de fornecimento restrito ao âmbito comercial - negociações de preço e formas de pagamento;
- precário fluxo de mercadorias entre fornecedor e varejista (ausência de padronização na paletização, embalagens inadequadas, falta de planejamento de entrega etc.);
- disparidades acentuadas entre o padrão de gestão das empresas, em função do grau de profissionalização predominando a gestão familiar;
- setor intensivo em mão-de-obra apresentando elevado turn-over;
- disparidade de qualidade entre padrões de controle interno, principalmente em estoques e compras;
- informalidade nas operações, até mesmo de grande vulto;
- freqüente indefinição de foco do negócio; e
- elevado endividamento de algumas empresas.

Embora algumas destas características ainda predominem para determinados conjuntos de empresas, o setor vem se modificando através de mudanças na gestão, nas estratégias e no relacionamento com fornecedores.

Vendas Relacionais no Varejo

Vendas relacionais são aquelas que primam pelo relacionamento com o cliente, feitas através de e-commerce e multicanais, que são canais complementares de venda em empresas de varejo e comércio em geral. É importante que as empresas estejam presentes na Internet, mas, também, que negociem e se relacionem com o cliente através dela. Esse veículo não veio para acabar com o varejo tradicional e, sim, para complementá-lo.

As empresas devem integrar o comércio eletrônico em suas operações para reforçar sua marca, melhorar o relacionamento com o cliente, aumentar e melhorar o banco de dados e transmitir confiança ao seu cliente. Entre outras, uma das principais vantagens da web é que ela é uma mídia permanente, uma complementaridade da loja - não tem limite de horário e pode oferecer serviços diferenciados - e permite um maior poder de negociação com fornecedores.

Mesmo com a evolução tecnológica, as empresas continuam tendo como foco principal o cliente e este sente grande necessidade de ter contato humano; por isso, mesmo tendo um negócio na Internet, é necessário dar a possibilidade de contato humano ao seu cliente, por meio de outros canais. A internet se tornou

indispensável como uma forma a mais de relacionamento, de comunicação e de fechamento de negócios. Aumentou a possibilidade da compra por impulso, fechou o vazio entre o desejo e a compra. A web veio para agregar, como um canal complementar.

É importante oferecer também a acessibilidade como uma das grandes vantagens dos negócios que podem ser feitos por diferentes canais, incluindo a internet, pois, assim, é possível estabelecer um relacionamento com o cliente e atendê-lo onde, como e quando ele quiser comprar. O importante é poder transitar por todos os canais possíveis. É importante integrar e incentivar os multicanais. Alguns dos elementos que merecem uma nova leitura nesta nova realidade de gestão de negócios são a conectividade e a mobilidade.

Os diferentes canais proporcionam diferentes sensações nos compradores e todas são importantes: a gratificação imediata, o toque e o contato humano são os pontos mais importantes nas lojas físicas; no catálogo é a portabilidade e a venda de conceito e estilo de vida; na Internet a conveniência, a interatividade, a facilidade de informação e a atualização rápida são os destaques. Estes são os canais e no meio deles está o cliente. Quando a gente trabalha em multicanais, garantimos maior fidelidade do cliente. As vendas relacionais, através do multicanal são uma das mais novas experiências de compra.

Dos 10 maiores varejistas na Internet, quatro são de multicanais. É importante lembrar que os clientes de multicanais gastam mais. Por volta de 30% dos clientes que navegam na web compram na loja e 40% que transitam na loja compram na Internet. Dados de pesquisa indicam que os clientes fiéis das empresas compram em mais de um canal. Na JC Penney (EUA), os clientes que compram em seus três canais (catálogo/loja/site), gastam pelo menos três vezes mais do que as pessoas que compram através de apenas um canal.

Integrando operações virtuais e reais: o multicanal - é uma necessidade, não uma opção, a web revigorou os outros canais; ao avaliar - é importante considerar alguns aspectos ao avaliar a estratégia de devolução, pois as empresas varejistas devem operar como uma unidade, potencializando sinergias; os preços - no varejo multicanal devem ser preferencialmente homogêneos, porém, diferentes por opção estratégica ou tática; o foco - deve ser nas competências fundamentais, partindo para terceirização e parcerias em processos que não geram diferencial competitivo; fulfillment e logística reversa - são fatores críticos de sucesso no e-commerce; a marca - é a chave de tudo; o consumidor - quer consistência on-line e off-line; convivência e experiência - fazem a diferença no e-commerce, o cliente on-line tornou-se mais volúvel e exigente, é preciso inovar sempre; gestão, gestão, gestão - sem ela as estratégias não vão para frente.

Quando a funcionalidade e disponibilidade de plataformas de mercado interorganizacional aumentam, um número crescente de empresas descobre que podem eliminar canais intermediários e trocar produtos e serviços diretamente com os clientes. O comércio eletrônico está sendo utilizado para reduzir a complexidade dos produtos e mercados, enquanto, simultaneamente, aumenta a penetração no mercado. Agregando novo valor adicionado e serviço de informações customizados aos produtos e serviços tradicionais, as empresas podem expandir as oportunidades de vendas relacionais, enquanto reduzem os custos e complexidade da oferta de serviços customizados.

O comércio eletrônico pode substituir algumas das funções tradicionalmente desempenhadas por esses intermediários, permitindo inclusive que surjam novos atores no cenário de competitividade das empresas.

Os Aspectos e Contribuições do Comércio Eletrônico para o Setor de Varejo

O comércio Eletrônico (CE), já considerado uma realidade no ambiente empresarial, tanto nacional como internacional, sendo que em alguns setores a sua aplicação está mais avançada do que em outros. Esta diferença se deve a alguns fatores, tais como maior conhecimento desta tecnologia por parte das organizações, tipo de produto ou serviço oferecido mais adequado a este novo tipo de canal de vendas e distribuição, maturidade tecnológica dos próprios clientes ou fornecedores etc.

Nesta situação, os participantes dos ambientes empresarial e acadêmico estão buscando um maior conhecimento desta nova e intensa aplicação de Tecnologia de Informação (TI), que assim como oferece grandes oportunidades de inovação e crescimento, também oferece consideráveis riscos, seja pela utilização indevida ou pela falta de utilização.

O presente trabalho tem como objetivo avaliar o impacto de TI, mais especificamente o uso de CE no processo de integração empresa-consumidor no setor de varejo brasileiro. No escopo do trabalho estão incluídas as tecnologia empregadas, os aspectos, os facilitadores e os obstáculos para sua implementação, assim como as suas contribuições.

A metodologia utilizada é a de estudo de múltiplos casos, devido ao tipo de pergunta de pesquisa, impossibilidade de influência no ambiente organizacional e utilização de informações disponíveis.

O trabalho está dividido nas seguintes etapas. Inicialmente será apresentado um quadro de referência a partir de publicações e artigos na área; numa segunda etapa serão apresentados dois estudo de casos elaborados a partir de um protocolo previamente definido; e, finalmente, serão apresentadas conclusões e reflexões a partir dos dados obtidos tendo como base o referencial teórico apresentado.

Albertin (1999, 15) definiu que CE “é a realização de toda a cadeia de valor dos processos de negócio num ambiente eletrônico, por meio da aplicação intensa das tecnologias de comunicação e de informação, atendendo aos objetivos de negócio. Os processos podem ser 2 realizados de forma completa ou parcial, incluindo as transações negócio-a-negócio, negócio-a-consumidor e intra-organizacional, numa infra-estrutura predominantemente pública de fácil e livre acesso e baixo custo”. Neste trabalho, o foco está nas transações negócio-a-consumidor, especificamente entre uma loja e seus consumidores.

Cameron (1997) define comércio eletrônico como qualquer negócio transacionado eletronicamente, em que essas transações ocorrem entre dois parceiros de negócio ou entre um negócio e seus cliente.

Segundo Kalakota e Whinston (1997), o CE pode ser definido como sendo a compra e a venda de informações, produtos e serviços através de redes de computadores.

Kalakota e Whinston (1996) consideram que as empresas devem buscar o estabelecimento de conexões eletrônicas com clientes, fornecedores, distribuidores, grupos de indústria e mesmo com concorrentes, para incrementar a eficiência das comunicações de negócio, para expandir a participação no mercado, e manter a viabilidade de longo prazo no ambiente de negócio de hoje.

Uma contribuição concreta da aplicação deste conceitos para os setor de varejistas foi definida por Tofler (1998) na seguinte frase tudo o que os supermercadistas fizerem para economizar o tempo dos clientes será lucro.

Uma outra visão do uso da TI no setor em estudo é a visão da ABAC - Associação Brasileira de Automação Comercial (1991:4), "a Informática não serve apenas para agilizar a operação das lojas, mas é principalmente um meio eficiente de transformar as informações armazenadas ao longo de todo o processo de comercialização em dados integrados que permitam análise de resultados e a definição de planejamentos estratégicos".

Os Aspectos de Comércio Eletrônico, destaca a utilização das tecnologias de CE exigem, de forma bastante similar a outras aplicações de TI, o cuidado com uma série de aspectos para garantir o seu sucesso. Albertin (1998) definiu os aspectos relativos ao CE:

- **Relação com Clientes.** As primeiras experiências com CE no setor bancário, o qual tem sido um pioneiro no uso de sistemas eletrônicos, podem ser utilizadas para o aprendizado de alguns perigos potenciais e aspectos a serem considerados. Esta situação leva a projetar sistemas de CE que incorporem oportunidades para compreender os clientes e para a venda pró ativa de novos produtos.
- **Privacidade e Segurança.** Uma outra fonte potencial de problemas é a preocupação dos clientes com privacidade e segurança, que poderia levar a uma forte reação contra os fornecedores que utilizam tais sistemas ou simplesmente a não utilização destes sistemas por parte dos clientes.
- **Sistemas Eletrônicos de Pagamento.** As transações eletrônicas de negócio somente podem ter sucesso se as trocas financeiras entre compradores e vendedores puderem acontecer em um ambiente simples, universalmente aceito, seguro e barato. Os tipos de sistemas eletrônicos de pagamento são: dinheiro eletrônico (e-cash); che-que eletrônico (e-check); cartões inteligentes (smart cards); cartões de crédito; e cartões de débito.
- **Adoção.** A chave para o sucesso do sistema de CE para clientes certamente é uma grande adoção destes tipos de tecnologias por parte dos clientes.
- **Aspectos de Implementação.** A maioria dos envolvidos com tecnologia acreditam que uma tecnologia sozinha não resolve aspectos nem cria vantagens, mesmo as de CE. A tecnologia precisa ser integrada a uma organização, com os aspectos de gerenciamento de mudanças relacionados com a resistência das pessoas a novos conceitos e idéias.
- **Comprometimento Organizacional.** Este aspecto refere-se ao comprometimento organizacional necessário para utilizar com sucesso um sistema de CE.
- **Aspectos Legais.** Os aspectos legais, por exemplo a regulamentação de um setor, podem restringir a aplicação de CE, seja pela obrigatoriedade de documentos e presença física, ou pela não consideração de suas formas de negócio e seus processos.
- **Competitividade.** Um dos impactos mais interessantes do CE na intermediação é a mudança na estrutura de distribuição de um indústria, principalmente em relação aos intermediários.

O CE oferece contribuições significativas às organizações que tiverem sucesso no tratamento dos seus vários aspectos.

A área de vendas como coletora de informações

Mckenna (1992) faz uma distinção entre empresas que utilizam estratégias tradicionais e empresas que utilizam estratégias centradas no consumidor. Nas estratégias tradicionais o posicionamento é centrado na empresa e pressupõe um ambiente estático, as empresas decidem primeiro como querem se posicionar (exemplo: preço baixo, qualidade), e em seguida escolhem um slogan que resume a mensagem desejada e investem em anúncios e promoções até que o slogan seja

amplamente reconhecido. Já as estratégias centradas no consumidor é de posicionamento dinâmico, baseado no conhecimento da estrutura de mercado, através do desenvolvimento de relações com fornecedores, distribuidores, investidores, clientes e outras pessoas e empresas do mercado. O ciclo de feedback torna-se essencial. Clientes e outros influenciam a mudança nos produtos e serviços, através da participação nessas relações. A estratégia voltada para o cliente somente se concretiza com o processo de ouvir a voz do cliente, interpretá-la e tomar ações que vão de encontro às suas necessidades. Partindo-se da conceituação desta estratégia, chega-se a conclusão que ninguém melhor do que a equipe de vendas para ouvir e dar a devida atenção ao cliente, registrando as informações de maneira acurada e transferindo-as aos tomadores de decisão por meio de tecnologia ou de outras pessoas da organização.

Kotler (1998) confirma que a tecnologia tem revolucionado as tarefas dos vendedores ao transformar a arte de vendas em um processo de negócios automatizado. Agora, munidos de computadores, os vendedores podem coletar informações para o banco de dados, ter acesso imediato às informações sobre seus clientes potenciais ou atuais e podem fornecer as suas empresas feedback e relatórios de vendas imediatos.

O trabalhador da informação, de acordo com Laudon e Laudon (1999) é definido como a pessoa da força de trabalho que principalmente cria, trabalha com ou dissemina informações. Existem dois tipos de trabalhadores da informação; trabalhadores de dados e trabalhadores de conhecimento. Os trabalhadores de conhecimento são os que envolvem principalmente a criação de novas informações ou conhecimentos. Os trabalhadores de dados são os que usam, manipulam ou disseminam informações. A partir desta afirmação, pode-se considerar o vendedor como um trabalhador de dados, pois este coleta, utiliza e dissemina informações.

Para Gobe et al (2004), os dados existentes nos sistemas de informação são originários dos contatos que a empresa faz com os clientes, dos dados fornecidos pelos profissionais de vendas e dos colhidos por meio de pesquisas de marketing. De acordo com uma pesquisa realizada em 2003, pelo escritório brasileiro do Peppers and Rogers Group, e divulgada na revista HSM Management (2003), sobre as empresas de médio e grande porte, que coletam informações sobre clientes – passo este crucial para a implementação de programas de CRM, os principais coletores de informações são o call center (54%); em seguida estão os canais de venda (48%) e vendas diretas (44%). Já nas empresas de pequeno porte a fonte principal que alimenta a base de dados de clientes são os canais de venda (41%), isto se deve ao fato da maior oportunidade de interação direta com os clientes nestas empresas e dos custos exigidos por uma central de atendimento. Cobra (1994) e Las Casas (1998) concordam com os principais motivos que justificam o setor de vendas como captadores e transmissores de informações. São eles:

a) O vendedor como pesquisador de mercado – ouvindo seus clientes, identificando como atua a concorrência, conversando com consumidores finais, o vendedor pode desempenhar importante papel como pesquisador de mercado. Basta para isso que ele registre essas informações de forma sistemática em banco de dados, relatório de visitas, fichas de clientes e em relatórios especiais;

b) O vendedor e a difusão de inovações – o vendedor é a fonte de informações sob usos e aplicações de um novo produtos ou serviço. Por isso, deve estar sempre bem informado acerca do que vende, para poder prestar orientação adequada a cada cliente potencial.

Ao se tratar do contexto de uma perspectiva estratégica, é essencial que o marketing e as vendas estejam perfeitamente integrados. A força de vendas é uma fonte valiosa de informações com que o marketing deve contar ao projetar estratégias de produtos e de comercialização com os clientes. Stanton e Spiro (2000) citam o exemplo da empresa Service Master Consumer Products, em que o vice-presidente executivo atribuiu ao feedback de informações obtido por sua força de vendas, o auxílio à empresa no projeto da estratégia de marketing que a levou a ser uma empresa de compras contínuas para todos os seus produtos.

Pelo fato do vendedor ter um contato direto com o cliente, ele pode ser considerado o principal fornecedor de dados e informações para uma banco de dados, levando-se em conta que este no momento da negociação pode se valer da comunicação verbal e não-verbal, pesquisar o cliente, oferecer informações envolventes sobre o produto ou serviço, contornar as objeções efetuadas pelo consumidor, chegando até o momento do fechamento da venda, sendo interessante manter o relacionamento com o mesmo após a venda, retendo-o como cliente da organização.

Referências Bibliográficas

- ALBERTIN, A. L. Comércio Eletrônico: Modelo, Aspectos e Contribuições de sua Aplicação. São Paulo: Atlas, 1999.
- BATISTA, E. de O. Sistemas de informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva, 2004.
- CASSARO, A. C. Sistemas de informações para tomada de decisões. São Paulo: Pioneira, 2002.
- COBRA, M. Administração de vendas. São Paulo: 4ª Edição. Atlas, 1994
- DRUCKER, P. F. O advento da nova organização. In: Gestão do Conhecimento, Harvard Business Review. Tradução: Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 9-26.
- DRUCKER, P. F. Administrando em tempos de grandes mudanças. São Paulo: Pioneira, 2002.
- FUTREL, C.. M. Vendas: fundamentos e novas práticas de gestão. São Paulo: Saraiva, 2003
- GASET, J. C. O. CRM não é software; é uma nova filosofia. Revista HSM management. n. 28, ano 5, set-out, 2001.
- GOBE, A. C. Et al. Administração de vendas: São Paulo: Saraiva, 2004.
- GREENBERG, P. (2001) CRM na velocidade da Luz. Revista HSM Management. Book Summary 2, p. 4-21.
- KOTLER, Philip. Administração de marketing. São Paulo: Atlas, 1998.
- LAS CASAS, A. L. Administração de vendas. São Paulo: Atlas, 1998.
- LAS CASAS, A. L. Marketing: conceitos, exercícios, casos. São Paulo: Atlas, 2001.
- LAUDON, K. C. & LAUDON, J. P. Sistemas de informação. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- LEVY, M.; WEITZ, B. A. . Administração de Varejo. São Paulo: Atlas, 2000.
- McKENNA, R. Marketing de relacionamento: estratégias bem sucedidas para a era do cliente. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- MONTANA, P. J. & CHARNOV, B. H. Administração. São Paulo: Saraiva, 2003.
- MOREIRA, J. C. T. (Org.). Administração de Vendas. São Paulo: Saraiva, 2001.
- PEPPERS & ROGERS GROUP. (2003) CRM ganha força no país. Revista HSM Management. n. 38, ano 7, mai-jun.
- STAIR, R. M. & REYNOLDS, G. W. Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
- STANTON, W. J. & SPIRO, R. Administração de vendas: LTC, 2002.
- SVEIBY, K. E. A principal atividade nas organizações do conhecimento: a transferência de conhecimento. In:— A Nova Riqueza das Nações... Rio de Janeiro: Campus, p. 48-60.
- VAVRA, T. G. Marketing de relacionamento: aftermarketing. São Paulo: Atlas, 1993.
-

A criação dos Estados no direito internacional, o seu reconhecimento e o caso do Kosovo

Fabiano L. de Menezes
Professor da Faculdade Santa Rita de Cássia,
Advogado do Núcleo de Refugiados da Cáritas Diocesana de Santos,
Mestre em Direito Internacional (UniCSantos), leciona Direito Internacional Público
e Especialista (MA) em Relações Internacionais pela New South Wales University (Austrália).

Resumo

Em 17 de fevereiro de 2008, Kosovo, uma entidade administrada temporariamente por uma missão da ONU (UNMIK), declarou unilateralmente sua independência. Este artigo tem dois objetivos: primeiro, examinar o status do Kosovo à luz dos instrumentos de direito internacional com o propósito de avaliar se o mesmo preenche os requisitos para ser reconhecido como Estado; o segundo é avaliar as consequências e implicações políticas de sua declaração unilateral.

Palavras-chave

Kosovo, direito internacional, independência, Estado.

Abstract

On February 17 2008, Kosovo, an entity governed by United Nations interim administration mission (UNMIK) declared unilateral independence. This article will be divided in two parts. The first part analyses the Kosovo status according to international law with the objective to find out if Kosovo could fulfill the requirements to become a state in the international system. In the second part the paper looks at the political consequences of Kosovo's unilateral independence.

Key words

Kosovo, international law, independence, State.

A criação dos Estados no direito internacional, o seu reconhecimento e o caso do Kosovo

Introdução

Atualmente existem 192 Estados-membros da ONU. Esse aumento no número de Estados deve-se em parte pelo movimento de independência, baseado no princípio da autodeterminação dos povos, inserido dentro da sua Carta. Com o processo de independência dos Estados cresceu também o número de membros da ONU. Em 1945, na criação da ONU, haviam 51 Estados. Em 1990, a ONU já contava com 159 membros. A década de noventa foi a última grande fase de novos Estados no sistema internacional. Ao seu término, surgiram trinta novos Estados, contabilizando um total de 189 Estados. Os últimos dois Estados que surgiram nesta década atual foram o Timor Leste (2002) e Montenegro (2006), que se separou da antiga Sérvia e Montenegro.

O Estado é o principal ator nas relações internacionais em grande parte pelo seu poder de decisão. O Estado é o principal sujeito do direito internacional porque é o seu principal criador. Ser o principal ator e o principal sujeito no sistema internacional não significa que o Estado está sozinho.

No mundo atual, existem diversos atores (indivíduos, organizações intergovernamentais, empresas multinacionais e organizações não-governamentais) que exercem e atuam em diversas funções, contribuindo na busca de soluções para os diversos problemas internacionais e na criação do direito internacional.

I – A base legal sobre o conceito do Estado e o seu reconhecimento

O fato do Estado estar no centro de atenção do sistema internacional não fez com que questões relacionadas aos critérios necessários para qualificar um ator como Estado e o seu reconhecimento pela comunidade internacional ganhassem espaço na agenda do direito internacional.

O único tratado que aborda os critérios existentes para uma entidade ser considerada como Estado no direito internacional foi desenvolvido pela doutrina latino-americana. Esses critérios estão estipulados na Convenção de Montevideu sobre Direitos e Obrigações dos Estados de 1933. O seu artigo 1º estipula que os Estados como sujeitos de direito internacional devem ter as seguintes características:

- a) População permanente;
- b) Território definido;
- c) Governo; e
- d) Capacidade de entrar em negociações com outros Estados.

O último critério (d) é o único que não é aceito como imprescindível para uma entidade tornar-se Estado. Tendo em vista que a capacidade de entrar em negociações com outros Estados “não é um requisito para uma entidade adquirir o status de Estado, mas sim uma consequência” da atividade do Estado. O fato deste critério não ser imprescindível e a falta de novos critérios que deveriam ser incluídos, como independência, democracia e proteção das minorias, faz com que surjam descontentes com a Convenção de Montevideu de 1933.

A Comissão de Direito Internacional (CDI) da ONU, desde 1949, aborda em seus relatórios o reconhecimento dos Estados e governos como um possível tópico a ser estudado, mas nunca foi implementado. Em 1996, a CDI no seu relatório anual, mencionou algumas questões referentes o tópico do Estado, entre elas:

- que a Convenção de Montevideu, em especial seu artigo 1º, embora constantemente citada, é inadequada e não reflete a prática dos Estados desde 1945; e
- que a CDI estudará a possibilidade de encaminhar à Assembleia Geral da ONU um instrumento de soft law sobre fatores a serem levados em conta para determinar quando uma entidade qualifica-se como Estado.

Não obstante todo descontentamento com os critérios estabelecidos na Convenção de Montevideu de 1933, o fato é que nenhum instrumento multilateral foi formulado para extinguir, adicionar ou codificar critérios para que se estabeleça qual entidade pode ou não adquirir o status de Estado. Portanto, este trabalho segue os critérios da Convenção de Montevideu para definir se uma entidade pode ser considerada como Estado.

Outro tópico que também é controverso é o reconhecimento dos Estados. O primeiro ato do novo Estado será buscar o seu reconhecimento pela comunidade internacional. Todavia, os Estados quando são obrigados a tomar uma decisão a cerca do reconhecimento ou não de um novo Estado são mais influenciados por questões políticas do que legais.

O artigo 3 da Convenção de Montevideu explica que a existência política de um Estado independe do seu reconhecimento por outros Estados, no sentido que o novo Estado, independente do seu reconhecimento, tem o direito de defender a sua integridade e a sua independência. Todavia, para o novo Estado atuar efetivamente (ter relações diplomáticas e comerciais) no sistema internacional terá que ser aceito pelos demais Estados.

A doutrina desenvolveu duas teorias sobre o reconhecimento dos Estados. Para a teoria dominante, o reconhecimento tem efeito declarativo. Significa que se um ator possui os critérios para torna-se Estado, os outros Estados têm a obrigação de reconhecê-lo como tal. Para a teoria atributiva ou constitutiva, o ator só conseguirá o status de Estado quando for reconhecido pelos outros Estados.

Embora não sendo considerado como uma condição, ser reconhecido como Estado-membro pela ONU é relacionado como sendo um importante aval da comunidade internacional, tendo em vista que todos os membros das Nações Unidas são Estados.

II – A questão política: Kosovo é da Sérvia ou dos albaneses?

Antes da Sérvia ser anexada ao Império Turco-Otomano, em 1389, o Kosovo era considerado um local sagrado para os sérvios. Essa é a razão pela qual a atual Sérvia não aceita qualquer processo de independência do Kosovo – a mesma razão pelo qual Israel não dividirá Jerusalém com os palestinos. Durante o Império Otomano, que impunha a religião muçumana, a demografia do Kosovo é alterada com a saída da população sérvia, de maioria ortodoxa, em direção a Belgrado, onde tinham mais liberdade, e a permanência dos albaneses, de maioria muçumana.

Na primeira metade do século XIX, o Kosovo é composto pela maioria albanesa. Na Guerra dos Balcãs (1912-13), que deu origem à 1ª Guerra Mundial, o Kosovo é ocupado pelos sérvios; ocupação que dura até 1918 e que não foi aceita pela maioria de albaneses. O Kosovo é incorporado à Iugoslávia com a criação deste Estado em 1929. Durante a 2ª Guerra Mundial, o Kosovo foi dominado pelo regime fascista italiano e controlado pelos aliados albaneses, que estavam sob a tutela do regime fascista, para em seguida, ser dominado pelo regime de Hitler.

Em 1945, foi criada a República Socialista Federativa da Iugoslávia composta pelas repúblicas da Croácia, Eslovênia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro, Macedônia e Sérvia, com a formação de duas províncias: uma ao norte (Vojvodina), e outra ao sul (Kosovo). Em 1974, sob a liderança do comunista Tito e depois de conflitos com os albaneses kosovares que lutavam para que o Kosovo conseguisse o status de república, é aprovada a revisão na constituição, dando uma maior autonomia à província do Kosovo, mas não o status de república.

Ocorre que o Kosovo tinha um governo, um parlamento e um representante em Belgrado. Era considerado tanto uma província da Sérvia autônoma, como também uma unidade da federação. O historiador britânico Noel Malcolm, em um artigo no *The Guardian*, argumenta que a declaração de independência do Kosovo, como foi uma unidade da federação, juntamente com as ex-repúblicas que agora já são Estados independentes, encerra esse processo e é, portanto, um ex-Estado iugoslavo.

O historiador espanhol Antonio Rúbio Plo, ao contrário, concluiu que se forem utilizados argumentos históricos é possível admitir que o Kosovo nunca foi uma entidade federada como as ex-repúblicas.

Com relação aos argumentos jurídicos, de acordo com o professor de direito internacional de Cambridge James Crawford, Kosovo não pode ser considerada como um Estado porque está dentro do território da atual Sérvia e administrada atualmente por uma missão internacional.

III – Perda da autonomia e a situação *sui generis* do Kosovo

Em 23 de março de 1989, já com Sloban Milosevic como presidente, é anulada o estatuto de autonomia do Kosovo. Em outubro de 1991, as autoridades kosovares declaram sua independência e estabelecem um governo paralelo, mas tanto Milosevic quanto a comunidade internacional, com a exceção da Albânia, não reconhecem o seu novo status.

Em 1992, depois da guerra sangrenta pela independência de suas ex-repúblicas, a República Socialista Federativa da Iugoslávia deu lugar a República Federal da Iugoslávia (composta por Sérvia e Montenegro - incluindo o Kosovo). A partir de 1993, o governo de Milosevic começou a realizar uma “limpeza étnica” expulsando os kosovares albaneses que já eram noventa por cento da população.

IV – A Intervenção da OTAN

Em março de 1999, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) interveio em Kosovo, sem uma autorização do Conselho de Segurança (CS) da ONU, para restaurar a paz na região. O CS, em resoluções anteriores (1199 e 1203 de 1998), determinou que o que estava acontecendo em Kosovo era uma ameaça à paz na região. Diversas medidas, sem envolver o uso da força, foram tomadas, mas nenhuma conseguiu por fim ao conflito. Como a Rússia e a China abstiveram-se de aprovar qualquer resolução em que fosse utilizado o uso da força, a OTAN, violando o direito internacional, cumpriu o objetivo que era do CS em restabelecer a paz em Kosovo.

V – A Missão da ONU

Depois de setenta e oito dias de bombardeios aéreos e muitas mortes, Milosevic assinou um acordo com a OTAN e retirou suas tropas do Kosovo. Em 10 de junho de 1999, o CS da ONU adotou a Resolução 1244, em que foi estabelecida a Missão da ONU em Kosovo (UNMIK), com os objetivos de efetuar uma administração civil temporária na região, manter a ordem, promover os direitos humanos, facilitar o processo político para determinar o status final do Kosovo etc. Esta resolução do CS reafirma o compromisso que todos os Estados-membros têm com a soberania e a integridade territorial da República Federal da Iugoslávia.

Desde então, o Kosovo vem sendo administrado por essa Missão da ONU – e sem interferência da Sérvia, como exceção de Mitrovica, cidade do norte do Kosovo, onde vive a maioria dos sérvios, que continua sendo administrada por Belgrado.

Portanto, o status *sui generis* do Kosovo permanece como sendo uma área autônoma sob a responsabilidade de uma administração temporária internacional da ONU dentro do território da atual Sérvia.

Acontece que Belgrado não aceita a independência do Kosovo e Pristina só aceita a independência. Recentemente foi aprovada uma nova Constituição, em referendo nacional, na Sérvia. No seu preâmbulo, os kosovares albaneses são excluídos do Kosovo e o seu território é considerado parte inalienável da Sérvia.

Nesse sentido, é impossível qualquer tática diplomática (seja com *track I diplomacy* ou *track II diplomacy*) da comunidade internacional com o objetivo de resolver o status do Kosovo. Entre as conclusões do enviado especial da ONU, Martti Ahtisaari, em seu relatório ao Secretário-Geral, depois de um ano de negociações com Belgrado e Pristina, estão que:

- Belgrado e Pristina não têm condições de chegar a um acordo sobre o status final do Kosovo;

- A única solução para o status do Kosovo é a independência, supervisionada por um período pela comunidade internacional.
- A integração do Kosovo com a Sérvia não é uma opção viável.
- Não é mais sustentável a presença da administração internacional da ONU em Kosovo.

Em março de 2007, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, concordando com as recomendações do seu enviado especial, enviou as conclusões do relatório sobre o futuro status do Kosovo e um plano a ser implementado para o Conselho de Segurança. Em julho de 2007, os EUA, Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Bélgica, concordando com as conclusões do enviado especial em Kosovo, apresentam conjuntamente uma proposta de rascunho de uma resolução para por um fim na situação do Kosovo. Não obstante tais esforços, o Conselho de Segurança não aprovou nenhuma resolução mudando o status do Kosovo.

O problema para alterar o status complexo do Kosovo por meio de uma nova resolução do Conselho de Segurança é convencer a Rússia - que não aceita nenhuma decisão que contrarie os interesses sérvios - e a China de que esta é a melhor decisão.

Em 17 fevereiro de 2008, as autoridades kosovares declaram sua independência de maneira unilateral - o que era inevitável. A UNMIK não conseguiu realizar um dos seus objetivos: facilitar o processo político para determinar o status final do Kosovo.

VI – Kosovo e os critérios da Convenção de Montevideu

A. População

A Constituição provisional para o autogoverno do Kosovo, de maio de 2001, em seu art. 1.1 estabeleceu que:

Kosovo é uma entidade sob uma administração temporária internacional, na qual com seu povo, tem atributos históricos, legais, culturais e lingüísticos.

A população atual em Kosovo é de 1.9 milhão de pessoas, sendo que 90% de origem albanesa (50% do kosovares têm menos de 25 anos), 6% de origem sérvia e o restante composta por minorias étnicas.

B. Território

Este é item de toda a discórdia. De acordo com a resolução 1244 (1999) do Conselho de Segurança, Kosovo está dentro do território da atual Sérvia. Portanto, somente o CS poderá alterar o status legal do Kosovo com a aprovação de uma nova resolução.

C. Governo

A presença da UNMIK vem facilitando a criação de instituições democráticas para que o Kosovo possa ser governado pelos Kosovares no futuro. Atualmente, o Kosovo vem sendo governado por instituições provisórias do autogoverno, composto de um presidente, um primeiro ministro e quinze ministérios e uma assembléia com cento e vinte membros. Em Kosovo, existem trinta municipalidades com poderes descentralizados e com suas respectivas assembleias.

No momento, mesmo com a declaração unilateral de independência, a UNMIK é a autoridade principal em Kosovo. O dilema para o Conselho de Segurança da ONU é definir o que irá acontecer com o Kosovo, depois da declaração unilateral, para por fim ao mandato da UNMIK. Depois de nove anos sem interferência política da Sérvia, o Kosovo não aceitará mais receber ordens de Belgrado.

Os kosovares, portanto, sob o aspecto legal, não controlam seu território tampouco seu governo. Não obstante, todos os esforços para criar instituições para o autogoverno provisório, a UNMIK não conseguiu desenvolver a economia do Kosovo, como consta no relatório do enviado especial da ONU. E o fato do Kosovo ser administrado por uma missão internacional dificulta o acesso a instituições financeiras internacionais, a integração na economia regional e atrair investimentos estrangeiros para investir em infra-estrutura para diminuir a pobreza e o desemprego.

D. Capacidade de entrar em negociações com outros Estados

Este é o único critério que não é considerado imprescindível para uma entidade tornar-se Estado porque, como foi colocado anteriormente, é uma consequência da atividade do Estado.

De todos os critérios da Convenção de Montevideu, o único que não apresenta dúvidas é o item referente a população. Quanto a questão do território, não resta dúvida que Kosovo pertence a atual Sérvia; quanto ao governo é a UNMIK a responsável por sua administração. Portanto, Kosovo não preenche os requisitos legais necessários para qualificar-se como Estado.

No entanto, sob o ponto de vista político, o Kosovo não tem mais condições de ser governado por Belgrado, como consta no relatório do enviado especial da ONU. Em 1989, foi retirada sua autonomia e iniciou o conflito com a atual Sérvia, culminando na intervenção da OTAN em 1999 para proteger o Kosovo das políticas de Milosevic, dando início a administração da UNMIK e sem interferência governamental da Sérvia.

Com a independência unilateral do Kosovo, os Estados dividiram-se quanto ao seu reconhecimento: Sérvia, Rússia, China, Espanha, Romênia, Grécia não o reconheceram; EUA, Reino Unido, França, Alemanha, Bélgica, Itália e Turquia, ao contrário, reconheceram a independência do Kosovo.

A posição do governo brasileiro quanto ao reconhecimento ou não do Kosovo é a de aguardar a decisão da ONU. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, em 18 de fevereiro, disse que: "Não há que tomar uma decisão precipitada. É uma questão complexa, que tem vários aspectos".

Os Estados que reconheceram a declaração unilateral do Kosovo não decidiram com base no direito internacional porque nesse caso o direito internacional não apresentou uma resposta. Assim, os Estados utilizaram-se do reconhecimento como uma maneira de ajudar o Kosovo a conquistar a sua independência. Desde 1999 que o Conselho de Segurança da ONU não se manifesta sobre o caso do Kosovo. Com a declaração unilateral ele terá um motivo para se manifestar e definir uma solução final para o Kosovo.

Caso o Conselho de Segurança não apresente uma nova resolução, e da mesma maneira que a OTAN interveio para restaurar a paz em Kosovo, caberá a União Européia (UE) aprovar a independência supervisionada do Kosovo, nos moldes da proposta do enviado especial da ONU, uma vez que a maioria dos seus membros aprova a independência do Kosovo.

Resta saber por quanto tempo a UE terá forças para supervisionar o Kosovo para que o mesmo possa seguir seu rumo independente. E ainda lidar com a Sérvia na questão do seu futuro ingresso como membro na UE, utilizando o Kosovo como moeda de troca. Uma coisa é certa, a declaração de independência não encerrou o drama dos kosovares.

Referências Bibliográficas

Tratados

Carta da ONU

Convenção de Montevideu sobre Direitos e Obrigações dos Estados de 1933.

Resoluções

Conselho de Segurança

Doutrina

CASELLA, Paulo Borba; ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, G.E. Manuel de direito internacional público. 16ª edição-reformulada. Saraiva, São Paulo, 2008.

CASSESE, Antonio. Ex iniuria ius oritur: are we moving towards international legitimation of forcible humanitarian countermeasures in the world community? *European Journal of International Law*, vol. 10, 1, 1999, p. 23.

CRAWFORD, James. *The creation of states in international law*. 2ª edition, Oxford University Press: Oxford, 2006.

GRANT, Thomas D. Defining statehood: the Montevideo convention and its discontents. *37 Columbia Journal of Transnational Law*, 1999, p. 403.

DJUKIC, Slavoljub. *Milosevic and Markovic: a lust for power*. McGill-Queen's University Press: London, 2001.

MALANCZUK, Peter. *Akehurst's modern introduction to international law*. 7ª revised edition. London/ New York: 1997.

MALCON, Noel. Is Kosovo Serbia? *The Guardian*, Tuesday February 26, 2008.

MARTINEZ, Maria Avallo. Kosovo: From international province to State? *Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior (FRIDE)*, Comment March 2007, p. 3

PLO, Rúbio Antonio. La batalla diplomática de Kosovo: posiciones irreductibles e intereses compartidos. *Real Instituto Elcano*, ARI n.º 91/2007, 9.8.2007, p. 3.

SIMMA, Bruno. NATO, the UN and the use of force. *European Journal of International Law*, vol. 10, 1, 1999, p. 1;

A Importância da Prevenção do Câncer de Colo de Útero

Aline Gomes dos Santos
Aluna do curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade Santa Rita de Cássia.

Cássio Marcos Vilicev
Professor da Faculdade Santa Rita de Cássia,
Mestre em Ciências (USP).

Igor Bordello Masson
Professor, Doutorando do Depto. de Cirurgia (UNIFESP) e membro do
Grupo de Laser em Cirurgia do Depto. de Cirurgia (UNIFESP) (ibmasson@yahoo.com.br).

Alessandra Maria Schiavinato
Professora, Especialista em Fisioterapia Motora e Ambulatorial e Hospitalar
Aplicada à Neurologia (UNIFESP).

Ivaldo Esteves Junior
Professor, Mestre em Ciências pelo Depto. de Cirurgia (UNIFESP).

Resumo

O Câncer de Colo de Útero é uma afecção iniciada com transformações intra-epiteliais progressivas que podem evoluir para uma lesão cancerosa. São diversas as causas para uma evolução de Câncer de Colo de Útero, entre elas está o início precoce das atividades sexuais, HPV, multiparidade, higiene inadequada, promiscuidade e o uso prolongado de anticoncepcionais. Porém o Câncer de Colo Uterino pode ser tratado de forma mais efetiva ou prevenido com exames de rotina. Foi realizada uma Revisão Bibliográfica, entre o período de 1993 a 2008. Esta que demonstra o conhecimento das lesões precursoras do câncer, dos fatores de risco, dando ênfase ao HPV, e do rastreamento da doença, pode ser considerada a melhor ferramenta para a prevenção deste câncer, conscientizar a população dos benefícios de se prevenir o Câncer de Colo de Útero, no sentido de minimizar a incidência da doença entre as mulheres. Assim a importância da prevenção do câncer de colo de útero.

Palavras-chave

Câncer de Colo de Útero, Exame Preventivo, Diagnóstico Precoce.

Abstract

Cervical Cancer is an affection initiated with progressive intra-epithelial transformations that can evolve into a cancerous lesion. The causes of Cervical Cancer are diverse, amongst which are precocious sexual initiation, HPV, multiparity, inadequate hygiene, promiscuity and the long-term use of contraceptives. However, Cervical Cancer can be treated more effectively or prevented with routine examinations. A Bibliographic Review was made between 1993 and 2008. This review that demonstrates knowledge of the precursory lesions in cancer, of the risk factors, emphasizing HPV, and of the tracing of the disease, can be considered the best tool in the prevention of this type of cancer, to create awareness of the benefits of preventing Cervical Cancer, in the sense of minimizing the incidence of the disease amongst women.

Key Words

Cancer of uterine lap, preventive exam, precocious diagnosis.

A Importância da Prevenção do Câncer de Colo de Útero

Introdução

O Câncer do Colo de Útero (CCU) se dá de forma lenta, podendo ser curado na maioria dos casos se detectado precocemente, apesar da mortalidade entre as mulheres no Brasil supera apenas o Câncer de Mama, equivalendo como a segunda causa de morte (Camargo et al, 2007).

Este câncer se desenvolve através de uma lesão precursora no seu epitélio, mais precisamente na junção escamocolunar (JEC) (Queiroz, 2006).

Segundo Camargo et. al (2007), os fatores de risco que elevam o número de casos de CCU entre as mulheres incluem a multiplicidade de parceiros, início precoce da atividade sexual, multiparidade, antecedentes familiares, condições de higiene e doenças sexualmente transmissíveis (DST), principalmente as decorrentes de HPV (INCA, 1999).

O exame citopatológico é importante ferramenta para a detecção das lesões precursoras do CCU que, naquele momento, são tratáveis, resultando em significativa decréscimo da mortalidade (Tavares et al, 2007).

Objetivo

Realizar uma Revisão de Literatura acerca de identificar as formas utilizadas para conscientização e prevenção do Câncer do Colo de Útero.

Metodologia

Para o desenvolvimento desta Revisão Bibliográfica, foram utilizadas as bases de dados: Scielo (Scientific Library Online), PubMed, utilizando os seguintes descritores como palavras-chave: Câncer de Colo de Útero; Exame Preventivo; Diagnóstico Precoce.

Obtiveram-se 45 artigos científicos na íntegra, foi realizada a leitura e selecionados 40 artigos, dos quais 38 foram obtidos na íntegra, estes que constituíram a amostra deste trabalho. Como critério de inclusão, procurou-se pesquisar com descritor Câncer de Colo Uterino, sendo excluídas as duplicidades, fazendo uma associação com o Papilomavirus Humano.

Desenvolvimento Teórico

A história natural do CCU é descrita como uma afecção iniciada com transformações intra-epiteliais progressivas que podem evoluir para uma lesão cancerosa invasora num prazo de 10 a 20 anos (Menezes et al, 2006).

No tocante à mortalidade, são estimados 230 mil óbitos anuais por CCU em todo o mundo, 80% dos quais em países em desenvolvimento. Entre estes, os maiores coeficientes são encontrados em países da África e da América Latina (Fonseca et al, 2004).

O CCU é o segundo câncer mais comum entre mulheres no mundo inteiro, o terceiro mais comum entre as mulheres brasileiras e a quarta maior causa de óbito entre as mulheres do Rio Grande do Sul, representando 10% de todos os tumores malignos femininos (Albring et al, 2006). No entanto, esse tipo de câncer é considerado de fácil diagnóstico e apresenta altas taxas de cura quando identificado precocemente. Além disso, pode ser prevenido devido ao caráter infeccioso de sua etiologia, atribuída ao vírus Papiloma Humano. (Gamarra et al, 2005).

Segundo (Guerra et al, 2005) o câncer é um importante problema de saúde pública em países desenvolvidos e em desenvolvimento, sendo responsável por mais de seis milhões de óbitos a cada ano, representando cerca de 12% de todas as causas de morte no mundo. Embora as maiores taxas de incidência de câncer sejam encontradas em países desenvolvidos, dos dez milhões de casos novos anuais de câncer, cinco milhões e meio são diagnosticados nos países em desenvolvimento.

Essa doença tem sido responsável por grande parte das causas de morte no mundo. A WHO (World Health Organization) estima a ocorrência de mais de 10 milhões de casos novos de câncer por ano, sendo esperado, próximo de 2020, o diagnóstico anual de mais de 15 milhões de novos casos. Conforme dados dessa Organização, o câncer causa 6 milhões de mortes todo ano, ou seja, 12 % das mortes mundiais (Chubaci & Merighi, 2005).

O Brasil, sendo um país em desenvolvimento, possui uma incidência alarmante de CCU. Em 1999, o INCA (Instituto Nacional do Câncer) estimou que ocorrem 30,34 casos de CCU para cada 100 mil mulheres, com 6.900 vidas perdidas naquele ano por esta patologia. Em países como a Finlândia, a incidência de CCU alcança a marca de 4,4 casos/100 mil em mulheres por ano (Naud et al, 2000).

Considerando a elevada ocorrência deste tipo de câncer e, dependendo do estágio em que é detectado, do seu elevado potencial de cura a um custo aceitável pelos serviços de saúde, é lícito destacar a importância de exames periódicos como estratégia para redução da mortalidade por esta causa (César et al, 2003).

Apesar de ser uma das poucas neoplasias que pode ser prevenida, segundo INCA 2006, o CCU vem sendo a quarta causa de morte por câncer. É uma doença de longa evolução, podendo ser detectada em fases precoces. O pico de incidência do CCU ocorre em média 10 a 20 anos após a infecção pelo HPV. As estimativas da incidência de câncer no Brasil apontam a ocorrência de 19.260 casos novos de CCU para o ano de 2006 (Almeida, 2006).

Contraditoriamente a esta alarmante estatística, este é o único câncer para o qual se dispõe de tecnologia para prevenção, detecção precoce e tratamento eficaz. Apesar da existência desses recursos, ao contrário do que vem acontecendo em países mais desenvolvidos, não são evidenciadas reduções significativas nos índices de morbimortalidade das mulheres brasileiras pela doença, embora esforços tenham sido despendidos nesse sentido desde a década de 40 (Paula, 2006). Queiroz (2006) classificou as lesões precursoras em três tipos:

NIC I (Neoplasia Intra-epitelial Cervical)

Conhecido como displasia leve, são anormalidades em células escamosas localizadas na região mais profunda do epitélio, ou seja, nas camadas basais do epitélio estratificado do colo do útero.

NIC II

É compatível com a displasia leve, relacionado às alterações celulares acometendo $\frac{3}{4}$ da espessura do epitélio do colo uterino.

NIC III

É a presença de células atípicas por todo o epitélio estratificado, mas sem invasão do tecido conjuntivo subjacente. Pode ser descrito como displasia acentuada ou Carcinoma in situ.

Fatores de Risco

Vários são os fatores que se atribuem como predisponentes para o CCU, entre eles: início precoce das atividades sexuais, HPV, multiparidade, higiene inadequada e infecção repetida dos órgãos genitais, além de outros mais discutidos, como o uso de anticoncepcionais na idade reprodutiva e a relação do carcinoma com o vírus herpes simples tipo 2 (Pioli et al, 1993).

A maioria das mulheres com CCU tem o início da atividade sexual antes dos 18 anos. Segundo dados da literatura demonstram que o início precoce da atividade sexual está relacionado com a maior incidência de neoplasia maligna do CCU (Murta et al, 1999).

A relação entre CCU e os hábitos sexuais (promiscuidade, grande número de filhos, início precoce da atividade sexual e infecções ginecológicas repetidas) levou identificação do HPV como fator causal. Diversos fatores do meio ambiente, destacando o estilo de vida, têm importância no favorecimento de condições propícias à prevalência do vírus. Estudos mais detalhados merecem ser realizados nas regiões mais carentes do Brasil, buscando-se analisar os fatores mais significativos dessa relação (Lima et al, 2006).

Em relação ao parceiro, ainda não está claro quando investigar ou tratar a doença, especialmente quando subclínica. As evidências demonstram que, para o casal constituído, talvez não seja necessário tratar o homem ou indicar o preservativo por longo período, como se preconizava anteriormente; a história natural da doença parece ter seu curso independente em cada um dos parceiros e não há risco de reinfecção (Nicolau, 2003).

Estudos epidemiológicos sugerem a ligação entre coito e neoplasia escamosa. A idade precoce no primeiro coito, multiplicidade de parceiros sexuais, frequência de coito e multiparidade aumentariam o risco para esta neoplasia. Estudos recentes em outros países têm demonstrado que a multiparidade e o início precoce da atividade sexual continuam sendo fatores de risco para o CCU (Murta et al, 1999).

Entre os fatores hormonais, destaca-se o uso de contraceptivos hormonais, pela sua repercussão social e econômica, acrescidos ao risco de desenvolvimento de NIC e câncer invasor do colo uterino. Atualmente, milhões de mulheres no mundo usam os contraceptivos hormonais, incluindo os anticoncepcionais orais e progestágenos de longa ação, como acetato de medroxiprogesterona injetável e implantes subdérmicos de levonorgestrel. Os anticoncepcionais orais, tanto combinados trifásicos quanto os de baixa dose, estão associados ao aumento da transcrição do HPV. O uso de anticoncepcionais hormonais por mais de cinco anos eleva o risco de desenvolver lesão intra-epitelial de alto grau em pacientes com HPV (Uchimura et al, 2005).

Os contraceptivos orais são usados por mulheres sexualmente ativas e que, em menor probabilidade, usam métodos de barreira, sendo por isto mais expostas ao risco de contrair HPV. Em compensação, essas mulheres comparecem mais ao ginecologista, tendo maior possibilidade de serem rastreadas para o CCU (Ministério da Saúde, 1997).

A HPV trata-se de uma infecção adquirida através do contato sexual, é um vírus que vive na pele e nas mucosas genitais tais como vulva, vagina, colo do útero, e pênis.

Cerca de 35 tipos diferentes de HPV infectam o trato genital, e pelo menos 20 destes estão associados ao CCU. Os HPV genitais podem infectar o epitélio escamoso e as membranas mucosas da cérvix, da vagina, da vulva, do pênis e da região perianal, podendo induzir ao aparecimento de verrugas anogenitais (condiloma acuminado), lesões intra-epiteliais escamosas pré-cancerosas ou cânceres (Wolschick et al, 2007).

Segundo (Uchimura et al, 2005), existem diversos tipos de HPV estão associados ao CCU, porém o HPV 16 e o 18 são os tipos mais comumente associados a lesões malignas do colo. Essa infecção é geralmente crônica mesmo na adolescência quando o sistema imunológico está francamente ativo.

A associação existente entre HPV e o carcinoma escamoso cervical está sendo investigado há muitos anos. Hoje se sabe do papel central deste vírus na carcinogênese cervical e a afirmação de que não existe CCU sem que o HPV se faça presente (Nicolau, 2003). A infecção do HPV foi reconhecida como a principal causa de CCU pela OMS, em 1992.

A mulher, ao tomar conhecimento de que é portadora do HPV, demonstra sofrimento interior que pode afetar suas condições psicológicas, dificultando o enfrentamento da doença. Este fato se agrava quando a mulher é acometida da infecção no período gestacional, pois devido à baixa da imunidade transitória, a lesão que se apresenta na vulva (condiloma acuminado) pode manifestar-se em elevadas proporções, fazendo com que a gestante desenvolva um quadro de inquietações e dúvidas em relação ao tipo de parto, demonstrando temor de o filho nascer com a doença. Ainda o sentimento de culpa é gerador de sofrimentos na vida dessas mulheres, pois a possibilidade de ter um filho doente provoca intranquilidade em relação a sua existência, influenciando seu estar no mundo (Diógenes et al, 2006).

Há de se destacar também a importância socioeconômica, uma vez que o diagnóstico é geralmente realizado em estadiamento avançado; uma detecção precoce proporcionará tratamento menos oneroso e aumento também das chances de cura (Machado et al, 2005).

A inclusão de informação sobre raça/cor nos registros de óbitos respondeu a antigas reivindicações do movimento negro e criou oportunidades efetiva de caracterização de vulnerabilidade aplicando a esse grupo. Enquanto pardos, negros e indígenas vivendo em piores condições sociais, morrem principalmente de causas externas e em idade mais precoce, amarelos e brancos morrem de doenças crônicas não transmissíveis e em idade mais tardia. Em relação à região de moradia, observa-se que menos de 9% de falecidos de cor parda ou preta residem em distritos considerados incluídos socialmente. A desagregação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que envolvem a alfabetização, a expectativa de vida e a renda per capita, considerando a cor/raça, para o ano de 1999, mostrou que o IDH da população negra coloca o Brasil na 108ª posição em contraponto ao da população branca na 49ª posição. A expectativa de vida da população negra é de 64 anos, enquanto da população branca é de 70 anos (Gamberini et al, 2008).

Segundo (Brito et al, 2007), existe uma variabilidade entre mulheres brancas e negras dentro de uma mesma população, sendo mais freqüentes nas últimas.

Prevenção

No Brasil a prevenção do câncer não recebe atenção caracterizada por ações educativas. Esta situação é consequência da falta de conscientização da população sobre a importância do diagnóstico precoce e da falta de definição dos serviços saúde sobre o caminho a ser seguido pela mulher, desde a primeira queixa até o diagnóstico e o tratamento especializado (Merighi et al, 2002).

É preciso também, atentar para os motivos que podem interferir na decisão da mulher em realizar ou não realizar a prevenção do CCU. Motivos esses que em alguns casos estão ligados a tabus, valores culturais e sua própria sexualidade (Oliveira & Pinto, 2007).

Prevenção Primária

A prevenção primária é quando se evita o aparecimento da doença por meio da intervenção no meio ambiente e em seus fatores de risco, como o estímulo ao sexo seguro, correção das deficiências nutricionais e diminuição da exposição ao tabaco (Ministério da Saúde, 1997).

No nível primário deve ser realizado o exame clínico ginecológico e a coleta de material para o exame citopatológico (Santos & Gico, 2002).

Prevenção Secundária

No nível secundário é possível realizar o diagnóstico e/ou tratamento de uma lesão detectada por meio da colposcopia e da CAF (Cirurgia de Alta Freqüência), quando indicada (Santos & Gico, 2002).

Atualmente, a prevenção secundária do CCU tem se concentrado no rastreamento de mulheres sexualmente ativas através do exame citopatológico do colo uterino (Hackenhaar, 2006).

As estratégias de prevenção secundária ao CCU consistem no diagnóstico precoce das lesões de colo uterino antes de se tornarem invasivas, a partir de técnicas de rastreamento ou screening compreendidas pela colpocitologia oncológica ou teste de Papanicolaou, colposcopia, cervicografia e, mais recentemente, os testes de detecção do DNA do HPV em esfregaços citológicos ou espécimes histopatológicos (Pinho & França-Junior, 2003).

Prevenção Terciária / Quaternária

No nível terciário/quaternária é realizado o tratamento de lesões cirúrgicas que não podem ser tratadas no nível secundário (Santos & Gico, 2002).

Exames

Em 1999, o PNCCCU (Prevenção do Câncer do Colo do Útero) estabelece normas e recomendações para rotina de monitoramento externo da qualidade. A partir de janeiro de 2000, os exames realizados por esses laboratórios passaram a ser informados através do SISCOLO (Sistema de Informação Laboratorial do Programa Nacional de Combate ao Câncer de Colo Uterino), formando um banco de dados em nível estadual. Através deste e da rotina específica do sistema, é realizada a escolha das lâminas a serem revistas. O tamanho da amostra, definido pelo sistema, é estabelecido, devendo atingir no mínimo 10% do total de exames realizados (Maeda et al, 2004).

Toda mulher com vida sexual ativa deve realizar o exame preventivo periódico, desde o início da sua vida sexual ativa até os 60 anos de idade. Inicialmente o exame deve ser feito a cada ano. Se dois exames anuais seguidos apresentarem resultado negativos o exame pode passar a ser feito então a cada três anos. O exame também deve ser feito nas seguintes ocasiões: período menstrual prolongado, além do normal, sangramentos vaginais entre dois períodos menstruais, após relações sexuais ou lavagens vaginais. O exame deve ser feito dez ou vinte dias após a menstruação, pois a presença de sangue pode alterar o resultado.

É fundamental que os serviços de saúde orientem sobre o que é e qual a importância do exame preventivo, pois a sua realização periódica permite reduzir a mortalidade por CCU na população de risco. O INCA tem realizado diversas campanhas educativas, voltadas para a população e para os profissionais da saúde, para incentivar o exame preventivo (INCA, 2008).

O método tradicional, estabelecido por George Papanicolaou na década de 40, classificava o esfregaço de colo uterino em classes (I, II, III, IV e V). Este método tem algumas limitações por coletar apenas células superficiais e células descamadas, sendo que alguns estudos mostraram falso-negativos em até 50%. Em 1947, Richard introduz o conceito de NIC, sugerindo haver uma continuidade e evolução das lesões displásicas leves até carcinoma invasor. Além dos altos custos envolvidos no manejo clínico de pacientes com anormalidades de citologia cervical, somaram-se as alterações na classificação do Sistema de Bethesda, a introdução de novas opções terapêuticas e de rastreamento e o consenso entre investigadores sobre o papel de determinados tipos do HPV como fator de risco para neoplasia cervical (Rivoire et al, 2001).

O exame citopatológico foi sugerido como uma ferramenta para a detecção precoce do CCU em 1941. É considerado um método eficiente, pois tem a habilidade de identificar lesões precursoras do CCU, que tratáveis, podem resultar em significativo decréscimo da mortalidade por esse tipo de câncer (Tavares et al, 2007).

Historicamente, o rastreamento para o CCU é baseado no exame citológico do esfregaço cervical (Papanicolaou), utilizado há mais de 50 anos. Nos países onde há eficientes programas de screening, é possível comparar as taxas de cobertura às curvas de sobrevida para o CCU, pois a identificação de lesões pré-malignas reduz a incidência e previne o câncer em estágios mais agressivos (Rama et al, 2008).

O exame de Papanicolaou é utilizado em diversos países para o rastreamento e detecção precoce do CCU. Dada a lenta evolução deste câncer, é possível o diagnóstico na fase intra-epitelial (não-invasiva) em mulheres assintomáticas, quando o tratamento é de baixo custo e tem elevado percentual de cura (Leal et al, 2003).

Segundo (Fernandes & Narchi, 2002), o exame colpocitológico ou Papanicolaou, é reconhecidamente eficiente, mas ainda não incorporado a todos os serviços de saúde, sendo sua utilização sistemática reduzida e não disponível a toda população feminina.

Apesar de o exame preventivo ser simples, inócuo, eficiente, de baixo custo, o CCU ainda tem sido uma das principais causas de morte entre as mulheres brasileiras (Merighi et al, 2002).

A diminuição da mortalidade pelo CCU, por meio da detecção precoce é urgente e necessária. Dessa forma, o exame de Papanicolaou, constitui-se um meio, dentre todos os procedimentos, clínicos ou subsidiários, capaz de diagnosticar uma neoplasia maligna ainda em fase inicial. Atualmente, a estratégia usada para a prevenção primária, assim como para prevenção secundária dos estágios iniciais

do CCU é a detecção precoce pelo exame de Papanicolaou realizado periodicamente (Chubaci & Merighi, 2005).

Segundo (Chubaci & Merighi, 2005), atualmente, existem algumas controvérsias sobre a idade mais adequada para o início da prevenção e a idade limite para descontinuidade do exame preventivo de Papanicolaou. A WHO recomenda que, para a realização do exame preventivo, priorize-se o grupo de mulheres com idade de 35 até 54 anos. No Brasil, a partir de 1998, a programação de ações de controle do CCU do Ministério da Saúde teve sua população alvo ampliada: o que anteriormente era de 35 a 49 anos passou para 25 a 59 anos.

Apesar do conhecimento cada vez maior nesta área, a abordagem mais efetiva para o CCU continua sendo o rastreamento por meio do exame preventivo de Papanicolaou. No entanto, sua técnica de realização é vulnerável a erros de coleta e de preparação da lâmina e a subjetividade na interpretação dos resultados. Por estas razões, os estudos têm apresentado grande variabilidade nas estimativas de sensibilidade e especificidade do exame. Apesar dos esforços crescentes para melhorar a eficiência dos programas de prevenção, ou seja, aumentar o número de mulheres examinadas com qualidade e com o menor custo possível, a manutenção de altas taxas de incidência e de mortalidade no Brasil revela que as medidas que vêm sendo adotadas não conduziram aos resultados esperados (Martins et al, 2005).

Colposcopia é um aparelho de aumento que permite identificar com precisão o local e a extensão da doença. Além de mostrar o local mais adequado para realizar a biópsia, permite guiar o tratamento através de cirurgia (Santos & Gico, 2008).

A colposcopia consiste na visibilização do colo através do colposcópio, após a aplicação de soluções de ácido acético, entre 3% e 5%, e lugol. É método bastante utilizado na prática clínica, sendo que nosso país foi um dos pioneiros a introduzi-lo. É exame usado para avaliar os epitélios do trato genital inferior e, quando necessário, orientar biópsias. A técnica permite localizar as lesões pré-malignas e o carcinoma que afetam esses epitélios (Ministério da Saúde, 1996).

A descoberta de cânceres iniciais e de condições pré-cancerosas é de grande importância, pois, torna-se evidente que grande parte dos tumores invasivos é curada pela ressecção precoce e pelo tratamento eficaz; mais importante, ainda, é que muitas pacientes com condições pré-cancerosas têm essas lesões erradicadas, oportunamente, por um tratamento adequado. Essa melhora dramática é explicada em grande parte pela eficácia do teste citológico de Papanicolaou na detecção de pré-cânceres cervicais e ao fácil acesso ao colo uterino para colposcopia e biópsia (Carvalho et al, 2006).

Acreditamos, portanto, que ações educativas desenvolvidas com a participação da comunidade, no sentido de ampliar conhecimento sobre os fatores de risco, o desenvolvimento da doença e a importância da realização periódica do exame preventivo, podem permitir se alcançar resultados satisfatórios para a redução das taxas de morbimortalidade (Linard, 2002).

Vacina

Recentemente foi liberada uma vacina para o HPV. No momento está em estudo no Ministério da Saúde o uso pelo SUS (Sistema Único de Saúde). É importante enfatizar que esta vacina não protege contra todos os subtipos do HPV. Sendo assim, o exame preventivo deve continuar a ser feito mesmo em mulheres vacinadas (INCA, 2008).

Duas vacinas foram desenvolvidas: quadrivalente (Merck) contra HPV 6, 11, 16 e 18, e bivalente (GSK) contra HPV 16 e 18. Os tipos de HPV 6 e 11 (“baixo risco”) estão associados à condiloma acuminado, não a câncer cervical. Ambas as vaci-

nas apresentam eficácia elevada, tanto na prevenção de infecção persistente com HPV 16 ou 18, quanto na prevenção de NIC 2 e 3. A vacina quadrivalente foi aprovada em diversos países, inclusive no Brasil, enquanto a segunda foi aprovada na Austrália. Há várias razões para a continuidade do rastreamento dessa neoplasia por longo tempo após a introdução da vacina. A idade recomendada para vacinação é 11-12 anos, podendo ser administrada em mulheres desde nove até 26 anos de idade. Portanto, as mulheres com maior risco de câncer cervical (idade igual ou superior a 40 anos) não estarão protegidas nos próximos anos/décadas. Outra razão é a não proteção, ou proteção limitada, contra os tipos de HPV de alto risco não incluídos na vacina. Além disso, é provável que a proteção diminua com o tempo (Neto, 2008).

Tratamento Clínico

O tratamento clínico pode ser realizado através da destruição da lesão por meios físicos ou químicos. Esses tipos de tratamentos apresentam a limitação de não fornecer material para estudo histopatológico, impedindo o diagnóstico definitivo. Só devem ser indicada nos casos em que houver a concordância entre a citopatologia, biópsia incisional e colposcopia e não houver a possibilidade do tratamento por CAF. A escolha de qual o tipo de método a ser realizado também irá depender da localização das lesões, seu crescimento e gravidade, penetração no canal cervical, gravidez e condições clínicas da paciente. A podofilina a 25% em solução alcoólica é um método tradicional, mas associado a um pequeno percentual de cura e a um grande índice de complicações, tais como neurotoxicidade, fístulas, ulcerações vaginais, mielotoxicidade e teratogenicidade, quando usada na gravidez. O uso do fluoro-uracil, na forma de creme a 5%, tem sido excluído da prática ginecológica devido aos efeitos colaterais tais como as úlceras genitais e estenoses de colo e vagina. O ácido tricloroacético a 70% pode ser utilizado em aplicações semanais em consultório para destruição de lesões de vulva ou do fundo do saco vaginal, sendo indicada na gravidez ou no tratamento de lesões exofíticas (Jones et al, 1990).

Tratamento Cirúrgico

Quando a doença se encontra no seu estadiamento inicial, a cirurgia possibilita a remoção completa do tumor e propicia maiores chances de cura. A indicação da associação da radioterapia e/ou quimioterapia ao tratamento é decidida com base no estadiamento da doença e nas características tumorais. Nos casos avançados, em que o tumor já atingiu estruturas adjacentes ao útero, o tratamento de eleição é a radioterapia associada à braquiterapia (Frigoto & Hoga, 2003).

Radioterapia

A Radioterapia trata-se de um tratamento localizado, sendo uma das modalidades mais utilizadas no tratamento do câncer de colo uterino, associada ou não à cirurgia (Frigoto & Hoga, 2003).

A Radioterapia é um recurso terapêutico largamente utilizado no CCU e que se beneficia da capacidade de penetração da radiação criada pelo bombardeamento de elétrons acelerados, ou raios gama, emitidos pelo radium ou outro material radioativo, em um alvo, reduzindo e, por vezes, eliminando o tumor (Jones et al, 1990).

A abordagem de possíveis disfunções sexuais em mulheres submetidas à radioterapia exclusiva por CCU avançado é de suma importância para a qualidade de vida da paciente. Muitas vezes, a anamnese e o exame físico mais detalhado, enfocando aspectos sexuais, não são realizados de forma rotineira, o que resulta,

muitas vezes, em insatisfação sexual, dúvidas e abandono por seus maridos, alegando medo de se contaminar ou machucá-las, principalmente pela influência de mitos e tabus (Bernardo et al, 2007).

A atividade sexual constitui um dos índices pelo que se mede o nível de qualidade de vida, podendo por isso constituir motivo de alegria ou tristeza com todas as suas nuances na vida da mulher. Estudos relacionados

aos efeitos terapêuticos da radioterapia sobre a atividade sexual são comentados por vários autores, constituindo assim uma preocupação para especial atenção e assistência à população feminina (Bernardo et al, 2007).

Quimioterapia

Segundo (Frigoto & Hoga 2003), a Quimioterapia tem sido utilizada com frequência como tratamento adjuvante à radioterapia devido aos sucessos alcançados por essa associação. Estes resultados positivos se devem ao fato de a quimioterapia potencializar os efeitos da radioterapia e tornar mais eficiente o processo de combate à célula tumoral. O tratamento com quimioterapia atinge tanto as células normais quanto as neoplásicas e afeta principalmente as células de reprodução rápida, como as da medula óssea, da mucosa intestinal e dos folículos pilosos. A ação nociva contra as células normais acarreta muitos efeitos colaterais. Além disso, as pacientes em tratamento quimioterápico devem estar cientes de que devem procurar o médico caso apresentem sintomas como formigamentos, tremores, sensação de choque e alterações de sensibilidade nas mãos e pés, perda de audição, com atenção especial à necessidade da ingestão hídrica para prevenção da nefrotoxicidade.

Conclusão

Através desta Revisão Bibliográfica, pode-se observar que o Câncer do Colo de Útero equivale a um número elevado de óbitos entre a população feminina, sendo considerado uma neoplasia maligna com alta taxa de incidência no Brasil.

Diversos são os fatores de risco para o Câncer do Colo Uterino, porém, dentre os vários tipos de câncer, é o que apresenta maiores chances de prevenção e cura.

Orientar a população feminina acerca da importância dos exames preventivos, como o Papanicolaou, que detecta a neoplasia ainda em sua fase inicial, apesar de não encontrar-se disponível a toda população feminina. A detecção precoce da doença, esclarecimento de dúvidas, fatores de risco e principalmente quanto ao exame de Papanicolaou é o que enfatiza nesta Revisão Literária.

Referências Bibliográficas

- ALBRING L, VARGAS VRA, SCHMITT VM. O câncer do colo do útero em mulheres de população indígena do Brasil e confins fronteiriços da América do Sul: revisão sistemática. *Rev. Labor. Moder.* 79:122-31; 2006.
- BERNARDO BC, LORENZATO FRB, FIGUEIROA JN, KITOKO PM. Disfunção sexual em pacientes com câncer do colo uterino avançado submetidas à radioterapia exclusiva. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.* 29(2):85-90; 2007.
- BRITO NMB, VIANA WO, PEREIRA PC. Carcinoma espinocelular moderadamente diferenciado em paciente sem fatores de risco para a doença. *Revista Paraense de Medicina.* 21(1):43-6; 2007.
- CAMARGO EFF, CUSTÓDIO RLS, KASHIVAQUI KS, NAKAMURA EY. O papel do enfermeiro frente à prevenção de câncer de colo uterino em saúde pública.
- CARVALHO R, LEITE CG, PEREIRA DRS, SOUZA ER, SILVA SSL. Carcinoma de células escamosas microinvasivo – relato de caso. *Revista Paraense de Medicina* 20(3): 65-9; 2006.
- CÉSAR JA, HORTA BL, GOMES G, HOULTHAUSEN RS, WILLRICH RM, KAERCHER A, IASTRENSKI FM. Fatores associados à não realização de exame citopatológico de colo uterino no extremo Sul do Brasil. *Cad. Saúde Pública;* 19(5):1365-72; 2003.
- CHUBACI RYS & MERIGHI MAB. Exame para detecção precoce do câncer cérvico-uterino: vivência de mulheres das cidades de Kobe e Kawasaki, Japão e São Paulo, Brasil. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.* 5(4):471-81; 2005.
- DIÓGENES MAR, VARELA ZMV, BARROSO GT. Papilomavirus humano: repercussão na saúde da mulher no contexto familiar. *Rev. Gaúcha Enferm.* 27(2):266-73; 2006.
- FERNANDES RAQ & NARCHI NZ. Conhecimento de gestantes de uma comunidade carente sobre os exames de detecção precoce do câncer cérvico-uterino e de mama. *Rev. Bras. Cancerologia.* 48(2):223-230; 2002.
- FRIGOTO S & HOGA LAK. Assistência à mulher com câncer de colo uterino: o papel da enfermagem. *Revista Brasileira de Cancerologia.* 49(4): 209-14; 2003.
- FONSECA LAM, RAMACCIOTTI AS, NETO JE, Tendência da mortalidade por câncer do útero no município de São Paulo entre 1980 e 1999. *Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro,* 20(1):136-42; 2004.
- GAMARRA CJ, PAZ EPD, GRIEP RH. Conhecimentos, atitudes e prática do exame de Papanicolaou entre mulheres argentinas. *Rev Saúde Pública;* 39(2):270-6; 2005.
- GAMBERINI KST, LAGANÁ MTC, TORIYAMA ATM. Relação entre raça/cor e a frequência de lesões intra-epiteliais de alto grau (NIC II e NIC III). *Saúde Coletiva.* 05(20):51-6; 2008.
- GUERRA MR, GALLO MCV, GULNAR A, MENDONÇA GAS. Risco de câncer no Brasil: tendências e estudos epidemiológicos mais recentes. *Revista Brasileira de Cancerologia.* 51(3):227-34; 2005.
- HACKENHAAR AA, CESAR JA, DOMINGUES MR. Exame citopatológico de colo uterino em mulheres com idade entre 20 e 59 anos em Pelotas, RS: prevalência, foco e fatores associados à sua não realização. *Rev Bras Epidemiol.* 9(1):103-11; 2006.
- INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA) – Ministério da Saúde. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: http://www.inca.gov.br/conteúdo_view.asp?id=326>. Acesso em: 07 fev. e 27 jun. 2006.
- INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA) – Ministério da Saúde. Disponível em: http://www.inca.gov.br/conteúdo_view.asp?id=326 (Câncer do colo do útero). Acesso em: 07 fev. e 27 jun. 2006.
- JONES HW, WENTZ AC, BURNETT LS. Tratado de Ginecologia. 11 ed., Rio de Janeiro; Editora Guanabara-Koogan, 1990.
- LEAL EAS, LEAL JUNIOR OS, GUIMARÃES MH, VITORIANO MN, NASCIMENTO MDSB, COSTA OLN. Lesões precursoras do câncer de colo em mulheres adolescentes e adultas jovens do Município de Rio Branco – Acre. *RBGO.* 25(2):81-6; 2003.
- LIMA CA, PALMEIRA JAV, CIPOLOTTI R. Fatores associados ao câncer do colo uterino em Propriá, Sergipe, Brasil. *Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro,* 22(10):2151-6; 2006.
- LINARD AG, DANTAS-SILVA FA, SILVA RM. Mulheres submetidas a tratamento para câncer de colo uterino – percepção de como enfrentam a realidade. *Revista Brasileira Cancerologia.* 48(4):493-8; 2002.
- MACHADO MS, CANTANHEDE KL, LEAL PC, NASCIMENTO MDSB, SILVA RR, BEZERRA JM. Estudo retrospectivo do câncer de colo do útero das pacientes atendidas no Hospital de Base do Distrito Federal. *Rev. Labor. Moder.* 73:82-8; 2005.
- MAEDA MYS, DI LORETO C, CAVALIERE MJ, UTAGAWA ML, SAKAI YI, CORRÊA RO, ADURA PJD, MARZOLA VO. Estudo preliminar do SISCOLO-Qualidade na rede de saúde pública de São Paulo. *Rev. Bras. Patol. Med. Lab.* 40(6):425-9; 2004.
- MARTINS LFL, THULER LCS, VALENTE JG. Cobertura do exame de Papanicolaou no Brasil e seus fatores determinantes: uma revisão sistemática da literatura. *Rev Bras Ginecol Obstet;* 27(8):485-92; 2005.
-

MENEZES AF, CASTRO ME, DIÓGENES MAR. Autocuidado para a cicatrização da ferida de colo de útero. *Revista de Enfermagem UERJ*. 14(2):214-20; 2006.

MERIGHI ME, HAMANO L, CAVALCANTE LG. O exame preventivo do câncer cérvico-uterino: conhecimento e significado para as funcionárias de uma escola de enfermagem de uma instituição pública. *Rev Esc Enferm USP*. 36(3):289-96; 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE/ INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER, 1996, Viva Mulher. Programa Nacional de Controle do Câncer do Colo Uterino, Rio de Janeiro, dezembro.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1997. Falando sobre câncer e seus fatores de risco. 2 ed., Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Câncer, Coordenação Nacional de Controle do Tabagismo e Prevenção Primária de Câncer (Contapp).

MURTA EFC, FRANCA HG, CARNEIRO MC, CAETANO MSSG, ADAD SJ, SOUZA MAH, Câncer do colo uterino: correlação com o início da atividade sexual e paridade. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet*. 21(9):555-9; 1999.

NAUD P, MATOS JC, HAMMES L, VETTORAZZI J. Avaliação dos programas de screening para o câncer de colo uterino no Estado do Rio Grande do Sul. *Revista HCPA*. 20(2):108-13; 2000.

NETO EJ, A vacina contra o papilomavírus humano. *Rev. Bras. Epidemiol*. 11(3): 521-5; 2008.

NICOLAU SM, Existe câncer do colo uterino sem HPV? *Rev. Assoc. Med. Bras*. 49(3):236-7; 2003.

OLIVEIRA MM & PINTO IC Percepção das usuárias sobre as ações de prevenção do câncer do colo útero na estratégia saúde da família em uma distrital de saúde do município de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infant*. 7(1):31-8; 2007. PAULA AF, Câncer cérvico-uterino: ameaça (inevitável)? *Revista de Enfermagem UERJ*. 14(1):123-9; 2006.

PINHO AA & FRANÇA-JUNIOR I. Prevenção do câncer do colo do útero: um modelo teórico para analisar o acesso e a utilização do teste de Papanicolaou. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infant*. 3(1):95-112; 2003.

PIOLI ER, OLIVEIRA NM, REZENDE GA. Caracterização da demanda de pacientes com carcinoma de colo uterino no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, 1984-1988. *Cad. Saúde Pública*. 9(4):421-7; 1993.

QUEIROZ FN. A importância da enfermagem na prevenção do câncer de colo uterino. Monografia. Centro Universitário Claretiano, Batatais; 2006.

RAMA C, ROTELI-MARTINS C, DERCHAIN S, LONGATO-FILHO A, GONTIJO R, SARIAN L, CHING T, ALDRIGHI J, Rastreamento anterior para câncer de colo uterino em mulheres com alterações citológicas ou histológicas. *Rev. Saúde Pública*. 42(3):411-9; 2008.

RIVOIRE WD, CAPP E, CORLETA HE, SILVA ISB. Bases biomoleculares na oncogênese cervical. *Rev. Bras. de Cancerologia*. 47(2):179-84; 2001.

SANTOS J & GICO VV. Câncer do colo do útero e a política de prevenção, IX encontro Latino Americano de Iniciação Científica e V encontro Latino Americano de Pós-graduação – Universidade do Vale do Paraíba, Paraíba, Brasil. 1501-04; 2002.

TAVARES SBN, AMARAL RG, MANRIQUE EJC, SOUSA NLD, ALBUQUERQUE ZBP, ZEFERINO LC. Controle da qualidade em citopatologia cervical: Revisão de literatura. *Revista Brasileira de Cancerologia*. 53(3):355-64; 2007.

UCHIMURA NS, RIBALTA JCL, FOCCHI J, BARACAT EC, UCHIMURA TT. Influência do uso de anticoncepcionais hormonais orais sobre o número de células de Langerhans em mulheres com captura híbrida negativa para papilomavirus humano. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet*. 27(12):726-30; 2005.

WOLSCHICK NM, CONSOLARO MEZ, SUZUKI LE, BOER CG. Câncer de colo do útero: tecnologias emergentes no diagnóstico, tratamento e prevenção da doença. *RBAC*. 39(2):123-9; 2007.

Normas editoriais para publicação

A *Revista Santa Rita* tem por finalidade publicar artigos acadêmicos de seus professores, seus alunos e outros colabores no intuito de difundir o conhecimento, promover a integração acadêmica e estabelecer um espaço no qual o professor possa manifestar o resultado de sua produção intelectual e profissional. A *Revista Santa Rita* é publicada semestralmente e sua difusão é tanto interna quanto externa.

Os textos enviados serão submetidos ao Corpo Editorial, que dispõe de plena autoridade sobre a conveniência da publicação e poderá decidir pela aceitação ou não do trabalho e eventualmente sugerir alterações de estrutura ou conteúdo ao(s) autor(es). As idéias e conceitos serão de exclusiva responsabilidade de seus autores, não refletindo, obrigatoriamente, a opinião da revista.

Os trabalhos deverão ser entregues em disquete - de preferência em Word 6.0 ou maior - sem qualquer tipo de formatação, acompanhados de uma cópia impressa em lauda padrão; ou deverão ser enviados para o endereço eletrônico: revistasantarita@gmail.com, gravados em formato .doc e acompanhados por uma autorização de publicação em separado que deverá ser ratificada após a aceitação do trabalho.

O envio dos trabalhos implica a cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação para a revista. O autor continua a deter todos os direitos autorais para publicações posteriores do artigo, devendo, se possível, fazer constar a referência à publicação na revista.

Os créditos dos autores deverão ser apresentados abaixo do título do trabalho, contendo: nome do(s) autor(es), nome da instituição de origem, titulação e profissão.

Os textos deverão ser regidos de acordo com as normas da ABNT, digitados em fonte Arial 12, com espaçamento 1½, justificado. As margens devem ser: superior 3 cm; inferior 2 cm; esquerda 3 cm; direita 2 cm. As notas explicativas devem ser apresentadas no final do texto. Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos bem como a exatidão das referências bibliográficas e toda a revisão ortográfica são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es).

O artigo deverá ser estruturado da seguinte forma: título, créditos, resumo e de três a cinco palavras-chave (e os seus correspondentes em outra língua - inglês, francês, espanhol ou alemão) e o texto, que poderá se estruturar em: considerações iniciais (temática, justificativa, objetivos e metodologia), argumentação teórica, resultados, considerações finais, referências bibliográficas e notas.

As citações com mais de 3 linhas, devem aparecer em parágrafo recuado, com espaço 1 e fonte 10, seguidas de parêntese contendo o sobrenome do autor do referido texto em letras maiúsculas, ano de publicação e página do texto citado; as com menos de 3 linhas devem ser incorporadas ao texto, entre aspas.

Os artigos devem ter no mínimo 2.500 e no máximo 25.000 palavras, e as resenhas, no máximo 1.000 palavras. O resumo deve ter no máximo 250 palavras. As ilustrações devem vir prontas para serem impressas - dentro do padrão geral do texto e no espaço a elas destinado - e deverão ser identificadas com título ou legenda. As referências bibliográficas devem estar de acordo com as normas da ABNT (NBR 6023), por exemplo:

Livros no todo:

SELESKOVITCH, Danica & LEDERER, Marianne. *Interpréter Pour Traduire*. Paris: Didier Érudition, 1984.

Partes de livros:

PINTO, Álvaro Vieira. "A definição da pesquisa científica". Em *Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979. p. 441-459.

Trechos em obra coletiva:

SEWELL, Penelope & HIGGINS, Ian. Introduction. In: SEWELL, Penelope & HIGGINS, Ian (eds.), *Teaching Translation in Universities. Present and Future Perspectives*, London: CILT, 1996. p. 9-14.

Artigos de periódicos:

CHESTERMAN, Andrew. From 'Is' to 'Ought': Laws, Norms and Strategies in *Translation Studies*. Target, Amsterdam, v. 5.1, p. 1-20, 1993.

O Corpo Editorial não se obriga a publicar, em qualquer momento, toda e qualquer colaboração que lhe for remetida. Os textos que não estiverem de acordo com as Normas Editoriais serão devolvidos para que sejam feitas as devidas alterações. Os trabalhos recusados serão devolvidos aos autores desde que requeridos.

Apoio Cultural: